



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
CONTROLADORIA
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA

ILENA SUZETE BARRETO DIÓGENES

A INFLUÊNCIA DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL E DO ATIVISMO AMBIENTAL
NA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA FRENTE À CRISE DA
POLUIÇÃO POR PLÁSTICOS NOS OCEANOS: UMA ANÁLISE PELA ÓTICA DO
GOVERNO E DAS ONGS

FORTALEZA
2024

ILENA SUZETE BARRETO DIÓGENES

A INFLUÊNCIA DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL E DO ATIVISMO AMBIENTAL NA
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA FRENTE À CRISE DA POLUIÇÃO
POR PLÁSTICOS NOS OCEANOS: UMA ANÁLISE PELA ÓTICA DO GOVERNO E
DAS ONGS

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Administração
e Controladoria, da Universidade Federal do
Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Áurio Lúcio Leocádio da
Silva.

FORTALEZA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D622i Diógenes, Ilena Suzete Barreto.

A influência da confiança institucional e do ativismo ambiental na responsabilidade social corporativa frente à crise da poluição por plásticos nos oceanos : uma análise pela ótica do governo e das ongs / Ilena Suzete Barreto Diógenes. – 2024.

112 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Mestrado Profissional em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Áurio Lúcio Leocádio da Silva.

1. Poluição marinha. 2. Organizações não-governamentais. 3. Sustentabilidade e meio ambiente. I. Título.

CDD 658

ILENA SUZETE BARRETO DIÓGENES

A INFLUÊNCIA DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL E DO ATIVISMO AMBIENTAL NA
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA FRENTE À CRISE DA POLUIÇÃO
POR PLÁSTICOS NOS OCEANOS: UMA ANÁLISE PELA ÓTICA DO GOVERNO E
DAS ONGS

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Administração
e Controladoria, da Universidade Federal do
Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Áurio Lúcio Leocádio da
Silva.

Aprovada em: ___ / ___ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Áurio Lúcio Leocádio da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Daniel Barboza Guimarães
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Sarto Freire Castelo
Universidade de Fortaleza (Unifor)

FORTALEZA
2024

A Deus, à minha família e meu marido, aos meus amigos, ao meu orientador e a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para meu êxito no término desta desafiadora, porém gratificante jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que conhece meus mais profundos medos e me protege a cada passo, operando tantos milagres em minha vida.

À Universidade Federal do Ceará (UFC), pelo ensino de alta qualidade, pelas experiências vividas e pelos valiosos aprendizados durante o meu Mestrado.

Ao Professor Dr. Áurio Lúcio Leocádio da Silva, pela orientação generosa e pelos vastos conhecimentos compartilhados.

À ilustre banca examinadora, composta pelo Professor Dr. Daniel Barboza Guimarães e pelo Professor Dr. José Sarto Freire Castelo, pelo tempo dedicado e pelas valiosas colaborações e sugestões dadas a esta pesquisa.

À minha família, que sempre torceu pelo meu êxito. Destaco meu agradecimento ao meu irmão, Carlos Alberto, que, como grande acadêmico que é, me motiva a continuar buscando dar o meu melhor e me passa grandes ensinamentos, com muito amor e sabedoria.

Ao meu marido, Yandrick Prévereau, agradeço por existir! Este parágrafo é especial, pois meu marido esteve ao meu lado em todos os momentos, celebrando cada pequena conquista durante o mestrado e me consolando nos momentos de frustração. Lidar com as responsabilidades do mestrado, do trabalho, da casa e da família, além dos desafios da vida de imigrante, não foi nada fácil para mim. E sem todas as palavras de força do meu marido, eu não sei se teria conseguido. Obrigada por acreditar em mim e por me motivar tanto. Você é minha maior inspiração.

Agradeço também aos amigos do mestrado e da vida, que também sempre estiveram ao meu lado. Destaco aqui o momento da divulgação do meu questionário, quando todos fizeram uma força-tarefa de compartilhamento para que eu pudesse receber muitas respostas.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todas as pessoas que responderam meu questionário. A contribuição de cada um foi muito valiosa para este estudo.

“Tenho em mim todos os sonhos do mundo”.

(Fernando Pessoa).

RESUMO

O presente estudo possui como objetivo analisar os níveis de influência da confiança institucional e do ativismo ambiental na responsabilidade social corporativa diante da problemática da poluição por plásticos nos oceanos, com ênfase na análise do papel desempenhado pelo governo e pelas organizações não governamentais (ONGs). O aumento exponencial na produção e no uso de materiais plásticos tem resultado na geração contínua de resíduos que, quando alinhada à escassez de alternativas adequadas para reciclagem e descartes apropriados, torna-se uma séria ameaça ao meio ambiente. Nesse cenário, as discussões acerca da responsabilidade social corporativa e do papel desempenhado por entidades governamentais e não governamentais na abordagem de tal problema têm ganhado cada vez mais destaque, com a apresentação de demandas voltadas para a busca de soluções eficazes que possam atenuar de maneira significativa os impactos resultantes da poluição por plásticos nos oceanos. Contudo, apesar da importância das ações sociais, econômicas e ambientais do governo e das ONGs no combate a esse problema, o sucesso de tais iniciativas também pode estar relacionado ao nível de confiança e comportamento pró-ativista por parte do público. A presente pesquisa é classificada como explicativa, descritiva e adota uma abordagem quantitativa. Para condução do estudo, optou-se pela aplicação de um questionário online, o qual foi divulgado em diferentes redes sociais, resultando em 305 respostas válidas. O tratamento dos dados se deu por meio da análise fatorial exploratória e por regressão linear múltipla. Após a realização da análise de regressão, os resultados destacaram relações sólidas de influência da confiança institucional na responsabilidade social corporativa. Na análise voltada para o governo, o construto “confiança” demonstrou exercer uma influência de 55,5% na responsabilidade social corporativa, enquanto na análise direcionada às ONGs, essa influência foi de 71,5%. Tais descobertas apontam para oportunidades de fortalecimento dessa relação de confiança pública pelo governo, através de comunicação eficaz e políticas colaborativas. Para as ONGs, a confiança mostra-se como elemento de grande importância para sua estabilidade e capacidade de liderança em iniciativas socioambientais. O construto “ativismo ambiental”, por sua vez, não demonstrou nenhuma influência na responsabilidade social corporativa do governo ou das ONGs, sugerindo a necessidade de investigações futuras para melhor entendimento dos agentes impulsionadores e dos obstáculos para esse comportamento ativista.

Palavras-chave: Poluição plástica. Responsabilidade social corporativa. Confiança institucional. Ativismo ambiental. Governo. Organizações não governamentais.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the levels of influence of institutional trust and environmental activism on corporate social responsibility regarding the issue of plastic pollution in the oceans, with an emphasis on the roles played by both governmental and non-governmental organizations (NGOs). The exponential increase in plastic production and usage has led to continuous generation of waste, which, when coupled with the scarcity of suitable recycling alternatives and proper disposal methods, poses a serious threat to the environment. In this scenario, discussions surrounding corporate social responsibility and the roles of governmental and non-governmental entities in addressing this issue have gained increasing prominence, with demands for effective solutions to significantly mitigate the impacts of plastic pollution in the oceans. However, despite the importance of governmental and NGO actions in combating this problem, the success of such initiatives may also be related to the level of public trust and proactive behavior. This research is classified as explanatory and descriptive, adopting a quantitative approach. For the study, an online questionnaire was administered and disseminated through various social media platforms, resulting in 305 valid responses. Data analysis involved exploratory factor analysis and two multiple regression tests. Regression test results highlighted strong relationships between institutional trust and corporate social responsibility. In the analysis focused on the government, the construct of "trust" showed an influence of 55.5% on corporate social responsibility, while in the analysis focused on NGOs, this influence was 71.5%. These findings point to opportunities for strengthening public trust in the government through effective communication and collaborative policies. For NGOs, trust is shown to be crucial for their stability and leadership capacity in socio-environmental initiatives. However, the construct of "environmental activism" did not demonstrate any impact on governmental or NGO corporate social responsibility, suggesting the need for future research to better understand the driving factors and obstacles for this activist behavior.

Keywords: Plastic pollution. Corporate social responsibility. Institutional trust. Environmental activism. Government. Non-governmental organizations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As 10 maiores fontes de poluição plástica no mundo	31
Figura 2 - A Pirâmide da responsabilidade social corporativa de Carroll	35
Figura 3 - Modelo conceitual de confiança do indivíduo na outra parte	38
Figura 4 - Modelo teórico da presente pesquisa	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção anual de plásticos em todo o mundo de 1950 a 2020 (em milhões de toneladas métricas)	29
Gráfico 2 - Gênero dos respondentes	61
Gráfico 3 - Faixa etária dos respondentes	62
Gráfico 4 - Escolaridade dos respondentes	63
Gráfico 5 - Situação de emprego ou trabalho dos respondentes	64
Gráfico 6 - Renda familiar mensal dos respondentes	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escala de ativismo ambiental	55
Tabela 2 - Escala de responsabilidade social corporativa (adaptada ao governo)	56
Tabela 3 - Escala de confiança no governo	56
Tabela 4 - Escala de responsabilidade social corporativa (adaptada às ONGs)	57
Tabela 5 - Escala de confiança nas ONGs	57
Tabela 6 - Conhecimento acerca de dispositivos legais de proteção ambiental	59
Tabela 7 - Conhecimento acerca das ONGs Ambientais	59
Tabela 8 - Variáveis preditoras da responsabilidade corporativa do governo	82
Tabela 9 - Variáveis preditoras da responsabilidade corporativa das ONGs	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidades estimadas de plásticos presentes nas principais áreas marinhas em bilhões de itens (números arredondados)	33
Quadro 2 - Gênero dos respondentes	61
Quadro 3 - Faixa etária dos respondentes	62
Quadro 4 - Escolaridade dos respondentes	63
Quadro 5 - Situação de emprego ou trabalho dos respondentes	64
Quadro 6 - Renda familiar mensal dos respondentes	65
Quadro 7 - Conhecimento acerca dos diplomas legais de proteção ambiental	66
Quadro 8 - Conhecimento acerca das ONGs ambientais	67
Quadro 9 - Média e Desvio padrão da análise do Ativismo Ambiental	68
Quadro 10 - Percentuais e quantidades de respostas sobre Ativismo Ambiental para cada nível da escala Likert	69
Quadro 11 - Média e Desvio padrão da análise da Responsabilidade Social Corporativa do governo	70
Quadro 12 - Percentuais e quantidades de respostas sobre Responsabilidade Social Corporativa do Governo para cada nível da escala Likert	71
Quadro 13 - Média e Desvio padrão da análise da Confiança no governo	72
Quadro 14 - Percentuais e quantidades de respostas sobre Confiança no governo para cada nível da escala Likert	73
Quadro 15 - Média e Desvio padrão da análise da Responsabilidade Social Corporativa das ONGs	74
Quadro 16 - Percentuais e quantidades de respostas sobre Responsabilidade Social Corporativa das ONGs para cada nível da escala Likert	75
Quadro 17 - Média e Desvio padrão da análise da Confiança nas ONGs	75
Quadro 18 - Percentuais e quantidades de respostas sobre Confiança nas ONGs para cada nível da escala Likert	76
Quadro 19 - Análise fatorial exploratória	78
Quadro 20 - Resumo do primeiro modelo de regressão (RSC - governo)	82
Quadro 21 - Resumo do primeiro modelo de regressão (RSC - ONGs)	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIPLAST	Associação Brasileira da Indústria de Plástico
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
WWF	<i>World Wide Fund For Nature</i>

LISTA DE SÍMBOLOS

\$	Dólar
R\$	Real

SUMÁRIO

1 1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Contextualização	15
1.2 Questão da pesquisa	19
1.3 Objetivo geral	19
1.4 Objetivos específicos	19
1.5 Justificativa	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1 Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade	25
2.2 A poluição de plásticos nos oceanos	28
2.3 Responsabilidade social corporativa	34
2.4 Confiança institucional	37
2.5 Ativismo ambiental	40
2.6 O Poder Público no enfrentamento à poluição por plástico nos oceanos	42
<i>2.6.1 Políticas Públicas: concepções teóricas e exemplo prático global</i>	42
<i>2.6.2 A Legislação Brasileira na atuação contra a poluição por plástico nos oceanos</i>	44
<i>2.6.2.1 A Constituição de 1988</i>	45
<i>2.6.2.2 A Política Nacional do Meio Ambiente</i>	45
<i>2.6.2.3 Convenção sobre zonas úmidas de importância internacional</i>	46
<i>2.6.2.4 A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)</i>	46
<i>2.6.2.5 A Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana</i>	47
2.7 As Organizações não governamentais (ONGs)	47
<i>2.7.1 Organizações não governamentais internacionais atuantes no enfrentamento da poluição por plásticos nos oceanos</i>	50
<i>2.7.2 Organizações não governamentais nacionais atuantes no enfrentamento da poluição por plásticos nos oceanos</i>	52
2.8 Modelo teórico	53
3 METODOLOGIA	54
3.1 Classificação de pesquisa	54
3.2 População e amostra	54
3.3 Instrumento de coleta de dados	55
3.4 Tratamento dos dados	59
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	61
4.1 Caracterização da Amostra	61
4.2 Conhecimento acerca de dispositivos legais e ONGs ambientais	65
4.3 Estatística descritiva dos construtos	67
4.4 Análise fatorial exploratória	78
4.5 Análise das variáveis preditoras da responsabilidade corporativa do governo e das ONGs	82
4.6 Discussão acerca dos dados	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE	104

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Em uma escala mundial, o desenvolvimento da globalização tem ocasionado o advento de profundas mudanças nas esferas econômica, política e cultural, em um contexto em que vem exercendo influência nos modelos de organização e de dinamização das forças produtivas, bem como vem causando repercussões nas relações de produção, tais como a acumulação, a interdependência e o globalismo (MARTELLO; RODRIGUES, 2021). As consequências negativas resultantes dos problemas de caráter socioambiental percebidos na atualidade estão presentes em diversos espaços e fazem parte de diferentes discursos em camadas do governo, nas organizações não governamentais, nas mídias, nas empresas, nas instituições de ensino e em partidos políticos. Contudo, apesar da evidente manifestação a favor da agenda ambiental, o processo de degradação apresenta aumentos em uma frequência diária e a níveis ameaçadores (BIASOLI; SORRENTINO, 2018).

O agravamento da crise ambiental promoveu a busca pela adoção de comportamentos e ações que contribuam para a prolongação e a melhoria da vida na terra. As discussões acerca do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade e da proteção ambiental atingiram uma proporção global como consequência da percepção dos indivíduos de que, como as relações sociais e econômicas podem ocorrer a nível mundial, as consequências da degradação do ambiente podem afetar a todos (FREITAS, 2019).

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade ganharam destaque inicialmente no Relatório da Comissão *Brundtland*, intitulado de “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum) e publicado em 1987. No relatório, tais conceitos eram apresentados como instrumentos para correlacionar, de uma forma eficiente e segura, as questões orientadas para o desenvolvimento econômico e para a estabilidade ambiental (ROUT et al., 2020). Desde o Relatório de *Brundtland*, o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade têm sido considerados componentes fundamentais para a solução de problemas de caráter social, econômico e ambiental, tendo ampliado os estudos acerca do aperfeiçoamento de estratégias e planos de ação para a adequada conciliação entre as necessidades econômicas e ecológicas (DINCER; ROSEN, 2020).

Nos últimos 20 anos, o conceito de sustentabilidade passou por um processo de expansão e, como consequência, moldou e complementou grande parte das discussões acerca da responsabilidade social corporativa (RSC). Os ideais da sustentabilidade encontram-se, portanto, inseridos no conceito de responsabilidade social corporativa, conceito este que se

empenha em estudar as relações entre os negócios, as organizações e a sociedade e que representa um conjunto de entendimentos e expectativas recíprocas que caracterizam a relação entre grandes instituições, bem como direciona seus esforços para a forma como as instituições podem responder ao ambiente social a partir de uma perspectiva orientada para a ação (MAAK; PLESS, 2022). A RSC denota o compromisso das instituições com os desdobramentos de suas atividades nos âmbitos social, econômico e ambiental. Isso implica na integração ativa de preocupações sócioambientais na formulação de estratégias e na tomada de decisão. Ao alinhar seus objetivos com o bem-estar social e ambiental, as instituições assumem um papel ativo na promoção do desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo (BANERJEE, 2022).

Dentre os problemas ambientais amplamente discutidos que resultam principalmente das práticas contemporâneas de produção e consumo, a geração contínua de resíduos plásticos apresenta-se como um dos mais graves (RAPADA; YU; YU, 2021). Quando combinados às capacidades de engenharia de produção em massa, os processos de criação de novos produtos químicos sintéticos transformam o plástico em um dos materiais mais populares da conjuntura atual (SYBERG et al., 2018). De acordo com Cavaliere et al. (2020), a produção em massa e a utilização imoderada de plásticos nas últimas décadas representam uma grande ameaça ao meio ambiente, em virtude dos altos níveis de poluição. Ainda de acordo com os autores, apesar da constatação da existência de um processo de transição industrial para alternativas plásticas mais sustentáveis, tal processo poderá levar anos para se tornar efetivamente viável dos pontos de vista industrial e econômico.

O relatório “Global Plastics Outlook” (Perspectivas Globais de Plásticos), elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), declarou que a produção de plásticos foi impulsionada principalmente pelo crescimento populacional e pelo aumento da renda, tendo passado de uma produção mundial de 234 milhões de toneladas no ano 2000, para 460 milhões de toneladas no ano de 2019. Quanto à presença de resíduos plásticos no mundo, esta passou de 156 milhões de toneladas no ano 2000 para 353 milhões de toneladas no ano de 2019 e, no que concerne à reciclagem de tais resíduos, apenas 9% têm passado pelo processo de reciclagem, enquanto 19% têm sido incinerados e quase 50% despejados em aterros sanitários. Os 22% restantes têm passado por um descarte não controlado, podendo ser queimados a céu aberto ou vazados para o meio ambiente (OECD, 2022).

A inserção de polímeros plásticos de maneira descomedida no meio ambiente vem ocasionando a disseminação de fragmentos plásticos (micro plásticos) na natureza, o que passou

a representar um importante tópico de saúde pública (ZUCCARELLO et al., 2019). Os micro plásticos, bem como os nano plásticos e os nano materiais de engenharia, podem ser introduzidos no meio ambiente por meio da fabricação industrial intencional e de processos antropogênicos não controlados. As variadas formas presentes em tais materiais resultam no surgimento de partículas com diferentes tamanhos, composições e morfologias, que são dispersas no solo, no ar e na água (SYBERG et al., 2018).

A presença de detritos plásticos no ambiente aquático representa uma crise ambiental crescente e a poluição de plásticos descartáveis no oceano e em ambientes costeiros retrata um cenário que exige atenção imediata em todo o mundo (VAN RENSBURG; NKOMO; DUBE, 2020). De acordo com informações contidas na Resolução adotada pela Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente em março de 2022, os altos e gradativos níveis de poluição de plástico têm gerado efeitos negativos nas dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, apresentando impactos expressos no ambiente marinho. A resolução declara ainda a necessidade de fortalecimento do campo de interação entre ciência e política em diferentes níveis, bem como a imprescindibilidade em promover ações constantes e progressivas em níveis local, regional e global (NATIONS, 2022).

No contexto nacional, leis, projetos e parcerias vêm sendo desenvolvidos a fim de prevenir e amenizar os impactos causados pela presença do plástico no meio ambiente (SCOTON; CASTRO; VIDAL, 2022). O Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988) e, no que concerne às ações do governo exclusivamente direcionadas aos problemas de poluição dos oceanos, pode ser destacada, dentre os diplomas legais, a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana do Ministério do Meio Ambiente, que possui um plano de combate ao lixo no mar, com diagnósticos do problema, objetivos, diretrizes e identificação dos principais itens plásticos coletados nas campanhas (AMBIENTE, 2019).

As organizações não governamentais (ONGs) representam um outro agente de notável importância no enfrentamento à poluição de plásticos nos oceanos. Nos dias atuais, as ONGs estão presentes em todo o mundo e, desde a década de 1980, exercem importante influência nas políticas e nos discursos ambientais globais (PARTELOW; WINKLER; THALER, 2020). Tais organizações se transformaram em uma relevante força no processo de promoção da governança ambiental ao redor do mundo (LI et al., 2021) e, para Persson e Klintman (2021), ao passo que, dentro do contexto governamental, a competência das políticas

públicas continua vinculada a uma perspectiva de eficiência, as organizações não governamentais desempenham uma função mais comumente direcionada ao incentivo para adoção de uma cultura orientada à sustentabilidade.

O êxito das iniciativas governamentais e dos demais agentes atuantes no enfrentamento à poluição de plásticos, tais como as organizações não governamentais, sujeita-se também ao grau de confiança e ao nível de engajamento do público (DILKES-HOFFMAN et al., 2019), o que ressalta a importância em tratar de conceitos como os de confiança institucional e de ativismo ambiental.

A confiança institucional está relacionada ao resultado de um processo de engajamento contínuo entre indivíduos e instituições. Esta pode ser definida como a crença no potencial das pessoas ou organizações sociais para agirem em benefício do interesse público. Tal entendimento do conceito de confiança exerce uma influência significativa para a compreensão dos processos de percepção da legitimidade, credibilidade e competência dos agentes participantes da sociedade, em um contexto em que as contribuições entre os diversos agentes sociais devem ser valorizadas o suficiente para impactar nas decisões (DWYER; BIDWELL, 2019).

O ativismo ambiental, por sua vez, pode ser definido como um conjunto de ações realizadas por indivíduos ou organizações com o objetivo de promover a conscientização, a defesa e a implementação de medidas voltadas para a preservação e proteção do meio ambiente, e tem desempenhado um papel de grande importância na promoção da responsabilidade ambiental e na busca por soluções para questões relacionadas à degradação ambiental (SKOGLUND; BÖHM, 2019).

Em sua Resolução para o Meio Ambiente, a ONU reforçou a importância em aperfeiçoar o entendimento da sociedade no que tange ao impacto global da poluição plástica no meio ambiente (NATIONS, 2022) e, para que seja possível compreender de forma mais evidente o grau de aceitação dos indivíduos no que concerne às ações de enfrentamento à poluição plástica e ao apoio a eventuais soluções, faz-se necessário que haja enfoque na análise de suas opiniões pró-ambientais, bem como na análise de suas visões quanto às práticas ambientais advindas do governo, das organizações não governamentais, dentre outras entidades (DILKES-HOFFMAN et al., 2019).

Conforme explanam Eriksen et al. (2017), dentre os grupos de cientistas e agentes formuladores de políticas públicas, uma grande parcela não julga a limpeza total dos oceanos um processo economicamente ou logisticamente viável e, por essa razão, faz-se necessário que tal debate seja melhor direcionado à sociedade em geral, a fim de impulsionar certos esforços

em massa, seja por meio de aplicação de estratégias de zero desperdício, do aprimoramento de processos de recuperação de resíduos ou do correto gerenciamento de fontes pontuais de despejo de plásticos no meio ambiente. Em tal contexto, a confiança nas instituições e os comportamentos pró-ativistas das pessoas podem representar importantes elementos para o alcance de transformações sustentáveis por meio dos devidos processos de comunicação, deliberação e participação político-social (OTTO; CHILVERS; TRDLICOVA, 2023).

1.2 Questão da pesquisa

Após realizada tal contextualização, identifica-se como pertinente explorar a seguinte questão: Diante da importância dada à visão, ao engajamento e às respostas do público em relação às ações do governo e das organizações não governamentais no que concerne a poluição por plásticos nos oceanos, **como os níveis de confiança institucional e de ativismo ambiental podem influenciar a responsabilidade social corporativa (RSC) no que concerne à poluição por plásticos nos oceanos?**

1.3 Objetivo geral

O objetivo geral, portanto, consiste em **analisar a influência da confiança institucional e do ativismo ambiental na responsabilidade social corporativa do governo e das organizações não governamentais (ONGs) diante da problemática da poluição por plásticos nos oceanos.**

1.4 Objetivos específicos

Para que o objetivo geral exposto possa ser atendido, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) investigar a relação de influência entre a confiança institucional e o ativismo ambiental quanto à responsabilidade social corporativa do governo no enfrentamento da poluição por plásticos nos oceanos.
- b) investigar a relação de influência entre a confiança institucional e o ativismo ambiental quanto à responsabilidade social corporativa das organizações não governamentais (ONGs) em relação à poluição por plásticos nos oceanos.

1.5 Justificativa

Ao vivenciar o crescimento acelerado da integração econômica, da liberdade de comércio e do posterior aprimoramento da economia global, a sociedade tem sido cada vez

mais motivada a buscar entender até que ponto e de quais formas tais transformações podem afetar o meio ambiente. O crescente entendimento de que a globalização econômica diz respeito ao processo de integração de diferentes economias, funcionou, portanto, como um elemento motivador para o estudo e para o enfrentamento das consequências por ela trazidas (YOU; LV, 2018). Esse enfrentamento dos problemas ambientais ocasionados pelo crescimento econômico tem ocorrido principalmente por meio da busca por opções sustentáveis de consumo, pelo desenvolvimento de tecnologias e pela formulação de políticas públicas ambientais em todo o mundo, porém tais ações não têm sido suficientes para garantir a redução dos impactos ambientais adversos causados especialmente pelos padrões de consumo insustentáveis (PERSSON; KLINTMAN, 2021).

O aumento crítico da contaminação por plástico nos oceanos representa o resultado da dependência da sociedade por este tipo de material. Sendo utilizados com as mais variadas finalidades, os plásticos constituem diferentes fontes poluentes, tais como as fontes macro plásticas, que resultam essencialmente de produtos comerciais, substratos de pesca e subprodutos de construção, bem como as fontes micro plásticas, que podem derivar tanto do processo de degradação dos macro plásticos em ambientes aquáticos, quanto da abrasão de produtos plásticos comuns. As formas pelas quais os plásticos encontram e afetam o ambiente aquático também são numerosas, podendo tal poluição ocorrer por meio da utilização regular de produtos em proximidade a fluxos aquáticos, do escoamento de estradas, de infraestruturas inapropriadas para o gerenciamento de resíduos, dentre outras. Apesar de os efeitos da poluição por plásticos nos ecossistemas marinhos ainda não serem compreendidos em sua totalidade, sabe-se que a bioacumulação, os problemas de saúde em uma grande variedade de organismos, as condições de vida indesejáveis de comunidades costeiras e os custos econômicos são alguns dos impactos resultantes desse problema (WATT et al., 2021).

Ao serem realizadas análises acerca do conhecimento e das percepções de indivíduos quanto aos plásticos, torna-se importante destacar as preocupações relacionadas ao ambiente e à saúde, pois quanto maior o nível de conhecimento acerca do plástico, das implicações causadas por sua utilização excessiva e dos efeitos de seu descarte indevido, maior será o grau de preocupação quanto ao problema e maior será a probabilidade de que o consumo e o uso do plástico sejam evitados (CAVALIERE et al., 2020).

Conforme explanam Widayat et al. (2021), a consciência ambiental exerce um grande impacto na percepção e nos comportamentos dos consumidores e, quanto mais fortes forem as normas sociais relacionadas ao meio ambiente, mais favoráveis às questões ambientais serão as visões dos indivíduos e maior será a compreensão do impacto negativo proveniente do

consumo de plásticos. Todavia, segundo Heidbreder, Steinhorst e Schmitt (2020), a mudança de hábitos de consumo de plásticos continua representando um desafio, em virtude de certas barreiras estruturais, como a carência de alternativas não plásticas para produtos convencionais. Para Mendenhall (2018), ainda que o fenômeno dos detritos plásticos em ambientes marinhos seja amplamente discutido como um problema na comunidade internacional, existem lacunas significativas em sua compreensão, o que pode dificultar o desenvolvimento e a execução de políticas eficazes.

A crise enfrentada pela presença de plásticos nos oceanos vem sendo bem documentada em todo o mundo, mas o conhecimento acerca das percepções, das experiências e das opções de melhorias para as comunidades costeiras e para a sociedade em geral ainda é considerado escasso (PHELAN et al., 2020). Além disso, tal como tende a ocorrer em diversas causas focadas no meio ambiente, a redução do consumo de plásticos promove mudanças que poderão levar décadas para apresentar resultados positivos perceptíveis (SEPTIANTO; LEE, 2020).

Apesar da grande disseminação das questões de caráter ambiental no cenário público e nos espaços privados, o entendimento integral do problema ainda é marginal e as iniciativas, embora ofereçam certas melhorias, podem ser consideradas esparsas, limitadas e parciais, não sendo capazes de assegurar transformações sociais, políticas e ambientais de grande escala. Ações individualizadas e iniciativas pontuais não serão o suficiente para que a problemática da poluição por plásticos no ambiente, em especial no ambiente aquático, seja devidamente enfrentada. Tal enfrentamento deve ser delineado de forma crítica, por meio do desenvolvimento de políticas públicas estruturantes, democráticas e de caráter participativo, que permitam diálogos entre os diversos *stakeholders* e que sejam comunicadas de maneira transparente (BIASOLI; SORRENTINO, 2018).

A política global contemporânea possui, como uma de suas características notáveis, um alto grau de receptividade para com as interações entre instituições estatais e organizações não governamentais (ONGs) (REBELO, 2017). No que concerne às ações ambientais, conforme experiências compartilhadas pelos países da OCDE, as ONGs utilizam-se de dois padrões principais para a promoção de ações de governança ambiental. Por um lado, as ONGs buscam impulsionar melhorias ambientais por meio de pressões direcionadas aos agentes formuladores de políticas, bem como por meio da participação direta no desenvolvimento de ações de caráter ambiental. Por outro lado, por desenvolverem um alto nível de conhecimento técnico acerca das questões ambientais, as ONGs detêm a habilidade de trabalhar em prol do convencimento do público, das empresas e de camadas do governo para a importância da

adoção de novos modos de vida e da produção ecologicamente correta (LI et al., 2018).

Para Li et al. (2021), tendo em vista as evidentes melhorias que a atuação das ONGs ocasiona à qualidade ambiental, o crescimento das mesmas e o desenvolvimento de suas ações devem ser fortemente incentivados por outros agentes atuantes no enfrentamento à poluição, por meio de oportunidades direcionadas ao apoio financeiro e à ampliação de canais de investimento.

Após apresentadas algumas contribuições científicas acerca da crise enfrentada em todo o mundo pela poluição por plásticos nos oceanos, pode-se afirmar que o desenvolvimento da presente pesquisa trará importantes contribuições para o estudo de tal problemática, podendo oferecer uma melhor compreensão acerca das percepções da população sobre a responsabilidade social corporativa do governo e das ONGs e de que forma tais percepções podem ser influenciadas por seus níveis de confiança institucional e de ativismo ambiental. Tais informações podem servir como uma ferramenta eficaz na identificação de obstáculos no engajamento do público, na transparência, na comunicação e no estabelecimento de uma relação de confiança entre as instituições e a população em geral.

Dentro do processo de análise das pesquisas desenvolvidas nos últimos 5 anos, foram encontrados, na Plataforma Scopus e no Portal de Periódicos da Capes, 23 trabalhos direcionados ao crescimento do consumo e da utilização de plásticos, 20 trabalhos que tratavam da poluição por plásticos nos oceanos e 18 trabalhos relacionados ao papel dos governos no enfrentamento ao problema. Quanto aos trabalhos que tratavam da atuação das ONGs, apesar do grande número de pesquisas acerca da importância de tais organizações em diferentes causas (44 pesquisas encontradas), apenas 4 examinavam especificamente a atuação das ONGs no enfrentamento à poluição por plásticos nos oceanos. Além disso, apesar da ampla quantidade de contribuições acerca da responsabilidade social corporativa (40 pesquisas analisadas), da confiança no governo e em organizações não governamentais (34 pesquisas analisadas), e do ativismo ambiental (36 pesquisas analisadas), nenhuma pesquisa relacionou a confiança institucional e o ativismo ambiental à responsabilidade social corporativa.

Apesar de não ter sido encontrada nenhuma pesquisa que apresentasse uma proposta análoga à proposta do presente estudo, alguns estudos destacaram-se por oferecerem grande fundamentação à presente pesquisa, sendo estes os estudos realizados por Scoton, Castro e Vidal, em 2022, por Tudor e Williams em 2021 e por Tam (2020), que serão apresentados adiante.

A pesquisa desenvolvida por Scoton, Castro e Vidal (2022) foi intitulada “A poluição oceânica por plástico e as políticas públicas brasileiras relacionadas ao objetivo de

Desenvolvimento Sustentável 14” e teve seus esforços direcionados exclusivamente a uma análise do governo brasileiro. Seu objetivo foi examinar a atuação do Brasil, por meio de políticas públicas nas águas jurisdicionais, no que concerne às metas do objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa proteger a vida marinha e enfrentar os efeitos da poluição.

Os autores utilizaram-se da metodologia qualitativa para realização de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, a fim de analisar alguns dos documentos oficiais orientadores das políticas públicas no Brasil de combate à poluição por plásticos nos oceanos. Após realizada a análise, os autores constataram que os dados oficiais relacionados ao tema da poluição por plásticos nos oceanos ainda são demasiado escassos e pouco atualizados e que o processo de construção de indicadores por parte do governo brasileiro para o efetivo atendimento ao ODS 14 ainda não está completo, o que representa um grave problema, visto que o Brasil se comprometeu com a apresentação de seus indicadores na base de dados da Agenda 2030 (SCOTON; CASTRO; VIDAL, 2022).

A pesquisa desenvolvida por Tudor e Williams (2021), por sua vez, foi intitulada “The effectiveness of legislative and voluntary strategies to prevent ocean plastic pollution: Lessons from the UK and South Pacific” (A eficácia das estratégias legislativas e voluntárias para prevenir a poluição plástica dos oceanos: lições do Reino Unido e do Pacífico Sul) e possuiu como objetivo principal a realização de uma revisão e de uma análise da efetividade das políticas, da legislação, dos incentivos, das normas e comportamentos sociais em relação ao enfrentamento da poluição plástica por meio de pesquisas documentais e entrevistas com *stakeholders* de seis países: Austrália, Nova Zelândia, Fiji, Tonga, Vanuatu e Reino Unido.

Através de tais entrevistas e análises documentais, os pesquisadores chegaram à conclusão de que fatores como a demografia, as estruturas sociais, a riqueza de cada país, a geografia, as campanhas da mídia, a infraestrutura e a conscientização e confiança pública exercem um papel considerável nos resultados a serem alcançados, o que atesta que não há uma regra geral e exata que possa ser aplicada de maneira fixa em todos os países, tendo em vista que cada nação possui suas particularidades. Para os autores, faz-se necessário então, que pesquisas com propostas e análises semelhantes ou complementares sejam realizadas em outros países (TUDOR; WILLIAMS, 2021).

Por fim, a pesquisa desenvolvida por Tam (2020) foi intitulada “Understanding the psychology X politics interaction behind environmental activism: The roles of governmental trust, density of environmental NGOs, and democracy” (Compreendendo a interação entre psicologia e política por trás do ativismo ambiental: Os papéis da confiança governamental,

densidade de ONGs ambientais e democracia) e visou demonstrar que o efeito das motivações dos indivíduos em prol do meio ambiente é moderado pelo contexto político em que esses se encontram. Baseando-se em teorias da ciência política, Tam (2020) formulou a hipótese de que a preocupação ambiental está mais fortemente associada ao engajamento em ativismo ambiental entre indivíduos que possuem menos confiança no governo e encontrou um grande suporte para sua hipótese após realizar uma série de análises multiníveis de dados de 31 países.

O presente estudo estrutura-se da seguinte forma: após a contextualização, identificação dos objetivos geral e específicos e justificativa, será apresentado, na próxima seção, todo o conteúdo atinente à fundamentação teórica, abordando os aspectos históricos, conceituais e práticos do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, a explanação da problemática da poluição de plásticos nos oceanos, bem como contribuições teóricas acerca da responsabilidade social corporativa, da confiança institucional e do ativismo ambiental. Ainda nesta seção, serão abordados aspectos concernentes às ações do poder público no enfrentamento à poluição por plástico nos oceanos e à atuação das organizações não governamentais (ONGs). Além disso, será apresentado o modelo teórico desenvolvido com base na proposta do presente estudo. A terceira seção tratará da metodologia utilizada para a coleta e tratamento dos dados, apresentando as escalas utilizadas, enquanto a quarta seção apresentará uma análise dos dados obtidos a partir dos testes quantitativos. Por fim, serão apresentadas as discussões dos dados, as considerações finais, as referências utilizadas e o apêndice do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, são apresentadas as contribuições teóricas acerca do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, bem como uma evidenciação do cenário atual de poluição por plásticos nos oceanos. Além disso, serão abordados os conceitos de responsabilidade social corporativa, de confiança institucional e de ativismo ambiental. Em seguida, serão apresentadas contribuições teóricas acerca das políticas públicas, bem como serão listadas algumas ações do Governo do Brasil e das organizações não governamentais para enfrentamento do problema da poluição por plásticos nos oceanos. Por fim, será delineado o modelo teórico a partir das discussões apresentadas.

2.1 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

As discussões acerca do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade vêm sendo apontadas pela ONU desde 1972, por meio da promoção de ações globais voltadas para os mecanismos de interação entre a sociedade e o meio ambiente (BARBALHO; INOMATA; FERNANDES, 2021). O termo “desenvolvimento sustentável” foi, por sua vez, apresentado globalmente em 1987, por meio do relatório elaborado na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Comissão de *Brundtland* (TSALIS et al., 2020).

A perspectiva da Comissão de *Brundtland* acerca do desenvolvimento sustentável incluía os fatores ambientais, sociais e econômicos, bem como considerava como prioridade a definição de ações para remediação dos problemas já existentes na época. Para a comissão, os principais fatores a serem considerados para o gerenciamento dos problemas ambientais, sociais e econômicos eram o crescimento econômico mais acelerado em países industrializados e em desenvolvimento, o acesso livre ao mercado para produtos dos países em desenvolvimento, bem como níveis mais altos de transferência de tecnologia e fluxos de capital concessionais e comerciais. O crescimento econômico apontado pela comissão era, portanto, visto como compatível com as restrições ambientais já reconhecidas (NATIONS, 1987).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro (Rio-92), atribuiu ao desenvolvimento sustentável o status de missão global (DINCER; ROSEN, 2020). Dentre os princípios e objetivos estabelecidos durante a conferência, determinou-se que era dever dos Estados fomentar a cooperação e possibilitar um sistema econômico internacional favorável e aberto, de forma a alcançar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável em todos os países, sem que deixassem de ser abordadas as questões relacionadas à degradação ambiental. Medidas de caráter unilateral deveriam, portanto, ser evitadas na busca por soluções de

problemas ambientais. Ao fim da conferência, ficou evidente para os países participantes que todas as medidas que fossem destinadas a solucionar problemas ambientais transfronteiriços ou mundiais, deveriam ser baseadas em um consenso internacional (IPHAN, 2023).

Segundo Barbalho, Inomata e Fernandes (2021), os acordos firmados na conferência Rio-92 não se mostraram suficientes para a efetiva promoção do desenvolvimento sustentável e, por esse motivo, foi realizada também no Rio de Janeiro, uma nova conferência em 2012, a RIO+20. Dentre os questionamentos levantados durante a RIO+20, destacou-se a preocupação em como demonstrar às nações a urgência do desenvolvimento sustentável. Tal preocupação surgiu porque, ao passo em que as questões ambientais eram demasiado discutidas, outra agenda de grande importância encontrava-se em vigência desde o ano 2000, sendo essa a agenda de combate à pobreza, com objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM), que estariam em vigor até o ano de 2015. O foco estava, portanto, em conciliar os objetivos sociais e ambientais de forma a não reduzir a importância de nenhum dos dois (BARBALHO; INOMATA; FERNANDES, 2021).

Em sua concepção teórica, o desenvolvimento sustentável diz respeito a um conceito de caráter multifacetado, que evoluiu de uma concepção centrada em princípios ecológicos na década de 1970 para uma definição mais completa e direcionada às questões socioeconômicas em geral a partir dos anos 2000. O desenvolvimento sustentável incorpora em sua compreensão as filosofias de igualdade e dependência mútua entre as nações e gerações, bem como engloba os ideais de interdisciplinaridade, futuridade, participação, aprendizagem e adaptação em prol do desenvolvimento de ambientes socioeconômicos, naturais e socioculturais (ROUT et al., 2020).

Conforme explana Agbedahin (2019), o conceito de desenvolvimento sustentável discutido atualmente enfatiza não somente os pilares relacionados ao planeta, à prosperidade e à sociedade abordados desde o surgimento do termo, como também evidencia seu caráter estratégico e universal, bem como a sua importância no estabelecimento de parcerias entre diferentes agentes e em uma escala mundial. Para a autora, a busca pelo desenvolvimento sustentável tem se tornado um componente cada vez mais indispensável nas estruturas políticas em todo o mundo, porque envolve escolhas e decisões complexas nos níveis local, nacional, regional e internacional e em uma perspectiva tanto individual, quanto coletiva, fazendo com que o aprimoramento de planos e estratégias de desenvolvimento sustentável seja necessário.

Para Talan, Pathak e Tyagi (2020), os conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade não possuem significados idênticos, mas fundamentam-se a partir de questões semelhantes. O desenvolvimento sustentável diz respeito a uma teoria de caráter

integrativo que contempla dimensões sociais, aspectos ecológicos e panoramas econômicos e financeiros. Tais domínios são considerados, por sua vez, os pilares da sustentabilidade. Para que os pilares da sustentabilidade desdobrem-se em objetivos a serem alcançados, faz-se necessário que os agentes e que uma rede profissional de desenvolvimento sustentável pense, formule planos e implemente ações em um nível global, ou seja, para que as metas da sustentabilidade sejam atingidas, estratégias devem ser desenvolvidas para o efetivo enfrentamento dos problemas que impedem o crescimento e o desenvolvimento sustentável globalmente.

Para Dincer e Rosen (2020), a busca pelo desenvolvimento sustentável deve considerar quatro elementos-chave, quais sejam: as sustentabilidades social, econômica, ambiental e tecnológica. A sustentabilidade social tem seus esforços direcionados para o atendimento das necessidades da sociedade, para a garantia de conscientização e educação dos indivíduos e para satisfação de padrões sociais no que diz respeito aos aspectos éticos e culturais. A sustentabilidade econômica, por sua vez, está orientada para o fornecimento de recursos, tecnologias e serviços acessíveis para a sociedade, bem como para o facilitamento da obtenção de um bom padrão de vida.

A sustentabilidade ambiental possui como objetivos principais a busca pela garantia de altos padrões de saúde, a manutenção de um meio ambiente saudável com os menores níveis possíveis de impacto ambiental e a apropriada remediação de danos ambientais já causados. Já a sustentabilidade tecnológica volta-se para o desenvolvimento de tecnologias verdes, para a avaliação do ciclo de vida dos produtos, para a aplicação de princípios sustentáveis na tecnologia industrial e para uma efetiva educação e qualificação dos profissionais da área (DINCER; ROSEN, 2020).

O conceito de sustentabilidade, segundo Have e Gordijn (2020), pode ser utilizado em diferentes contextos sociais e pode ser diretamente relacionado a outros conceitos, tais como os de conservação, resiliência e administração. Todavia, para os autores, a noção de sustentabilidade que foi introduzida inicialmente pela Comissão de Brundtland possui um certo grau de insuficiência e limitação, visto que, na mesma proporção em que afirma a busca por equidade social, econômica e ambiental, com um propósito de integração entre tais esferas, também assume que essas esferas só poderão ser tratadas de forma separada, com lógicas e valores próprios. Tal dualidade pode, por sua vez, motivar a preponderância da busca pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento social sobre o desempenho ambiental. Além disso, os autores apontam que a falta de equilíbrio entre as esferas também existe ao serem analisadas as situações dos países em desenvolvimento, a exemplo dos países ocidentais, que

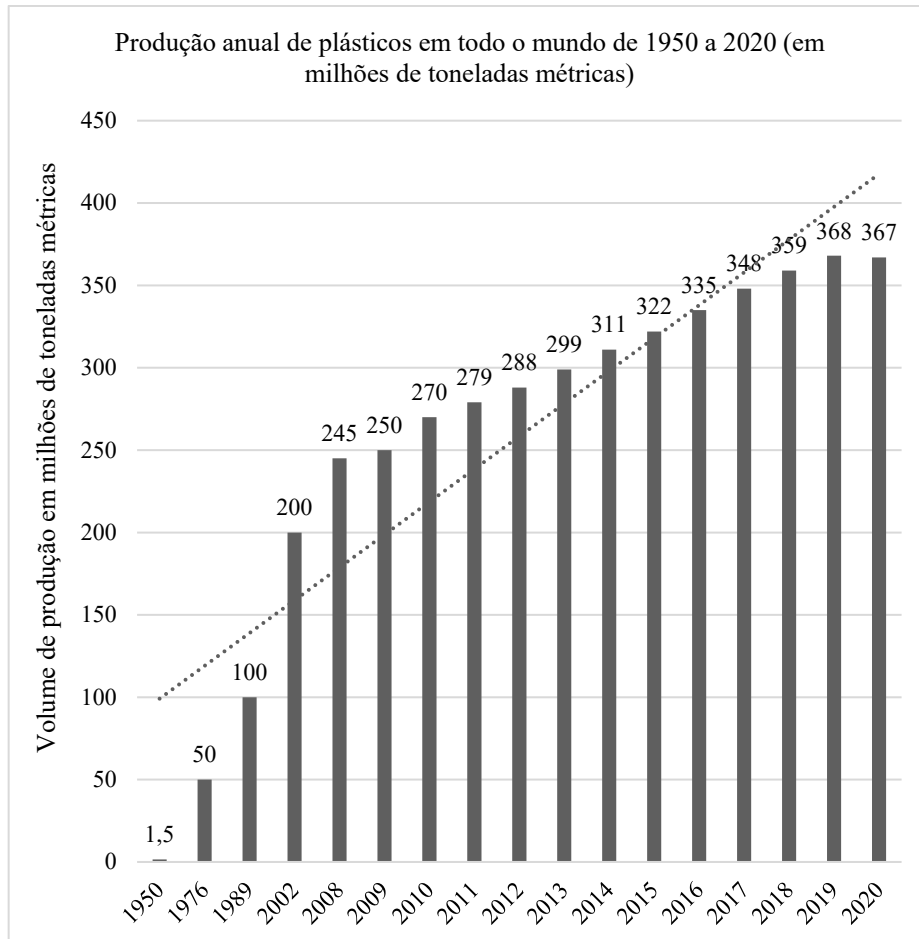
têm vivenciado um grande nível de desenvolvimento econômico à custa da degradação do ambiente.

O desenvolvimento sustentável representa uma meta universal na qual todos os agentes da sociedade, em níveis governamentais, empresariais, coletivos e individuais, devem se empenhar para atingir (MORLAT, 2020) e dentre as pautas presentes nos objetivos do desenvolvimento sustentável que devem ser consideradas e conquistadas por todos, estão aquelas relacionadas à poluição por plásticos nos ambientes marinhos. Tendo em vista que os crescentes níveis de produção e consumo de plásticos ocasionaram uma grande quantidade de resíduos sólidos, tais resíduos representam atualmente uma grande ameaça ao bem-estar dos seres humanos e dos ecossistemas, devendo ser enfrentado em caráter de urgência (KAUTISH et al., 2021).

2.2 A poluição de plásticos nos oceanos

Os plásticos representam um dos materiais em maior abundância no mundo inteiro. Sua constante e volumosa produção foi capaz de redefinir a cultura material da sociedade e representa atualmente uma das principais fontes de poluição (VAN RENSBURG; NKOMO; DUBE, 2020). A produção e o consumo de materiais plásticos expandiram de maneira vertiginosa nas últimas décadas, tendo mais da metade dos produtos plásticos sido fabricada após o ano de 2005. O controle do mercado de materiais plásticos pertence a algumas grandes corporações multinacionais, que juntas, investem cerca de 200 bilhões de dólares em capacidade adicional para incentivo ao crescimento na produção de produtos petroquímicos, dos quais a maioria é convertida em plásticos (HEINRICH BOLL STIFTUNF, 2020). O gráfico abaixo exibe o crescimento da produção anual de plásticos em todo o mundo, desde 1950 até 2020, de acordo com dados coletados pela Statista, organização especializada em coleta de dados estatísticos direcionados ao mercado e aos consumidores (STATISTA, 2022).

Gráfico 1 - Produção anual de plásticos em todo o mundo de 1950 a 2020 (em milhões de toneladas métricas)



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base nas informações divulgadas pela Statista (2022).

No Brasil, dados do relatório elaborado pela Associação Brasileira da Indústria de Plástico (ABIPLAST) apontam que, no ano de 2021, a produção física de plástico no país foi de 7,1 milhões de toneladas, enquanto o consumo aparente de plástico para o mesmo ano foi de 7,6 milhões de toneladas. O faturamento da indústria de plásticos foi, por sua vez, de R\$127,5 bilhões. Além disso, no que concerne ao ciclo de vida dos plásticos consumidos, 41,5% dos plásticos possuem ciclo de vida longo (acima de 5 anos), enquanto 18,9% possuem ciclo de vida médio (de 1 a 5 anos) e 39,6% possuem ciclo de vida curto (até 1 ano) (ABIPLAST, 2021).

O ciclo de vida do plástico é iniciado a partir do surgimento das matérias-primas de combustíveis fósseis obtidas nos processos de extração e refinamento do petróleo bruto e do gás natural. Tais processos são considerados os principais meios para a composição de

polímeros plásticos virgens. Na primeira fase do ciclo de vida dos plásticos, existem cerca de 30 tipos principais de polímeros plásticos virgens que são adquiridos por produtores e fornecedores de materiais plásticos para a transformação em produtos de valor agregado, sejam esses considerados produtos intermediários ou finais. Dentre os inúmeros produtos plásticos comercializados nacional e internacionalmente, podem ser destacados os tecidos sintéticos e as roupas acabadas, as embalagens plásticas, os materiais de construção, as máquinas para indústrias, os mais diversos artigos elétricos e eletrônicos, os produtos para consumo doméstico e as peças de automóveis (OECD, 2022).

No estágio final do ciclo de vida dos plásticos, são gerados os resíduos plásticos. Os resíduos plásticos têm ocupado as residências no comércio global e os problemas resultantes do acúmulo de tais resíduos, quando unidos aos dilemas de reciclagem insustentáveis, representam uma grave ameaça para o mundo (WANG et al., 2021). Um dos itens de origem plástica mais utilizados pelas famílias em todo o mundo são as sacolas plásticas descartáveis. Apesar da praticidade de sua utilização, as sacolas plásticas transformaram-se rapidamente em um dos materiais mais poluentes em todo o planeta, devido ao seu uso excessivo desacompanhado de um melhor fomento à cultura de reutilização. O processo de degradação das sacolas plásticas descartáveis pode levar até 200 anos para ocorrer e, como consequência, o impacto causado no meio ambiente torna-se cada vez mais evidente, sendo refletido na destruição de paisagens naturais, em danos à saúde humana, bem como na alteração de ecossistemas terrestres e marinhos (ZAMBRANO-MONSERRATE; RUANO, 2020).

A figura abaixo apresenta uma lista com os 10 países que mais produzem resíduos plásticos no mundo, bem como uma lista das 10 marcas que possuem os maiores índices de lixos plásticos, de acordo com informações coletadas em Heinrich Boll Stiftung (2020).

Figura 1 - As 10 maiores fontes de poluição plástica no mundo



Fonte: Elaborada pela autora (2023) com base nas informações coletadas em Heinrich Boll Stiftung (2020).

O impacto ambiental negativo da poluição plástica, especialmente dos ambientes aquáticos, vem sendo amplamente explorado e documentado (UNCTAD, 2021) e, nos últimos anos, tem crescido o reconhecimento de que o comércio de resíduos plásticos de países desenvolvidos para países em desenvolvimento foi um dos grandes responsáveis pelo aumento nos problemas de poluição plástica marinha (GRID-ARENDAL, 2019). Uma vez inseridos no ambiente aquático, os resíduos plásticos passam por um processo de degradação que encadeia uma complexa combinação de materiais de diferentes origens, de partículas fragmentadas e de outros produtos degradáveis e não poliméricos, o que ocasiona a exposição da biota a composições ameaçadoras de produtos químicos e plásticos associados (SYBERG et al., 2018).

Os micro plásticos representam os polímeros sintéticos com maior presença em ambientes aquáticos por dois fatores principais, quais sejam: seus tamanhos e suas formas variadas. Quando comparadas aos macro plásticos, as pequenas frações de micro plásticos movimentam-se rapidamente, fazendo-se presente em diferentes partes e dificultando sua determinação em amostras ambientais. Além disso, por existir uma grande diversidade de polímeros sintéticos, os micro plásticos não apresentam nenhum tipo de uniformidade, o que garante a presença dos mais variados polímeros plásticos no ambiente aquático. Conhecer os tipos de polímeros presentes no ambiente torna-se, portanto, uma função de grande importância, visto que faz-se necessário estudar suas propriedades físico-químicas para que seja possível calcular de forma mais efetiva seu período de degradação (KLEIN et al., 2018).

Os processos de fragmentação e degradação dos micro plásticos formam, como

resultado, partículas plásticas nanométricas, os nano plásticos. Quando presentes de maneira abundante no meio ambiente, tanto os micro plásticos, quanto os nano plásticos, podem gerar efeitos eco toxicológicos diretos em organismos aquáticos e, embora as pesquisas quanto a tais efeitos ainda não sejam suficientes para um melhor entendimento da gravidade da situação, já foi constatado que o tamanho pequeno de tais componentes deve ser considerado um grande problema, principalmente no que diz respeito ao deslocamento das partículas plásticas dentro dos organismos e dos efeitos adversos que causam (SYBERG et al., 2018).

Os oceanos integram 97% da água da Terra e, em termos de volume, representam 99% do espaço vital do planeta. Diferentes recursos naturais de caráter essencial são fornecidos pelos oceanos, tais como alimentos, medicamentos e biocombustíveis. Nos dias atuais, além dos problemas enfrentados pela superexploração de mais de 30% das espécies de peixes do mundo, a poluição marinha está atingindo uma escala cada vez mais preocupante, com cerca de 13.000 fragmentos de lixos plásticos encontrados nos oceanos para cada quilômetro quadrado (NATIONS, 2022).

No litoral brasileiro, a quantidade mínima estimada de resíduos poluentes é de 325 mil toneladas e 70% dos resíduos coletados nas limpezas de praias são materiais plásticos. Quanto aos danos causados aos animais marinhos, estima-se que cerca de 90% das espécies de aves e tartarugas marinhas já ingeriram plásticos e que 1 em cada 10 animais morre após ingerir tais resíduos. Além disso, estima-se que 85% dos animais mortos pela ingestão de lixos plásticos eram animais que estavam ameaçados de extinção (OCEANA, 2022).

O quadro abaixo apresenta uma lista com as quantidades estimadas de plásticos presentes nas principais áreas marinhas em bilhões de itens, de acordo com informações coletadas em Heinrich Boll Stiftung (2020).

Quadro 1 - Quantidades estimadas de plásticos presentes nas principais áreas marinhas em bilhões de itens
(números arredondados)

OCEANO	TIPOS DE PLÁSTICOS	QUANTIDADE ESTIMADA (EM BILHÕES DE ITENS)
Pacífico Norte 1.990 bilhões de itens	Microplásticos pequenos	688
	Microplásticos grandes	1.160
	Mesoplásticos	132
	Macroplásticos	3
Oceano Índico 1.300 bilhões de itens	Microplásticos pequenos	455
	Microplásticos grandes	749
	Mesoplásticos	92
	Macroplásticos	2
Atlântico Norte 930 bilhões de itens	Microplásticos pequenos	324
	Microplásticos grandes	532
	Mesoplásticos	73
	Macroplásticos	2
Pacífico Sul 491 bilhões de itens	Microplásticos pequenos	176
	Microplásticos grandes	269
	Mesoplásticos	44
	Macroplásticos	1
Atlântico Sul 297 bilhões de itens	Microplásticos pequenos	106
	Microplásticos grandes	167
	Mesoplásticos	24
	Macroplásticos	0,5
Mar Mediterrâneo 247 bilhões de itens	Microplásticos pequenos	85
	Microplásticos grandes	146
	Mesoplásticos	16
	Macroplásticos	0,4

Fonte: Elaborada pela autora (2023) com base nas informações coletadas em Heinrich Boll Stiftung (2020).

No que concerne à busca pela solução dos problemas relacionados à poluição por plásticos, Tudor e Williams (2021) afirmam que não existem planos e métodos únicos ou até mesmo medidas e legislações isoladas que sejam capazes de reduzir significativamente os impactos causados pela poluição de detritos plásticos em todo o planeta ou o volume de plásticos que entra nos oceanos, mas que, no contexto atual, uma solução considerada atrativa nas perspectivas econômica, social e ambiental diz respeito à junção e ao alinhamento entre ações de redução do consumo geral de recursos e criações de novos métodos de reutilização, bem como um maior aprimoramento dos métodos já existentes. Para os autores, o direcionamento dos esforços apenas para a gestão de resíduos ou para a redução no consumo de maneira isolada, apesar de críticas, não são suficientes para resolução do problema e devem ser analisadas e aplicadas com cuidado, para que não acarretem efeitos negativos não intencionais.

2.3 Responsabilidade social corporativa

A Responsabilidade social corporativa (RSC) diz respeito a um fenômeno global com atributos relevantes e indispensáveis aos cenários mercadológicos e aos ambientes organizacionais. No contexto atual, os ideais da responsabilidade social corporativa encontram-se presentes nas dinâmicas corporativas, institucionais e governamentais dos países desenvolvidos e das economias em desenvolvimento, bem como integram as mais importantes discussões acerca das relações entre negócios e sociedade (CARROLL; BROWN, 2022).

O processo de expansão das pesquisas e práticas em responsabilidade social corporativa pode ser observado em instituições de todo o mundo que, ao visualizarem a RSC como um dos agentes integrantes dos propósitos para a sustentabilidade, têm contribuído com o seu crescimento por meio de diferentes ações sociais e ambientais (CARROLL, 2021). Do ponto de vista da sociedade, o crescimento do entendimento acerca das problemáticas sociais e ambientais tem atuado cada vez mais como um elemento incentivador na exigência de soluções por parte de grupos sociais para com as organizações e os governos (PEREIRA et al., 2022).

Algumas décadas atrás, determinados argumentos e objeções relacionados às questões de caráter socioambiental não faziam parte dos processos de desenvolvimento de produtos e serviços. Nos cenários industriais e comerciais, não existia uma alta percepção de que o meio ambiente e a sociedade poderiam ser afetados positiva ou negativamente por decisões e ações das empresas. Por conseguinte, poucas vezes tornava-se possível constatar noções de responsabilidade social corporativa nos ambientes organizacionais. Com o passar dos anos, tendo em vista o crescimento das discussões sociais, bem como o aumento dos problemas relacionados à degradação ambiental, os setores industriais, empresariais, acadêmicos e políticos passaram a buscar adquirir um maior entendimento sobre as implicações de suas ações como um todo (KRAUS; REHMAN; GARCÍA, 2020).

Dentre as concepções de responsabilidade social corporativa inicialmente apresentadas, pode ser destacada a contribuição de Howard Bowen que, por meio de sua obra publicada em 1953 e intitulada “Responsabilidades sociais do homem de negócios”, definiu a responsabilidade social corporativa com enfoque em um atributo de compulsoriedade. Para o autor, a responsabilidade social corporativa dizia respeito às obrigações dos empreendedores e gestores em tomar decisões que estivessem de acordo com os objetivos e valores sociais da sociedade (NEJATI et al., 2020).

As discussões mais aprofundadas acerca da responsabilidade social corporativa ocorreram na década de 1970, época marcada por uma fase em que diversas regulamentações

passaram a ser criadas pelos órgãos governamentais, bem como aceitas e cumpridas pelas organizações empresariais que buscavam não somente evitar sanções futuras, como também esperavam receber respostas positivas da sociedade. Já no contexto acadêmico, os estudos relacionados à responsabilidade social corporativa na década de 1970 estavam se direcionando para o desenvolvimento da trajetória central da RSC: a responsabilidade social corporativa (RSC1), a Responsividade Social Corporativa (RSC2) e o Desempenho Social Corporativo (DSC) (CARROLL, 2021).

No ano de 1979, Archie B. Carroll propôs um modelo de divisão da responsabilidade social corporativa em quatro dimensões principais, sendo essas as dimensões econômica, legal, ética e social (voluntária ou filantrópica) (PEREIRA et al., 2022). Tal modelo, conforme explanou Carroll (2021), foi desenvolvido primordialmente com o intuito de conceituar a responsabilidade social corporativa a partir de uma perspectiva mais ampla, que pudesse incorporar um maior grupo de responsabilidades das empresas para com a sociedade. Para o autor, tal necessidade de ampliação conceitual se dava porque as definições de responsabilidade social corporativa apresentadas até então estavam demasiadamente direcionadas à obtenção de lucro. A figura abaixo exhibe a pirâmide da responsabilidade social corporativa desenvolvida por Carroll, contendo todas as quatro responsabilidades das empresas para com a sociedade (econômicas, legais, éticas e sociais).

Figura 2 - A Pirâmide da responsabilidade social corporativa de Carroll



Fonte: Adaptado e traduzido de Carroll (1991).

No que concerne às teorias que integram e complementam o conceito de responsabilidade social corporativa, pode ser destacada a teoria dos *stakeholders*, que foi desenvolvida na década de 1980 por Richard Freeman (VELOSO; AGUSTINHO, 2017). A teoria dos *stakeholders* foi apresentada com o propósito inicial de incentivar os gestores quanto ao desenvolvimento de estratégias de investimento em relacionamentos que possuíssem potencial para garantir às empresas sucesso a longo prazo (FREEMAN; MCVEA, 2001).

Para Carroll (2021), a teoria dos *stakeholders* compreende um tema de grande importância para a área de negócios e sociedade e, conseqüentemente, para a responsabilidade social corporativa, pois, conforme explanam Sausen, Baggio e Brizolla (2021), trata-se de uma abordagem administrativa com enfoque no gerenciamento ativo do ambiente organizacional e dos relacionamentos entre seus participantes, no qual o objetivo principal do processo é o de coordenar e integrar as ligações e os interesses dos acionistas, dos colaboradores, dos clientes, dos fornecedores, dos órgãos governamentais e das comunidades, de forma a assegurar o desempenho organizacional a longo prazo.

Para Banerjee (2022), faz-se importante destacar, contudo, que as correlações encontradas entre os propósitos da responsabilidade social corporativa e da teoria dos *stakeholders* precisam ser melhor investigadas. De acordo com o autor, grande parte dos estudos em responsabilidade social corporativa tem concentrado seus esforços na representação das situações “ganha-ganha” entre as empresas e seus *stakeholders*, deixando assim de explorar os resultados percebidos em cenários contrários, com situações de “perde-ganha” quando as empresas enfrentam desvantagens provenientes da busca por integração das necessidades dos *stakeholders* externos, ou de “ganha-perde”, quando a maximização dos lucros da empresa diminui e prejudica o bem-estar social.

Em uma sociedade global, composta por expectativas e interesses dos mais diversos *stakeholders*, certos dilemas morais podem vir a ser inevitáveis, o que assevera a importância do efetivo desenvolvimento de estratégias e planos de ações capazes de garantir resoluções ou conciliações para tais dilemas. Ao nível de responsabilidade social corporativa, os desafios são encontrados na busca pela garantia de uma cidadania global ativa, de uma forma que as empresas possam responder e contribuir para a resolução de problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais inerentes ao cenário organizacional mundial no século XXI (MAAK; PLESS, 2022).

No que concerne à relação entre RSC e os objetivos do desenvolvimento sustentável direcionados à poluição por plásticos, os desafios enfrentados pelas corporações estão associados à busca por um equilíbrio entre seus interesses próprios e as diferentes

reivindicações dos *stakeholders* quanto a tal questão ambiental (MAAK; PLESS, 2022), pois quando os interesses sociais e as expectativas ambientais não são levados em consideração pelas empresas, em seus processos de produção e comercialização, os impactos negativos causados pela poluição excessiva são inevitáveis. Tais questões podem, portanto, atingir níveis em que a intervenção pública se torna um dos elementos imprescindíveis para solucionar ou ao menos reduzir o problema (AMBEC; DONDER, 2022).

2.4 Confiança institucional

Um outro conceito de grande importância para a compreensão da interação entre os ideais do desenvolvimento sustentável e as ações de caráter socialmente responsável por parte do governo e das ONGs é o conceito de confiança. A confiança tem sido objeto de estudo tanto na literatura sociológica quanto na psicológica. Enquanto no âmbito sociológico a confiança pode ser compreendida como um conceito integrado à dinâmica coletiva, distanciando-se das questões individuais, na literatura psicológica, a confiança é caracterizada pelo ato pessoal de depositar credibilidade em outro indivíduo. Em outras palavras, para a psicologia, a confiança representa um estado psicológico ou posição na qual um indivíduo confiante busca a cooperação de um outro indivíduo específico para alcançar resultados ou recursos valorizados. Independentemente da disciplina, faz-se possível afirmar que a confiança envolve a disposição dos indivíduos em apresentarem um certo grau de vulnerabilidade às ações de outra parte. Essa disposição fundamenta-se na expectativa de que a outra parte realizará ações específicas de grande importância para aqueles que depositam sua confiança (ABEDI; ZELEZNIKOW; BELLUCCI, 2019).

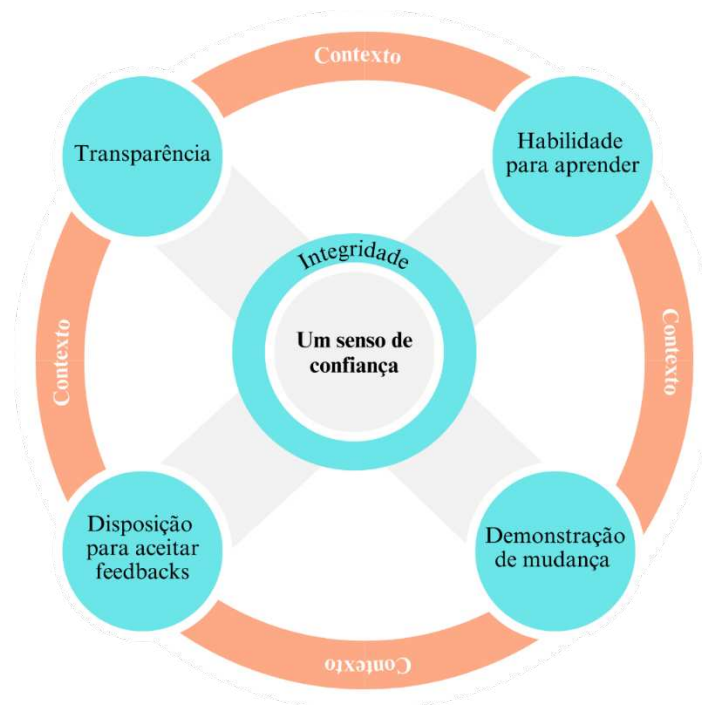
A confiança institucional diz respeito a um conceito de grande relevância para as interações sociais que, ao representar as relações entre as intenções e os comportamentos entre os indivíduos e as entidades organizacionais, destaca a importância dos atos de cooperação e colaboração na vida em sociedade. Apesar de o conceito de confiança poder direcionar-se às atitudes do próprio indivíduo em prol do convívio social, este também pode estar relacionado às crenças e percepções desenvolvidas com base em informações e sinais recebidos no meio social (GÜEMES, 2019).

Enquanto para Abedi, Zeleznikow e Bellucci (2019) o processo de confiança desenvolve-se independentemente da capacidade dos indivíduos que confiam de monitorar ou controlar a outra parte, o que caracteriza a construção de uma relação voluntária e concreta entre ambos os lados, para Freiman (2023), um grande desafio que pode ser encontrado nos processos de construção de relações de confiança entre indivíduos e instituições diz respeito à

impossibilidade de definir de maneira clara e racional como formar a confiança, o que demonstra que, apesar do papel crucial que desempenha nas relações humanas, o conceito de confiança pode não ser inteiramente claro.

De acordo com Spronk, Stoopendaal e Robben (2019), a confiança diz respeito à expectativa de que o comportamento das entidades confiadas, como instituições governamentais e sociais, demonstre um compromisso com ações concretas e apresente de maneira clara como tais ações serão executadas, contribuindo para a melhoria do contexto atual. Em seu estudo, os autores elaboraram um modelo conceitual que representa o desenvolvimento da confiança por meio de cinco elementos-chave: transparência, demonstração de habilidade para aprender, disposição para aceitar feedbacks, efetiva demonstração de mudança nos comportamentos e integridade. Tal modelo pode ser visualizado de maneira mais clara na figura abaixo:

Figura 3 - Modelo conceitual de confiança do indivíduo na outra parte



Fonte: Adaptado e traduzido de Spronk, Stoopendaal e Robben (2019).

No modelo apresentado por Spronk, Stoopendaal e Robben (2019), os cinco círculos azuis representam os elementos-chave para o desenvolvimento do processo de confiança, sendo estes considerados a transparência, a demonstração de habilidade para aprender, a disposição para aceitar feedbacks, a demonstração efetiva de mudança nos comportamentos e, por fim, a demonstração de integridade, que ocupa um lugar central no

modelo por estar fortemente inter-relacionada com os outros quatro elementos. No centro do modelo também está posicionado um senso de confiança, que representa a base do relacionamento entre os indivíduos que confiam e as partes confiadas. Os círculos externos de cor laranja, por sua vez, simbolizam os contextos da situação em que as partes confiadas se encontram. Os autores afirmam, portanto, que para a consolidação do senso de confiança, faz-se necessário que a parte confiada preze pela completa transparência, demonstre habilidade para aprender quando não dispuser de conhecimento suficiente sobre a situação, esteja aberta à opinião do público, apresente de maneira clara as mudanças implementadas e assegure sua integridade diante daqueles que depositam confiança em suas ações.

No contexto governamental, Alessandro et al. (2021) afirmam que a confiança no governo pode ser considerada um elemento essencial para o progresso econômico e social de uma nação, bem como reforçam a transparência como elemento-chave no processo de desenvolvimento de confiança da sociedade para com o governo. Para os autores, o nível de confiança dos indivíduos pode sofrer variações a depender dos esforços do governo direcionados à divulgação de informações, ao estabelecimento de compromissos e à apresentação de seus resultados de forma evidente e acessível.

Segundo Groeniger et al. (2021), a confiança nas instituições governamentais é significativamente afetada durante períodos de crises econômicas, políticas, de saúde pública, entre outras. Entretanto, os autores ressaltam que a maneira como as instituições governamentais lidam com a percepção do público desempenha um papel crucial. Em outras palavras, o nível de confiança pode tanto aumentar quanto se manter estável se a resposta do governo durante momentos de crise for considerada adequada pela população.

Já no que concerne à confiança da população nas organizações não governamentais (ONGs), Tam (2020) destaca que essa confiança não apenas determina o grau de envolvimento do público com as causas defendidas pelas ONGs, como também pode representar um agente determinante do nível de confiança que a população possui no governo. Para o autor, essa possível relação de divergência entre os níveis de confiança no governo e nas ONGs ocorre devido à influência do contexto político-social, que pode intensificar ou enfraquecer o impacto das motivações individuais no engajamento nas ações das ONGs.

Ainda segundo Tam (2020), no âmbito da confiança nas ONGs ambientais, dois fatores que desempenham grande importância são a preocupação ambiental e a densidade das atividades dessas organizações. Enquanto a preocupação ambiental refere-se ao grau de consciência do indivíduo em relação aos problemas ambientais, a densidade do trabalho das ONGs ambientais está relacionada à correlação entre o fácil acesso das pessoas às atividades

dessas organizações e a subsequente facilitação da expressão das demandas ambientais individuais.

2.5 Ativismo ambiental

As transformações nos cenários sociais, econômicos, culturais e jurídicos provenientes do avanço da globalização vêm promovendo rupturas com padrões anteriormente estabelecidos (FREITAS, 2019) e, como consequência dos desafios ambientais enfrentados nas últimas décadas, os esforços coletivos voltados para a preservação do meio ambiente e da capacidade da natureza em prover recursos essenciais de suporte à vida têm sido intensificados (ROUT et al., 2020).

O aumento da influência dos movimentos ambientalistas, juntamente com o crescente reconhecimento de que as questões ambientais são pertinentes a todos e podem afetar, ainda que de maneiras distintas, a sociedade como um todo, tem impulsionado a ascensão da pauta ambiental nos meios de comunicação. Com a disseminação da internet e o expansivo crescimento das diversas redes sociais, o envolvimento em questões ambientais tornou-se mais evidente nas mídias sociais e entre o público em geral (LOOSE; BELMONTE, 2023). Esse processo de mobilização social em prol do meio ambiente tem se desenvolvido de maneira acessível, flexível e inclusiva, ampliando progressivamente o interesse de estudiosos para conceitos como o de ativismo ambiental (VECCHIO-LIMA et al., 2023).

O processo de evolução da conscientização sobre as questões globais ambientais e socioeconômicas tem gerado uma crescente preocupação em relação ao desenvolvimento sustentável nas últimas décadas. Diante do avanço nos níveis de interesse pela preservação do meio ambiente, o ativismo ambiental surgiu como agente social que causa significativas implicações no que concerne à confiança no governo e à legitimidade política, podendo este ser compreendido como uma expressão de comportamento social, em um contexto em que as pessoas se envolvem em movimentos voltados para a preservação a fim de enfrentar desafios ambientais (LEE et al., 2019).

O ativismo ambiental representa um fenômeno social em constante crescimento, especialmente à medida que as questões de caráter socioambiental vêm sendo discutidas de maneira mais ampla, e desempenha um papel de grande importância na busca e no desenvolvimento de soluções para tais problemas. As Organizações Não Governamentais (ONGs), por sua vez, exemplificam grupos ativistas ambientais que, por meio de suas campanhas e ações, têm o poder de exigir respostas e soluções das instituições governamentais e organizações privadas em relação às questões ambientais, como a poluição e as mudanças

climáticas (SKOGLUND; BÖHM, 2019).

O ativismo ambiental pode ser definido, portanto, como uma força externa que possui relações diretas com outras instituições, atuando, por vezes, como agente reformador tanto nas políticas públicas quanto privadas em prol do meio ambiente. Dada a capacidade do ativismo ambiental de influenciar atitudes e comportamentos de outras instituições, estudiosos têm se dedicado cada vez mais a compreender como ocorre o processo de reconhecimento e integração das preocupações ambientais por parte dessas instituições como resultado do ativismo ambiental (SKOGLUND; BÖHM, 2019).

Um conceito de extrema relevância para a compreensão aprofundada do ativismo ambiental é o de Organizações de Movimentos Sociais (OMSs). Estas organizações representam entidades formais engajadas em atividades voltadas para a promoção de mudanças sociais em torno de um conjunto específico de questões. Seus objetivos podem abranger desde a alteração da opinião pública e a conscientização, até o desenvolvimento de legislações e o estímulo à adoção de comportamentos que promovam o bem social, entre outros. O movimento ambiental, por sua vez, é constituído por uma variedade de organizações sociais que empregam diferentes estratégias para despertar o interesse e a atenção tanto do público quanto das instituições. Essas estratégias incluem campanhas midiáticas, diálogo direto, protestos e ações legais, por exemplo. Tais táticas são habilmente direcionadas a diversos alvos, como o poder legislativo, empresas, investidores, a mídia e a sociedade civil (CARBERRY et al., 2017).

Por meio de uma análise do ativismo social a partir da perspectiva dos indivíduos, Knupfer, Neureiter e Matthes (2023) afirmam que, se refletirmos acerca dos cenários alarmantes descritos pelos cientistas em torno dos impactos ambientais, não consideraremos surpreendente o fato de que os indivíduos percebem com facilidade e discutem a necessidade de mudanças drásticas na sociedade. Os autores afirmam, contudo, que, nos contextos atuais, uma condição de grande importância para o engajamento das pessoas com ações relacionadas ao ativismo ambiental diz respeito ao envolvimento com influenciadores ambientais, ou seja, com pessoas que possuem grande alcance nas redes sociais e que, através de suas opiniões, podem disseminar ideias e comportamentos benéficos em prol do combate aos problemas ambientais. Ao contrário dos influenciadores digitais em geral, os influenciadores ambientais possuem seus esforços direcionados para a promoção da sustentabilidade, do consumo sustentável e do ativismo ambiental (KNUPFER; NEUREITER; MATTHES, 2023).

Os resultados encontrados por Knupfer, Neureiter e Matthes (2023) indicaram que a interação dos indivíduos com influenciadores ambientais em redes sociais se associa de forma positiva com o ativismo ambiental, o que reforça o potencial dos influenciadores ambientais

para atuação como comunicadores de questões relacionadas à sustentabilidade a fim de influenciar positivamente o ativismo ambiental nas pessoas. Além disso, os resultados do estudo apresentaram que pessoas com um menor nível de conhecimento ambiental passam a atingir maiores níveis de conscientização sobre a sustentabilidade quando interagem com influenciadores ambientais.

No que tange à análise do ativismo ambiental a partir de uma perspectiva social coletiva, destaca-se a sua significativa contribuição para o fomento da cidadania ambiental. Nesse contexto, o ativismo ambiental não apenas permite, mas também promove uma participação ativa dos indivíduos na resolução de questões ambientais, rompendo com a limitação de meros espectadores do cenário. O engajamento da sociedade com os princípios do ativismo social pode ser alcançado por meio de iniciativas educativas direcionadas à transformação de pensamentos e comportamentos dos cidadãos. Esse processo envolve a ampliação do conhecimento sobre os grupos socioambientais que combatem práticas prejudiciais ao meio ambiente, a promoção de ações voluntárias dedicadas ao cuidado ambiental, assim como a estímulo à boa comunicação e disseminação de propostas inovadoras para os desafios enfrentados em âmbitos locais, nacionais e até mesmo globais. Dessa forma, o ativismo ambiental assume uma posição central na construção de uma cidadania ambiental mais robusta e efetiva (REIS, 2021).

2.6 O Poder Público no enfrentamento à poluição por plástico nos oceanos

2.6.1 Políticas Públicas: concepções teóricas e exemplo prático global

As políticas públicas dizem respeito a mecanismos legais de natureza coletiva, que possuem a capacidade de proporcionar, mediante o exercício conjunto dos poderes públicos, a garantia de direitos sociais fundamentais à sociedade, concedendo aos indivíduos as condições essenciais para usufruto dos princípios de liberdade, igualdade e dignidade humana (CARVALHAES, 2018). Sendo idealizadas e desenvolvidas para atendimento de certas demandas da população, as políticas públicas atuam como sistemas sociotécnicos resultantes da discussão e da disputa entre interesses dos mais diversos atores sociais (PINHO; WEINERT, 2020).

Quando analisadas a partir de uma perspectiva funcional, as políticas públicas podem ser entendidas como elementos responsáveis pela promoção de alguma mudança importante na sociedade. Tendo em vista a relevância que é dada à garantia dos direitos humanos, estes são regularmente vistos como a finalidade principal de qualquer política pública

e, levando em consideração que os direitos humanos fazem parte de uma das mais importantes pautas das Nações Unidas, o Direito Internacional dos Direitos Humanos tende a ser promovido por meio da atuação direta ou indireta dos Estados, que visam a promoção ou garantia de direitos por meio de ações estruturadas. Tais ações, por sua vez, são entendidas como políticas públicas, que existem em função dos direitos que visam proteger (MASTRODI; IFANGER, 2019).

No cenário nacional, tendo em vista que o Brasil ainda é um país que possui uma grande parcela de pessoas posicionada nas camadas mais pobres e marginalizadas da sociedade, a atuação do poder público por meio do desenvolvimento e da implementação de políticas possui um caráter de urgência (BERNARDO, 2019). É importante destacar, entretanto, a natureza procedimental da definição de políticas públicas, pois muito antes da tomada de qualquer decisão, a gestão pública depara-se, dentro de seu campo de atuação e visando atender aos interesses coletivos, com uma sequência de fases dos ciclos políticos e administrativos para a efetiva formulação de políticas públicas, a fim de garantir uma maior racionalidade às ações governamentais (FONSECA; BONFIM FILHO, 2019).

As políticas públicas são estabelecidas e legitimadas pelas entidades governamentais, uma vez que a primazia para a sua criação e cumprimento pertence ao poder público. Por outro lado, outros elementos das políticas públicas, tais como as campanhas, as pesquisas e informações, os incentivos e a prestação de serviços, são exercidos e utilizados pelos demais sujeitos da sociedade. A importância dada às políticas públicas não reside, portanto, somente no poder de decisão e regulamentação concedido à personalidade jurídica e governamental, como também nos aspectos que garantirão sua legitimidade social e coletiva (BIASOLI; SORRENTINO, 2018).

No que diz respeito às políticas públicas voltadas aos tópicos socioambientais, Biasoli e Sorrentino (2018) afirmam que o compartilhamento do compromisso em desenvolver políticas públicas estruturantes por parte dos órgãos governamentais apresenta-se como uma contribuição efetiva no processo de busca por soluções ambientais, visto que inclui os demais atores da sociedade na mesma causa. Tudor e Williams (2021) declaram, contudo, que os incentivos por parte do governo e as atividades de caráter voluntário por parte da população não são suficientes para o alcance de melhorias amplas e rápidas. Para os autores, faz-se necessário que seja desenvolvida uma política mundial voltada ao lixo marinho, fundamentada em sistemas holísticos e amparada por uma ciência colaborativa, com a existência de canais de comunicação eficazes.

No que concerne às políticas públicas internacionais, um exemplo prático do caráter funcional de políticas públicas voltadas à preservação do meio ambiente é a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (MASTRODI; IFANGER, 2019). Tal agenda diz respeito a um plano de ações para a sociedade e para o planeta, com o propósito de erradicar a pobreza, de proteger os direitos humanos e de preservar todos os ecossistemas. A Agenda 2030 possui 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, que devem ser alcançados por todos os países e partes interessadas, por meio de parcerias colaborativas. Todos os 17 objetivos apresentados na agenda são considerados indivisíveis e o esforço para atingi-los deve ser integrado. Além disso, os objetivos garantem o equilíbrio das três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental (NATIONS, 2022).

Dentre as ações de países desenvolvidos e em desenvolvimento apontadas pela ONU, a promoção de parcerias entre governos, setores privados e a sociedade civil foi apresentada como indispensável, visto que os objetivos do desenvolvimento sustentável só poderão ser atingidos por meio de um forte compromisso com as parcerias estabelecidas e com os protocolos de cooperação global. Dentre os desafios existentes no contexto atual, a ONU apontou o declínio da assistência oficial ao desenvolvimento, bem como a falta de alinhamento entre os fluxos de investimento privado e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Já quanto aos objetivos específicos definidos pela ONU para o alcance do Desenvolvimento Sustentável, está o objetivo de número 14, que consiste na conservação e utilização sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (NATIONS, 2022).

2.6.2 A Legislação Brasileira na atuação contra a poluição por plástico nos oceanos

No contexto nacional, os aspectos concernentes às políticas e à gestão pública do lixo no mar possuem um histórico recente (AMBIENTE, 2019). A participação do Brasil em convenções e tratados internacionais acerca do tema conduziu os órgãos governamentais ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os processos de redução, reutilização, reciclagem e descarte final de plásticos nos ambientes terrestres e aquáticos, com ações de proteção do oceano acompanhadas de sanções aos órgãos e indivíduos que descumprissem qualquer nova regra ambiental (SCOTON; CASTRO; VIDAL, 2022). A seguir, são apresentados alguns dos diplomas legais, tratados e resoluções normativas nacionais concernentes às questões ambientais.

2.6.2.1 A Constituição de 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 225, estabelece que todos os cidadãos detêm o direito a um meio ambiente equilibrado ecologicamente, sendo dever do Poder Público e da coletividade, defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras. Para que tal direito fosse assegurado, a Constituição determinou, nos parágrafos seguintes, obrigações e compromissos do Poder Público, tais como a preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais e o manejo ecológico das espécies e dos ecossistemas, a definição, em todas as unidades da Federação, de territórios a serem especialmente protegidos, a exigência da realização de estudo prévio de impacto ambiental em caso de obras ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, além do controle da produção, da comercialização e do emprego de métodos e substâncias que possibilitem risco à vida e ao meio ambiente (BRASIL, 1988).

2.6.2.2 A Política Nacional do Meio Ambiente

A Lei de número 6.938, de 31 de agosto de 1981, fundamentou-se nos incisos VI e VII do artigo 23 da Constituição Federal e estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, bem como seus objetivos e mecanismos de formulação e aplicação. Em seu artigo 2º, a lei define como finalidades da Política Nacional do Meio Ambiente a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, de modo a garantir ao país as devidas condições para o desenvolvimento socioeconômico. A lei partiu dos princípios de ações governamentais em prol do monitoramento do equilíbrio ecológico, da racionalização do uso do solo, subsolo, da água e do ar, da fiscalização e preservação de áreas representativas, do controle e zoneamento de atividades poluidoras, do incentivo ao estudo direcionado para a proteção das áreas em degradação e da recuperação das áreas já degradadas (BRASIL, 1981).

O artigo 4º da lei define como objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, a busca pela harmonização entre o desenvolvimento econômico e social, a preservação ambiental e o equilíbrio ecológico, o estabelecimento de áreas prioritárias para a ação governamental direcionada ao equilíbrio ambiental, a definição de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas para a utilização de recursos ambientais, o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, bem como a restauração de recursos ambientais em prol da utilização racional e da disponibilidade permanente. O artigo 5º, por sua vez, estipula que a formulação das diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente deverá ocorrer por meio de normas e planos orientadores das ações dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (BRASIL, 1981).

2.6.2.3 A Convenção sobre zonas úmidas de importância internacional

A Convenção sobre zonas úmidas de importância internacional é um tratado de natureza intergovernamental que está em vigor desde 21 de dezembro de 1975 e que, em junho de 2021, 171 países já haviam aderido à Convenção, tendo esta sido inserida à estrutura legal do Brasil por meio do Decreto nº 1.905, de 1996. Tal convenção estipula marcos para ações nacionais e para trabalhos de cooperação entre países, com vistas a promover a conservação e a utilização racional de áreas úmidas no mundo, tendo em vista a importância ecológica e os valores social, econômico, cultural e científico que tais áreas possuem para todos os países (MINISTÉRIO, 2023).

A sua instância de aprovação de diretrizes para conservação e gestão sustentável das áreas úmidas é a Conferência das Partes Contratantes (COP), que ocorre a cada três anos. Um dos principais planos aprovados por esse encontro é o Plano Estratégico da Convenção (2016-2024), que apresenta objetivos e ações estratégicas a serem desenvolvidas por todas as partes. No contexto nacional, as partes contratantes devem designar uma autoridade administrativa dentro da estrutura governamental para coordenação e implementação dos compromissos estabelecidos. No Brasil, tal responsabilidade cabe ao Ministério do Meio Ambiente (MINISTÉRIO, 2023).

2.6.2.4 A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) diz respeito à primeira unidade da Rede Mundial de Reservas declarada no Brasil e representa a maior reserva da biosfera em área florestada no planeta, contendo cerca de 78.000.000 hectares distribuídos nos 17 estados brasileiros onde está presente a Mata Atlântica, sendo 62.000.000 hectares de área terrestre e 16.000.000 hectares de área marinha. Dentre os 8.000 Km de extensão do litoral nacional, 5.000 Km fazem parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), com uma área marinha que percorre desde o estado do Ceará até o Rio Grande do Sul, compreendendo também ilhas oceânicas, como as ilhas de Fernando de Noronha, Abrolhos e Trindade (RBMA, 2023).

A missão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é de cooperar, de maneira ativa e eficaz, com a construção de uma relação de equilíbrio entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica e, dentre suas principais funções, podem ser destacadas a busca pela conservação da biodiversidade, da paisagem e dos recursos hídricos da Mata Atlântica, bem como o apoio a projetos direcionados ao desenvolvimento sustentável, à educação ambiental, à pesquisa científica e à supervisão das áreas de conservação. Todos os

órgãos de decisão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica possuem planos de ações integrados e são colegiados, com participação simultânea entre entidades governamentais nas esferas federal, estadual e municipal (RBMA, 2023).

2.6.2.5 A Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana

A Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, publicada no ano de 2019 pelo Ministério do Meio Ambiente, apresenta propostas para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, com planos de ações direcionados ao enfrentamento de diferentes problemas de caráter ambiental e, dentre tais problemas, está o descarte de resíduos sólidos e a poluição do ambiente marinho (AMBIENTE, 2019).

De acordo com a agenda, o enfrentamento aos problemas relacionados ao lixo no mar representa um desafio complexo, que demanda grandes transformações na conduta de todos os setores da sociedade. Quanto aos ambientes marinhos, afirma-se na agenda que, por meio da adoção do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar, os impactos nos ecossistemas marinhos e costeiros ocasionados pelo descarte de resíduos e pela poluição poderão ser minimizados (AMBIENTE, 2019). Os principais objetivos do plano estão direcionados, portanto, à redução dos impactos causados no mar pelo descarte de lixo de origem terrestre e de fontes marítimas (cargas perdidas, embarcações e itens de pesca abandonados), à diminuição da quantidade de resíduos sólidos acumulados na região costeira, ao incentivo de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de enfrentamento ao problema e à execução de atividades direcionadas à comunicação e ao engajamento da sociedade no que se diz respeito às ações de enfrentamento ao problema (AMBIENTE, 2019).

2.7 As Organizações não governamentais (ONGs)

A sociedade contemporânea, marcada por um modelo característico de globalização, pelo seu caráter multicultural e pela intrínseca presença do capitalismo nas mais diversas relações sociais, tem facilitado a promoção da contemplação da economia, da política, e do consumo excessivo (SILVA; OLIVEIRA, 2018) e as fases de industrialização e pós-industrialização, vivenciadas sobretudo pelos países desenvolvidos, têm sido consideradas as maiores responsáveis pelos danos sociais e ambientais observados atualmente (LI et al., 2021). Os contextos de instabilidade socioambiental produzidos pelos novos padrões de produção e consumo ocasionaram o surgimento das organizações não governamentais (ONGs), entidades estas que, na conjuntura atual, influenciam cada vez mais as políticas econômicas, sociais e ambientais em uma escala global (PARTELOW; WINKLER; THALER, 2020).

Estima-se que o surgimento das primeiras organizações não governamentais ocorreu nos anos 1800, com associações de pessoas que atuavam no enfrentamento ao trabalho escravo. A partir dos anos 1900, ao ser observada a necessidade em oferecer auxílio a comunidades que se encontravam em outros tipos de situações de vulnerabilidade, o trabalho de tais associações experimentou um processo de ampliação, passando a atuar em questões relacionadas à educação, pobreza, fome, meio ambiente, dentre outras. A atuação das organizações não governamentais como terceiro setor foi fomentada especialmente em cenários em que as ações dos setores públicos e privados não eram consideradas suficientes para a garantia de direitos e suprimento de necessidades das comunidades (MUBECUA, 2019).

As organizações não governamentais dizem respeito às entidades de desenvolvimento de ações que são voltadas à sociedade e que possuem caráter não estatal, ou seja, que operam sem que haja necessidade de estabelecimento de acordos governamentais. No contexto global, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os princípios jurídicos do relacionamento entre seu Conselho Econômico e Social e as organizações não governamentais na redação do artigo 71 da Carta das Nações Unidas (REBELO, 2017). Em tal artigo, foi estabelecido que o Conselho Econômico e Social da ONU tem a permissão de tomar as medidas necessárias para consultar as organizações não governamentais que trabalharem em prol de projetos que estejam relacionados aos assuntos de sua competência, podendo tais acordos serem firmados entre organizações nacionais ou internacionais (ORGANS, 2023).

No Brasil, o reconhecimento das organizações não governamentais se deu por meio da instauração da Lei de número 13.019, em 31 de julho de 2014, documento que ficou posteriormente conhecido como o marco das ONGs. O marco das ONGs estabeleceu o regime legal para formação de parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, a fim de desempenhar atividades e projetos de interesse público por meio de colaborações bilaterais previamente estabelecidas nos acordos de cooperação (BRASIL, 2014).

Em seu artigo segundo, a Lei 13.019 determina que são consideradas organizações da sociedade civil: quaisquer entidades privadas sem fins lucrativos que realizem a aplicação de seus recursos integralmente na execução de seus objetivos sociais e que não executem nenhum tipo de distribuição de tais recursos entre sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores, dentre outros; as organizações religiosas que desempenhem atividades ou desenvolvam projetos de caráter social e de interesse público (sem que haja objetivos exclusivamente religiosos), além das sociedades cooperativas estabelecidas na Lei nº 9.867, aquelas compostas por pessoas em situação de vulnerabilidade social, aquelas abrangidas por projetos de combate à pobreza ou aquelas associações que possuam capacidade para execução

de projetos de interesse público e social (BRASIL, 2014).

No que concerne às ONGs com atuação direcionada às questões ambientais, grande parte dessas associações surgiu após o crescimento do movimento ambientalista, entre os anos de 1960 e 1970, especialmente na América do Norte e na Europa. O crescimento de organizações não governamentais com pautas integralmente orientadas à preservação do meio ambiente ocorreu exponencialmente após a realização de convenções mundiais, como a Convenção Rio92 (PARTELOW; WINKLER; THALER, 2020). Nos dias atuais, após a apresentação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, as organizações não governamentais têm sido classificadas como importantes elementos para o alcance das metas estabelecidas, bem como vem sendo analisadas a partir de uma perspectiva intersetorial, o que garante a importância de sua atuação em grupos para utilização completa de suas capacidades (HASSAN; LEE; MOKHTAR, 2018).

As organizações não governamentais têm assumido papéis cada vez mais importantes nos últimos 50 anos no que concerne às ações direcionadas ao meio ambiente. A atuação de tais instituições exerce grande influência nos processos de conexão entre os órgãos tomadores de decisões e o público em geral, bem como endossa uma importante assistência no desenvolvimento de políticas públicas. Por meio da defesa rígida ou branda de direitos, da coleta de informações, do efetivo gerenciamento de suas atividades e das interações com os mais diversos *stakeholders*, as ONGs ambientais adotam técnicas de adaptação de estratégias a fim de garantirem sua participação na promoção de políticas públicas e no desenvolvimento de práticas de conservação. A importância das ONGs ambientais está no fato de que essas lidam com a constante busca pelo equilíbrio entre as influências que buscam exercer sobre as ações governamentais e a independência dos governos, bem como estabelecem importantes conexões entre o governo e os demais *stakeholders* (CADMAN; MACDONALD; SOOMAI, 2020).

Durante muitos anos, as organizações não governamentais não eram vistas como agentes que possuíam grande poder de decisão ou de influência sobre as questões ambientais tratadas pelas entidades governamentais. Tal percepção acerca das ONGs tem, contudo, passado por uma grande mudança nos últimos anos, visto que fica cada vez mais evidente o envolvimento de tais instituições nas ações e políticas ambientais dos Estados. Quando existe um potencial nível de ameaça ao bem-estar da sociedade e do meio ambiente proveniente de decisões tomadas pelas camadas governamentais, as ONGs apresentam-se como as primeiras instituições a revelar suas opiniões contrárias a tais medidas e até mesmo a estimular a reação do público em geral (KIM; WHANG, 2017). É por essa razão principal que os governos e as corporações globais têm confiado cada vez mais no compromisso das organizações não

governamentais em identificar problemas e realizar intervenções que estimulem importantes transformações no mercado, na logística industrial e na sociedade como um todo (GUALANDRIS; KLASSEN, 2018).

A fim de alcançar as metas orientadas ao desenvolvimento sustentável, as ONGs ambientais dependem da correta aplicação de mecanismos organizacionais e financeiros eficazes e que estejam efetivamente relacionados com as prioridades ambientais, sociais e econômicas estabelecidas. Além disso, processos de orientações sistemáticas e gestões precisas são considerados importantes para a correta atuação das ONGs ambientais, pois é por meio de um sistema de orientação bem desenvolvido que tais instituições poderão atuar diretamente em prol de seus objetivos ambientais. Por fim, é importante destacar que o êxito das ONGs é influenciado pela correta assistência e pelo apoio contínuo dos *stakeholders* e dos formuladores de políticas públicas, pois tais órgãos também são responsáveis pela promoção íntegra da importância das organizações não governamentais nos mais diferenciados aspectos da sociedade (PYANOV et al., 2021).

2.7.1 Organizações não governamentais internacionais atuantes no enfrentamento da poluição por plásticos nos oceanos

Dentre as organizações não governamentais internacionais atuantes no enfrentamento da poluição por plásticos nos oceanos, podem ser citados o *Greenpeace*, o *Ocean Voyages Institute*, a *Oceana*, a *Sea Sheperd*, a *Seas At Risk* e o *World Wide Fund for Nature* (WWF).

O *Greenpeace* diz respeito a uma organização ambientalista sem fins lucrativos que atua mundialmente na proteção do planeta e seus ecossistemas. O *Greenpeace* está presente em 56 países e atua no Brasil há 30 anos, em atividades relacionadas principalmente ao enfrentamento de práticas públicas ou privadas que ocasionem a degradação da Amazônia. Os pilares pelos quais o *Greenpeace* se baseia são o ativismo e a não-violência e seus principais objetivos estão relacionados à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, à independência política e financeira, à cobrança para com as entidades públicas e privadas em prol da defesa do meio ambiente, à promoção da paz, ao enfrentamento às mudanças climáticas, à promoção de soluções sustentáveis, à equidade, à diversidade e à inclusão (GREENPEACE, 2023).

O *Ocean Voyages Institute* também é uma organização não governamental de atuação mundial que foi fundada no ano de 1979 com o objetivo principal de preservar os oceanos do mundo e oferecer ações de educação ambiental marítima. Dentre seus principais projetos, está o Projeto Kaisei, que foi lançado em 2019 com o intuito de realizar ações de

limpeza dos oceanos e aumentar a conscientização global acerca da poluição por detritos nos oceanos (INSTITUTE, 2023).

A Oceana é a maior organização mundial de advocacia que possui seus esforços direcionados exclusivamente à conservação dos oceanos. Com escritórios em todo o mundo, a Oceana foi criada no ano de 2001 com o objetivo principal de proteger os oceanos e torná-los mais biodiversos e abundantes (OCEANA, 2023).

A *Sea Sheperd* é uma organização fundada em 1977 com o objetivo de atuar diretamente no enfrentamento a crimes ambientais nos oceanos. A *Sea Sheperd* também atua em todo o mundo e possui como missão a proteção da vida marinha e o combate à destruição dos habitats marinhos. Desde o início de suas atividades, a *Sea Sheperd* adotou o mandato da Carta Mundial da Natureza das Nações Unidas em prol da manutenção de leis internacionais de conservação e realiza a investigação, documentação e exposição de atividades ilegais em santuários marinhos e em águas soberanas por meio de acordos de cooperação com agências de aplicação de leis para proteção da vida marinha no mundo (SHEPHERD, 2023).

Dentre as operações realizadas em território brasileiro, pode ser destacada a campanha “Ondas Limpas”, que já está presente em 7 estados do país e que atua na limpeza de praias e do fundo do mar (via mergulho) para garantir a remoção de lixo marinho e a conscientização acerca do consumo e do descarte responsável de plásticos (SHEPHERD, 2023).

A *Seas At Risk* é uma associação europeia de organizações ambientais com atuação mundial que visa fomentar políticas de proteção de ambientes marinhos não somente na Europa, como em todo o mundo. Sediada em Bruxelas, a *Seas At Risk* opera há mais de 30 anos e possui importantes vínculos com a ONU e com outras instituições europeias e instituições regionais responsáveis pela preservação dos mares e oceanos (RISK, 2023).

Através da realização de campanhas, a *Seas At Risk* busca extinguir a utilização de plásticos de uso único, bem como trabalhar em prol da redução da liberação de micro plásticos no ambiente aquático. Além disso, a *Seas At Risk* empenha-se no incentivo às mudanças de hábitos de consumo de plásticos e reforça publicamente a importância em responsabilizar os produtores de plástico pela poluição hoje presente nos mares e oceanos (RISK, 2023).

O *World Wide Fund for Nature* (WWF) diz respeito a uma organização não-governamental que possui como objetivos principais a mudança na trajetória atual de degradação ambiental, bem como a promoção de um futuro mais justo e saudável para toda a sociedade. O WWF acredita que o diálogo e a articulação com os demais setores da sociedade (governo, empresas, comunidades tradicionais e organizações locais) é fundamental para o alcance de seus objetivos (WWF, 2023).

No Brasil, o WWF atua desde 1996, com mais de 90 projetos de preservação da Amazônia, do Cerrado, da Mata Atlântica, do Pantanal e dos ecossistemas marinhos na costa brasileira (WWF, 2023). Já no contexto internacional, o WWF conduz uma campanha para influenciar governos e indústrias a enfrentar os problemas de poluição por plásticos na natureza (WWF, 2023).

2.7.2 Organizações não governamentais nacionais atuantes no enfrentamento da poluição por plásticos nos oceanos

Dentre as organizações não governamentais nacionais atuantes no enfrentamento da poluição por plásticos nos oceanos, podem ser citadas a Eco Local Brasil, o Instituto Comar, Instituto Mar Adentro e o Projeto Verde Mar.

A Eco Local Brasil é uma organização não governamental de atuação nacional em projetos ambientais direcionados à preservação de todo o litoral brasileiro. Por meio da parceria com indústrias, a Eco Local Brasil realiza o projeto *Ocean Recycled*, retirando toneladas de resíduos plásticos dos ambientes marinhos e encaminhando todo o material termoplástico para um processo de recuperação e reaproveitamento industrial (BRASIL, 2023). Tais materiais transformam-se em brinquedos, acessórios de surf e outros produtos que, por meio da consciência dos consumidores, possibilita retorno econômico ao passo que possibilita a limpeza dos oceanos. Até o presente momento, a Eco Local Brasil já retirou mais de 130.000 quilos de resíduos das praias (BRASIL, 2023).

O Instituto COMAR é uma organização não governamental brasileira que foi fundada por um grupo de biólogos e que realiza projetos direcionados à conservação da natureza por meio da atuação conjunta com parceiros e com a sociedade. Sua missão consiste na busca pela conservação, preservação, recuperação e manejo do meio ambiente em prol do desenvolvimento sustentável e, dentre suas principais iniciativas, pode ser destacada a participação nas oficinas de planejamento espacial para a preservação de espécies marinhas ameaçadas no corredor sudeste e sul do Brasil, assim como o auxílio nas avaliações das espécies ameaçadas a nível nacional (COMAR, 2023).

O Instituto MAR ADENTRO é uma associação civil sem fins lucrativos fundada no Rio de Janeiro e que visa a produção de conhecimento acerca dos ecossistemas marinhos, o estímulo à participação das pessoas em ações de conservação ambiental, além da colaboração para com a manutenção do equilíbrio ambiental. Dentre as principais atividades do Instituto MAR ADENTRO, estão a execução e divulgação de pesquisas científicas por meio de palestras, minicursos e feiras expositivas, bem como a produção e publicação de livros, revistas, vídeos e

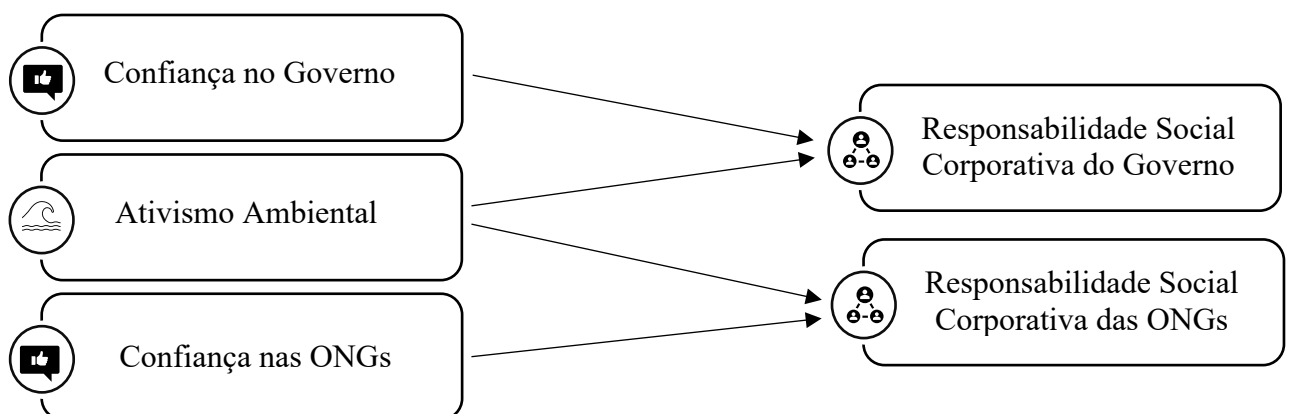
fotos sobre ambientes aquáticos. Dentre as pesquisas científicas realizadas, podem ser destacadas a pesquisa sobre Ecologia de garoupas (Piraúna, Gato e Sapé) no litoral do Estado de Pernambuco e a pesquisa sobre o Fluxo de contaminantes na cadeia trófica das baías da Guanabara, Sepetiba e Ilha Grande (RJ) (ADENTRO, 2023).

O Projeto Verde Mar foi fundado em 2014 e visa promover a conservação ambiental, com ênfase aos ambientes marinhos, por meio de pesquisas científicas, da educação ambiental e de ações diretas de proteção. Os mergulhadores que participam do Projeto Verde Mar realizam mergulhos periódicos no mar e trazem os resíduos coletados para a superfície e os demais membros do projeto participam de mutirões de limpeza de praias, bem como investigam a proveniência de resíduos encontrados no mar e na área costeira. A partir das informações coletadas em suas pesquisas científicas, o Projeto Verde Mar apresenta proposta de políticas públicas direcionadas à conservação ambiental aos órgãos responsáveis (MAR, 2023).

2.8 Modelo teórico

Após a exposição das contribuições teóricas relacionadas à confiança institucional, ao ativismo ambiental e à possível interligação de tais construtos com a responsabilidade social corporativa (RSC), procede-se à apresentação de um modelo teórico para a presente pesquisa, que segue a seguinte estrutura:

Figura 4 - Modelo teórico da presente pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2024), com base nas contribuições teóricas apresentadas.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, serão detalhados os aspectos referentes à classificação da pesquisa e à população e amostra, bem como será apresentado o instrumento de coleta de dados utilizado e os testes aplicados no tratamento dos dados.

3.1 Classificação de pesquisa

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa pode ser classificada como explicativa e descritiva. No que concerne à pesquisa de caráter explicativo, Alyrio (2009) explica que esse tipo de pesquisa busca estudar fatores que ocasionam a ocorrência de determinados fenômenos.

A pesquisa descritiva visa, por sua vez, descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis. Essa envolve a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, quais sejam o questionário e observação sistemática (PRODANOV; FREITAS, 2013). Quanto à sua abordagem, a presente pesquisa adota o método quantitativo. Conforme afirmam Marconi e Lakatos (2003), a escolha dessa abordagem oferece a vantagem de possibilitar um tratamento dos dados de maneira objetiva, matemática e estatística. Essa metodologia permite uma análise mais precisa e estruturada, contribuindo para uma compreensão aprofundada dos fenômenos investigados.

3.2 População e amostra

O critério adotado para construção da amostra foi baseado na disponibilidade dos indivíduos em participar da pesquisa, caracterizando-a como “não probabilística” e “por conveniência”. Nesse tipo de amostragem, a composição da amostra concentra-se nos participantes mais acessíveis aos pesquisadores, proporcionando maior alcançabilidade e facilitando a coleta de dados. Tal abordagem, como indicado por Anunciado (2021), tende a resultar em um crescimento mais ágil da amostra, possibilitando uma eficiente ampliação do conjunto de dados para análise.

Além disso, participaram da pesquisa indivíduos cuja idade ultrapassava os 18 anos e que residiam em qualquer região do país. A determinação da quantidade de participantes que responderam ao questionário foi regida por uma norma geral que visa assegurar que a proporção nunca seja inferior a 5 para 1. Em outras palavras, fez-se necessário garantir no mínimo cinco observações para cada item presente no questionário aplicado, conforme recomendado por Hair et al. (2009).

3.3 Instrumento de coleta de dados

Para a condução da presente pesquisa, optou-se pela utilização do questionário como instrumento principal de coleta de dados. Esse questionário foi elaborado a fim de ser disponibilizado em formato eletrônico por meio da plataforma de pesquisas online gratuita *Google Forms*. Em um primeiro momento, o questionário ficou disponível digitalmente por período de pré-teste de 2 dias. Posteriormente, o questionário passou por algumas alterações em seu conteúdo e teve de ser reaplicado em sua totalidade, ficando acessível para recebimento de respostas por um período de 36 (trinta e seis) dias (de 16 de dezembro de 2023 a 21 de janeiro de 2024).

As questões foram categorizadas em quatro seções distintas, apresentando perguntas que solicitavam respostas numa escala de Likert de 7 (sete) pontos, sendo as possíveis respostas os seguintes itens: “discordo totalmente”, “discordo”, “discordo parcialmente”, “não concordo, nem concordo”, “concordo parcialmente”, “concordo”, “concordo totalmente”. Tal abordagem visa proporcionar uma avaliação abrangente e detalhada das percepções dos participantes.

A primeira seção do questionário apresentou as questões direcionadas à análise do ativismo ambiental dos respondentes. Para tal, foram utilizadas as perguntas da escala desenvolvida por Dono, Webb e Richardson (2010). As perguntas foram traduzidas e adaptadas à realidade do presente estudo e são apresentadas abaixo:

Tabela 1 - Escala de ativismo ambiental

AA1: Eu participo de eventos organizados por grupos ambientais.

AA2: Eu dou suporte financeiro a um grupo ambiental.

AA3: Eu assino petições exigindo uma melhoria nas políticas governamentais em relação ao meio ambiente.

AA4: Eu participo de protestos contra as condições ambientais atuais.

AA5: Eu voto em um governo que propõe políticas conscientes em relação ao meio ambiente.

Fonte: Adaptada e traduzida de Dono, Webb e Richardson (2010).

A segunda seção do questionário apresentou, por sua vez, questões que visavam avaliar a opinião dos respondentes quanto à responsabilidade social corporativa e à confiança no governo no que se diz respeito à poluição por plásticos nos oceanos. Para tal, duas escalas foram adaptadas e utilizadas: a escala elaborada por Turker (2008), para abordagem direcionada à responsabilidade social corporativa, bem como uma seção da escala desenvolvida por Kim et al. (2022), direcionada para a análise da confiança no governo em relação ao problema. As perguntas foram traduzidas e adaptadas à realidade do presente estudo e são apresentadas

abaixo:

Tabela 2 - Escala de responsabilidade social corporativa (adaptada ao governo)

RG1: O governo participa de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.

RG2: O governo investe na criação de uma vida melhor para as futuras gerações.

RG3: O governo implementa programas especiais para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente.

RG4: O governo tem como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações.

RG5: O governo contribui para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.

Fonte: Adaptada e traduzida de Turker (2008).

Tabela 3 - Escala de confiança no governo

CG1: Eu acredito que o governo entende a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara.

CG2: Eu acredito que o governo é justo e neutro em relação à poluição de plásticos nos oceanos.

CG3: Eu acredito que as políticas governamentais em relação à poluição de plásticos nos oceanos são estabelecidas com base no interesse público.

CG4: Eu acredito que o governo possui experiência em coordenação e negociação para abordar a questão da poluição de plásticos nos oceanos.

CG5: Eu acredito que o governo tem o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos.

CG6: Eu acredito que o governo está disposto a compartilhar informações relacionadas à gestão de resíduos plásticos e ao impacto na poluição dos oceanos.

CG7: Eu acredito que o governo está disposto a ouvir as partes interessadas e as comunidades afetadas pela poluição de plásticos nos oceanos.

CG8: Eu acredito que o governo leva em consideração as preocupações dos cidadãos e melhora as políticas relacionadas à poluição de plásticos nos oceanos.

CG9: Eu acredito que o governo efetivamente implementa acordos e medidas voltados para a redução da poluição de plásticos nos oceanos, fruto de consenso e colaboração.

Fonte: Adaptada e traduzida de Kim et al. (2022).

A terceira categoria do questionário apresentou as perguntas que visavam examinar a opinião dos respondentes quanto à responsabilidade social corporativa e à confiança nas organizações não governamentais no que se diz respeito à poluição por plásticos nos oceanos. Para tal, as mesmas escalas foram adaptadas e utilizadas, ou seja, a escala elaborada por Turker (2008) foi utilizada para abordagem direcionada à responsabilidade social corporativa e uma seção da escala desenvolvida por Kim et al. (2022) foi utilizada para a análise da confiança nas organizações não governamentais em relação ao problema. As perguntas foram traduzidas e também foram adaptadas à realidade do presente estudo e são apresentadas abaixo:

Tabela 4 - Escala de responsabilidade social corporativa (adaptada às ONGs)

RO1: As ONGs participam de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.

RO2: As ONGs investem na criação de uma vida melhor para as futuras gerações.

RO3: As ONGs implementam programas especiais para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente.

RO4: As ONGs têm como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações.

RO5: As ONGs contribuem para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.

Fonte: Adaptada e traduzida de Turker (2008).

Tabela 5 - Escala de confiança nas ONGs

CO1. Eu acredito que as ONGs entendem a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara.

CO2. Eu acredito que as ONGs são justas e neutras em relação à poluição de plásticos nos oceanos.

CO3. Eu acredito que as políticas das ONGs em relação à poluição de plásticos nos oceanos são estabelecidas com base no interesse público.

CO4. Eu acredito que as ONGs possuem experiência em coordenação e negociação para abordar a questão da poluição de plásticos nos oceanos.

CO5. Eu acredito que as ONGs têm o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos.

CO6. Eu acredito que as ONGs estão dispostas a compartilhar informações relacionadas à gestão de resíduos plásticos e ao impacto na poluição dos oceanos.

CO7. Eu acredito que as ONGs estão dispostas a ouvir as partes interessadas e as comunidades afetadas pela poluição de plásticos nos oceanos.

CO8. Eu acredito que as ONGs levam em consideração as preocupações dos cidadãos e melhoram as políticas relacionadas à poluição de plásticos nos oceanos.

CO9. Eu acredito que as ONGs efetivamente implementam acordos e medidas voltados para a redução da poluição de plásticos nos oceanos, fruto de consenso e colaboração.

Fonte: Adaptada e traduzida de Kim et al. (2022).

É importante destacar que a escolha das escalas de Dono, Webb e Richardson (2010), Turker (2008) e Kim et al. (2022) para os devidos processos de adaptação e aplicação baseou-se em uma análise abrangente que envolveu diferentes escalas desenvolvidas em estudos anteriores, estando entre elas as escalas de Fabricio, Veiga e Marchetti (2017), Quazi e O'Brien (2000), Maignan e Ferrell (2000) e Clarkson et al. (2008). As escalas de Turker (2008) e Kim et al. (2022) destacaram-se, portanto, pelo bom alinhamento aos objetivos da presente pesquisa.

No que diz respeito à escala de Dono, Webb e Richardson (2010), denominada “Environmental activism scale” (Escala de ativismo ambiental), 5 (cinco) das 6 (seis) perguntas apresentadas foram utilizadas no questionário. O motivo para a não utilização de uma das perguntas foi seu direcionamento às empresas. A pergunta em questão possuía a afirmação

“escrevo cartas para empresas que fabricam produtos nocivos”, não se alinhando completamente com o objetivo do estudo.

Já quanto à escala de Turker (2008), denominada “CSR scale” (Escala de RSC), esta consistia em três subgrupos de perguntas. Para a condução deste estudo, optou-se por utilizar o primeiro subgrupo de perguntas, intitulado “CSR to social and non-social stakeholders” (RSC para *stakeholders* sociais e não sociais), por possuir 5 (cinco) perguntas que se alinham de forma coerente com o escopo da pesquisa, tendo essas sido devidamente adaptadas para a avaliação da responsabilidade social corporativa em relação ao governo e às ONGs. Os outros dois subgrupos de perguntas, denominados “CSR to employees” (RSC para empregados) e “CSR to government” (RSC para o governo), não foram, portanto, empregados, uma vez que não se alinhavam de maneira integral aos objetivos da pesquisa, não apresentando a possibilidade de adaptações para sua utilização. Quanto à escala desenvolvida por Kim et al. (2022), 9 (nove) perguntas presentes na escala original com visis a avaliar a confiança no governo foram devidamente adaptadas para o problema da poluição de plásticos nos oceanos, bem como para avaliação da confiança nas ONGs diante do mesmo problema.

As adaptações descritas, foram, portanto, empregadas para a garantia de um bom alinhamento com os objetivos a serem alcançados. Conforme enfatizado por Creswell (2009), faz-se necessário manter um grau apropriado de adaptabilidade no processo de desenvolvimento dos instrumentos de pesquisas quantitativas, em um contexto em que a formulação das perguntas deve ajustar-se de maneira coesa e congruente aos objetivos do estudo, sem comprometer a validade da pesquisa.

A quarta e última categoria possuiu o objetivo de identificar o perfil dos respondentes, com perguntas relacionadas ao gênero, faixa etária, nível de escolaridade, situação de emprego ou trabalho e renda familiar mensal.

Por fim, dentre as seções do questionário, foram incorporadas duas perguntas específicas a fim de identificar se os respondentes tinham conhecimento acerca de dispositivos legais voltados para a proteção ambiental ou se estavam familiarizados com organizações não governamentais (ONGs) que combatem a poluição por plásticos nos oceanos. Tais perguntas visaram proporcionar um entendimento mais claro acerca do nível de conhecimento dos participantes em relação às iniciativas governamentais e à atuação das ONGs. As perguntas utilizadas no questionário estão detalhadas nas duas tabelas a seguir.

Tabela 6 - Conhecimento acerca de dispositivos legais de proteção ambiental

O governo possui alguns diplomas legais que visam proteger o meio ambiente. Você conhece algum deles? (Marque quantos itens precisar)

Constituição Federal de 1988
 Política Nacional do Meio Ambiente
 Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional
 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)
 Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana
 Não conheço
 Outro. Cite.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Tabela 7 - Conhecimento acerca das ONGs Ambientais

Você conhece alguma dessas ONGs ambientais que possuem ações de combate à poluição de plásticos nos oceanos? (Marque quantos itens precisar)

Greenpeace
 Ocean Voyages Institute
 Oceana
 Sea Sheperd
 Seas At Risk
 World Wide Fund for Nature (WWF)
 Eco Local Brasil
 Instituto Comar
 Instituto Mar Adentro
 Projeto Verde Mar
 Não conheço
 Outra. Cite.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

3.4 Tratamento dos dados

Para o processo de tratamento de dados, foram realizadas a análise fatorial exploratória e de regressão linear múltipla. Conforme afirma Fávero (2009), a análise fatorial diz respeito a uma técnica estatística multivariada que busca sintetizar as relações entre um conjunto de variáveis que se inter-relacionam, objetivando assim identificar fatores comuns. Sua fundamentação está na premissa de que se faz possível representar um conjunto de variáveis observadas por meio de um número menor de fatores subjacentes. Nesse contexto, a análise fatorial oferece a vantagem de simplificar e reduzir um extenso conjunto de dados, determinando dimensões latentes, também chamadas de fatores. Como resultado, ela capacita a criação de indicadores inicialmente não observáveis, derivados do agrupamento de variáveis.

Já quanto à regressão múltipla, conforme explica Chein (2019), essa diz respeito a uma técnica estatística utilizada para a avaliação da relação entre uma variável dependente e duas ou mais variáveis independentes. Seus principais elementos de análise são a variável

dependente, as variáveis independentes, os coeficientes de regressão e o intercepto e o modelo pode ser melhor visualizado adiante: $Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n + \epsilon$, em que Y representa a variável dependente, X_1, X_2, \dots, X_n representam as variáveis independentes, $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_n$ representam os coeficientes de regressão e ϵ representa o erro ou captura da variação não explicada pelo modelo.

Para a presente pesquisa, o modelo pode ser representado por meio de duas equações, sendo uma direcionada para a avaliação do governo e a outra direcionada para a avaliação das ONGs. A equação do governo pode ser apresentada da seguinte forma: $Y = \beta_0 + \beta_1 CG + \beta_2 AA + \epsilon$. Nesse contexto:

- Y representa a variável dependente (RG - Responsabilidade Social Corporativa - Governo);
- CG representa a primeira variável independente (Confiança - Governo);
- AA representa a segunda variável independente (Ativismo Ambiental);
- $\beta_0, \beta_1, \beta_2$ representam os coeficientes de regressão;
- ϵ representa o erro ou a captura da variação não explicada pelo modelo.

Já a equação direcionada para as ONGs pode ser apresentada da seguinte forma:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 CO + \beta_2 AA + \epsilon.$$

Nesse contexto:

- Y representa a variável dependente (RO - Responsabilidade Social Corporativa - ONGs);
- CO representa a primeira variável independente (Confiança - ONGs);
- AA representa a segunda variável independente (Ativismo Ambiental);
- $\beta_0, \beta_1, \beta_2$ representam os coeficientes de regressão;
- ϵ representa o erro ou a captura da variação não explicada pelo modelo.

Destaca-se que os pressupostos para a realização da regressão múltipla foram analisados através da baixa presença de *outliers* (apenas 5% da amostra apresentou outliers). Dessa forma, com uma taxa de *outliers* baixa, a amostra não precisa receber ajustes (Field, 2013). Além disso, os dados foram testados quanto à normalidade dos resíduos através do teste de normalidade Kolmogorov-Sminorv e Shapiro-Wilk. Por fim, o pressuposto de ausência de colinearidade também foi atendido. Tais testes podem ser visualizados de forma mais detalhada no próximo tópico.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, será realizada a análise dos dados obtidos durante o período de aplicação do questionário online ao longo de 36 (trinta e seis) dias. Ao final do período de aplicação do questionário, foram obtidas 305 (trezentas e cinco) respostas, as quais serão detalhadas a seguir.

4.1 Caracterização da Amostra

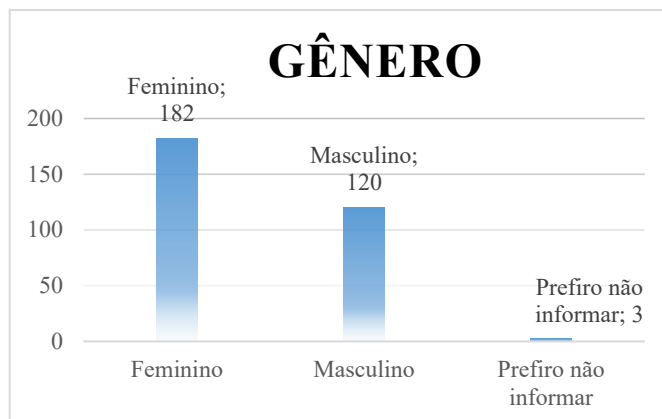
Conforme informado anteriormente, a última parte do questionário continha perguntas que visavam identificar o perfil dos respondentes, relacionadas ao gênero, faixa etária, nível de escolaridade, situação de emprego ou trabalho e renda familiar mensal. A primeira pergunta do questionário buscava identificar o gênero dos respondentes. Conforme exposto na tabela e no gráfico abaixo, dentre as 305 respostas, 182 foram de pessoas do sexo feminino, representando 59,7% da amostra; 120 foram de pessoas do sexo masculino, representando 39,3% da amostra e 3 pessoas, representando 1% da amostra, optaram por não informar seu gênero.

Quadro 2 - Gênero dos respondentes

GÊNERO		
	Frequência	Porcentagem
Feminino	182	59,7%
Masculino	120	39,3%
Prefiro não informar	3	1,0%
Total	305	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 2 - Gênero dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

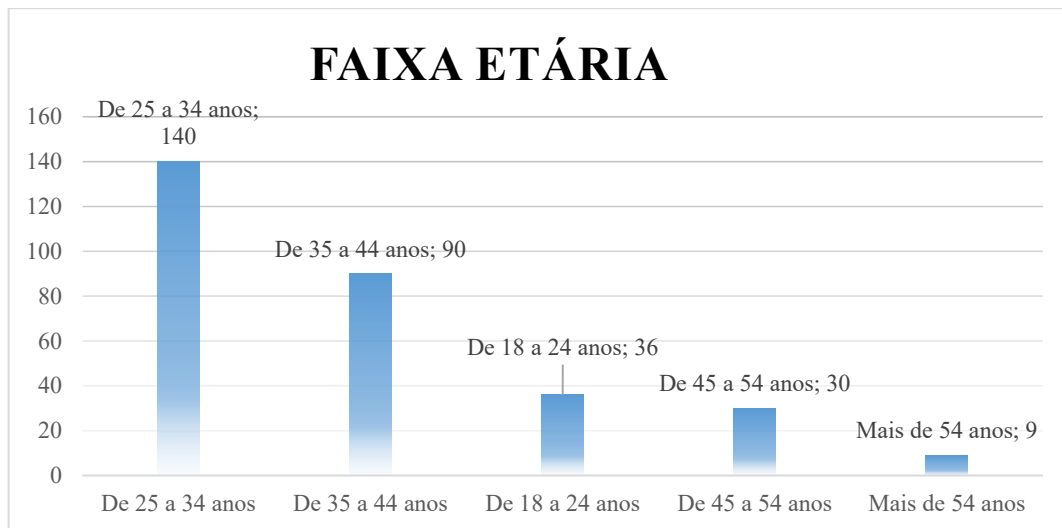
No que se diz respeito à faixa etária, destacaram-se aqueles que se situam na faixa etária de 25 a 34 anos, 140 respondentes (45,9% da amostra). Em segundo lugar, tem-se uma quantidade de 90 respondentes que se encaixam na faixa etária de 35 a 44 anos, o que representou 29,5% da amostra. Obteve-se ainda, um total de 36 respondentes que se encaixam na faixa etária que vai de 18 a 24 anos, representando 11,8% da amostra, bem como um total de 30 respondentes, que representaram 9,8% da amostra, dentro da faixa etária de 45 a 54 anos e 9 respondentes que possuem mais de 54 anos, representando 3% da amostra.

Quadro 3 - Faixa etária dos respondentes

FAIXA ETÁRIA		
	Frequência	Porcentagem
De 25 a 34 anos	140	45,9%
De 35 a 44 anos	90	29,5%
De 18 a 24 anos	36	11,8%
De 45 a 54 anos	30	9,8%
Mais de 54 anos	9	3,0%
Total	305	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 3 - Faixa etária dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação ao nível de escolaridade, a maior quantidade dos respondentes, mais precisamente 110 deles, afirmaram possuir Pós-Graduação completa, o que representou 36,1% da amostra. Os respondentes que já completaram o Ensino Superior representaram 26,9% da amostra (82 respondentes) e os que possuem Ensino Superior incompleto representaram 13,1% da amostra (40 respondentes). Além disso, aqueles que possuem Pós-Graduação incompleta

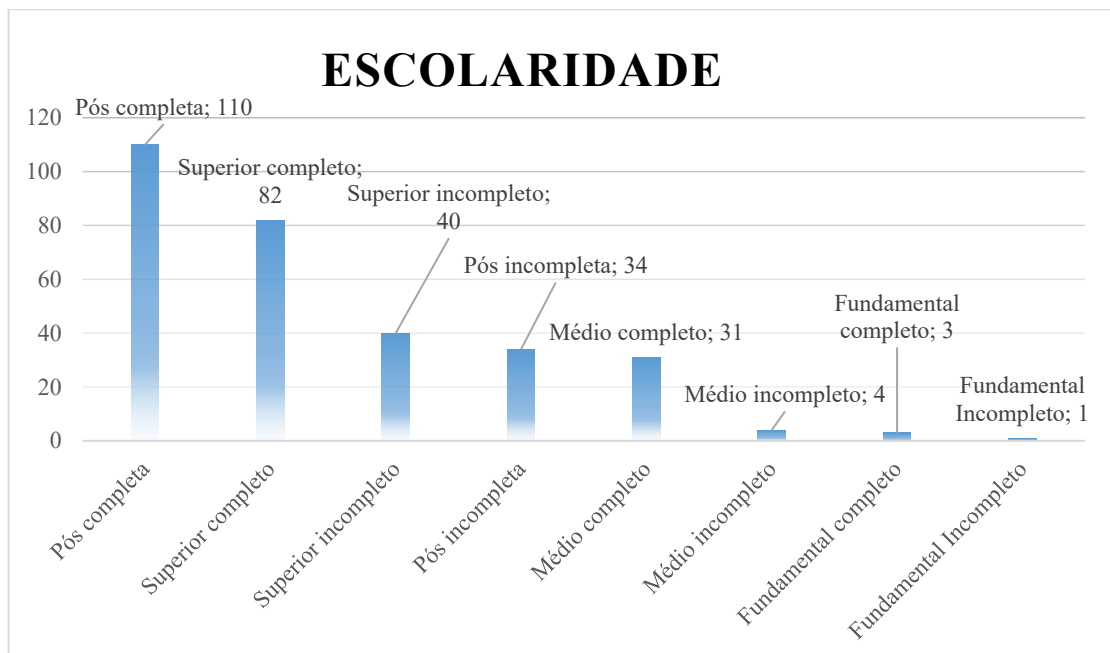
representaram 11,1% da amostra (34 respondentes), os que possuem o Ensino Médio completo representaram 10,2% da amostra (31 respondentes) e os que possuem Ensino Médio incompleto representaram 1,3% da amostra (4 respondentes). Por fim, os que possuem Ensino Fundamental completo representaram 1% da amostra (3 respondentes) e 1 respondente (0,3% da amostra) afirma não ter completado o ensino fundamental.

Quadro 4 - Escolaridade dos respondentes

ESTADOS DO BRASIL EM QUE RESIDEM OS RESPONDENTES		
	Frequência	Porcentagem
Pós-Graduação completa	110	36,1%
Ensino Superior completo	82	26,9%
Ensino Superior incompleto	40	13,1%
Pós-Graduação incompleta	34	11,1%
Ensino Médio completo	31	10,2%
Ensino Médio incompleto	4	1,3%
Ensino Fundamental completo	3	1,0%
Ensino Fundamental Incompleto	1	0,3%
Total	305	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 4 - Escolaridade dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quanto à situação de emprego ou trabalho, 65,2% dos respondentes afirmaram estar empregados em regime de expediente integral (199 pessoas), 10,8% dos respondentes se

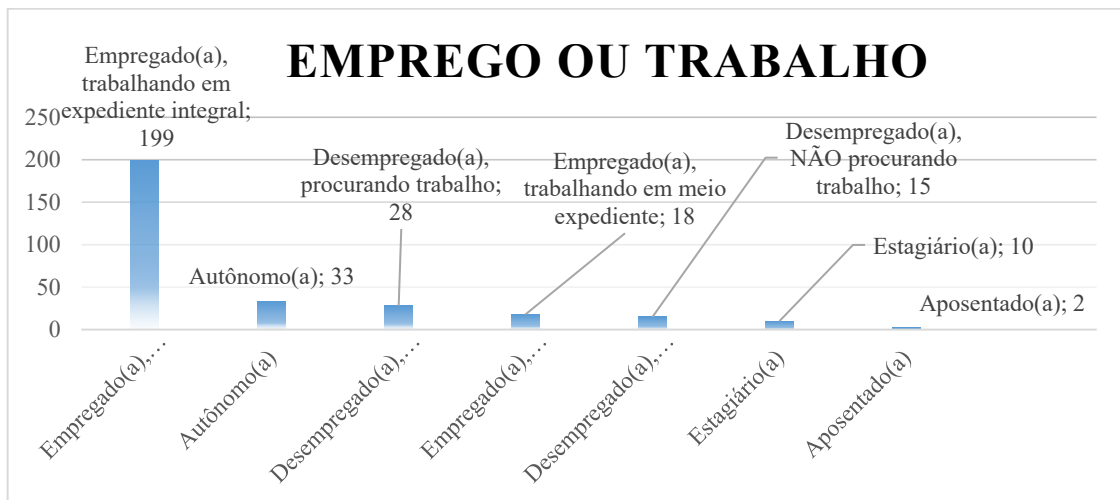
declararam autônomos (33 pessoas), 9,2% afirmaram estar desempregados, procurando trabalho (28 pessoas), enquanto 5,9% afirmaram estar empregados e trabalhando em meio expediente (18 pessoas). Além disso, 4,9% afirmaram estar desempregados, não procurando trabalho (15 pessoas), 3,3% afirmaram ser estagiários (10 pessoas) e 0,7% (2 pessoas) afirmaram ser aposentados.

Quadro 5 - Situação de emprego ou trabalho dos respondentes

SITUAÇÃO DE EMPREGO OU TRABALHO DOS RESPONDENTES		
	Frequência	Porcentagem
Empregado(a), trabalhando em expediente integral	199	65,2%
Autônomo(a)	33	10,8%
Desempregado(a), procurando trabalho	28	9,2%
Empregado(a), trabalhando em meio expediente	18	5,9%
Desempregado(a), NÃO procurando trabalho	15	4,9%
Estagiário(a)	10	3,3%
Aposentado(a)	2	0,7%
Total	305	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 5 - Situação de emprego ou trabalho dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A última pergunta foi direcionada à renda familiar mensal. Dentre todos os respondentes, 32,1% dos respondentes afirmaram possuir uma renda familiar que está acima de 1 e abaixo de 3 salários mínimos (98 pessoas); 27,2% afirmaram possuir uma renda familiar mensal que está acima de 3 e abaixo de 6 salários mínimos (83 pessoas); 14,4% afirmaram possuir uma renda acima de 6 e até 9 salários mínimos (44 pessoas); 12,5% afirmaram possuir uma renda de mais de 9 salários mínimos (38 pessoas); 7,5% afirmaram possuir uma renda de

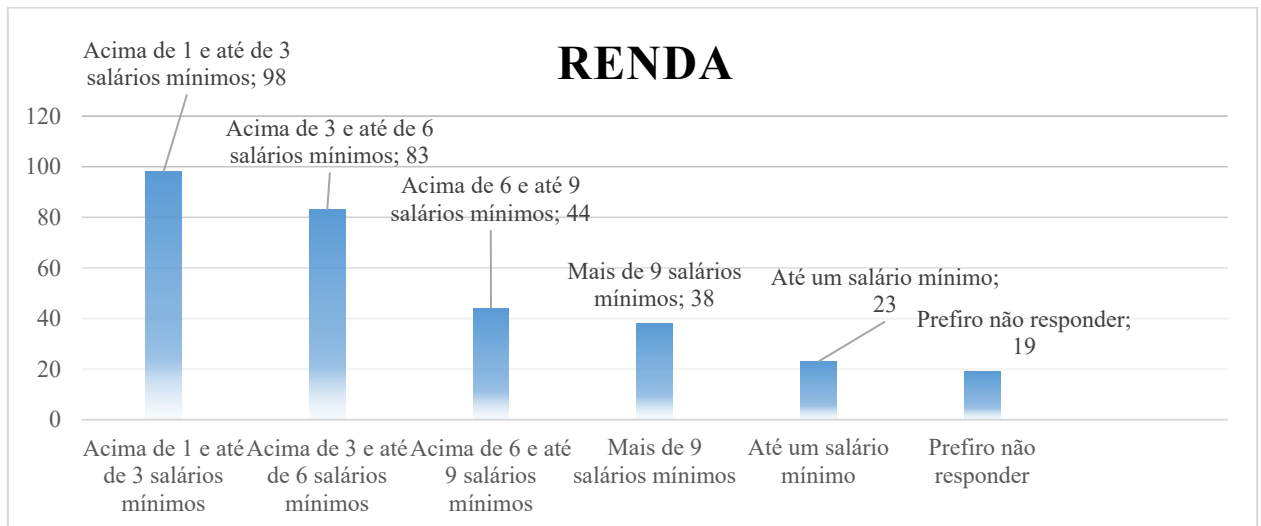
até um salário mínimo (23 pessoas) e 6,2% dos respondentes preferiram não responder a essa pergunta (19 pessoas).

Quadro 6 - Renda familiar mensal dos respondentes

RENDA FAMILIAR MENSAL DOS RESPONDENTES		
	Frequência	Porcentagem
Acima de 1 e até de 3 salários mínimos	98	32,1%
Acima de 3 e até de 6 salários mínimos	83	27,2%
Acima de 6 e até 9 salários mínimos	44	14,4%
Mais de 9 salários mínimos	38	12,5%
Até um salário mínimo	23	7,5%
Prefiro não responder	19	6,2%
Total	305	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 6 - Renda familiar mensal dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em síntese, a amostra apresentou predominantemente participantes do sexo feminino, com idades situadas entre 25 e 34 anos, portadores de pós-graduação concluída e ocupantes de empregos em período integral, além de uma renda familiar que varia de 1 a 3 salários mínimos.

4.2 Conhecimento acerca de dispositivos legais e ONGs ambientais

Conforme informado anteriormente, foi adicionada ao questionário uma pergunta destinada a avaliar se os respondentes possuíam conhecimento sobre algum dispositivo legal vigente no Brasil que visa a proteção do meio ambiente. Os participantes tinham a opção de marcar mais de uma alternativa, e, adicionalmente, foi incluída a opção "outro" no questionário,

permitindo que aqueles que não encontrassem suas respostas nas opções fornecidas pudessem mencionar outros dispositivos legais de seu conhecimento. Como pode ser observado no quadro abaixo, muitos dos respondentes marcaram mais de uma opção e, dos 305 respondentes, 204 afirmaram ter conhecimento da Constituição Federal de 1988, 137 indicaram conhecer a Política Nacional do Meio Ambiente e 63 participantes declararam não conhecer nenhum dispositivo legal que versa sobre a proteção ambiental.

Além disso, 50 pessoas afirmaram conhecer a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), 31 pessoas afirmaram conhecer a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana e 15 pessoas afirmaram conhecer a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional. Dentro da opção “outro”, na qual os respondentes poderiam listar outros dispositivos legais não mencionados no questionário, 5 pessoas citaram o Código Florestal, 2 pessoas citaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, 2 pessoas citaram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), 2 pessoas citaram a Política Nacional de Resíduos Sólidos, uma pessoa citou o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e uma pessoa citou o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Quadro 7 - Conhecimento acerca dos diplomas legais de proteção ambiental

CONHECIMENTO ACERCA DOS DIPLOMAS LEGAIS		
	Frequência	Porcentagem
Constituição Federal de 1988	204	66,89%
Política Nacional do Meio Ambiente	137	44,92%
Não conheço	63	20,66%
Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)	50	16,39%
Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana	31	10,16%
Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional	15	4,92%
Código Florestal	5	1,64%
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU	2	0,66%
Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)	2	0,66%
Política Nacional de Resíduos Sólidos	2	0,66%
Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)	1	0,33%
Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)	1	0,33%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Além da questão voltada para os dispositivos legais, foi incorporada ao questionário uma questão destinada a avaliar se os respondentes possuíam conhecimento acerca de alguma organização não governamental (ONG) ambiental envolvida em iniciativas de combate à poluição por plásticos nos oceanos. Os respondentes também podiam marcar mais de uma

opção e a pergunta também incluía a opção "outra", permitindo que os participantes mencionassem ONGs adicionais que conheciam, mas que não estavam previamente listadas no questionário.

Como pode ser observado no quadro abaixo, diversos respondentes marcaram mais de uma opção e, dos 305 respondentes, 236 afirmaram ter conhecimento do *Greenpeace*, 112 afirmaram conhecer o *World Wide Fund for Nature (WWF)*, 66 afirmaram conhecer o Projeto Verde Mar e 43 participantes declararam não conhecer ONGs voltadas para o combate à poluição dos oceanos. Além disso, 42 respondentes afirmaram conhecer o Instituto Comar, 40 respondentes afirmaram conhecer o Instituto Mar Adentro, 31 respondentes afirmaram conhecer a *Sea Shepherd*, 19 respondentes afirmaram conhecer a *Oceana*, 16 respondentes afirmaram conhecer a *Ocean Voyages Institute*, 15 respondentes afirmaram conhecer a Eco Local Brasil e 5 respondentes afirmaram conhecer a *Seas At Risk*. Dentro da opção "outra", na qual os respondentes poderiam listar outras instituições não mencionadas no questionário, 2 respondentes citaram o Projeto Tamar e 2 respondentes citaram o *The Ocean Cleanup*.

Quadro 8 - Conhecimento acerca das ONGs ambientais

CONHECIMENTO ACERCA DAS ONGs AMBIENTAIS		
	Frequência	Porcentagem
Greenpeace	236	77,38%
World Wide Fund for Nature (WWF)	112	36,72%
Projeto Verde Mar	66	21,64%
Não conheço	43	14,10%
Instituto Comar	42	13,77%
Instituto Mar Adentro	40	13,11%
Sea Sheperd	31	10,16%
Oceana	19	6,23%
Ocean Voyages Institute	16	5,25%
Eco Local Brasil	15	4,92%
Seas At Risk	5	1,64%
Projeto Tamar	2	0,66%
The Ocean Cleanup	2	0,66%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.3 Estatística descritiva dos construtos

Após a aplicação do questionário com os 305 (trezentos e cinco) respondentes, foi realizado o cálculo da média e do desvio padrão de cada uma das categorias de perguntas, a fim de se obter uma visão mais abrangente das características centrais e da dispersão do conjunto de dados. Os 5 (cinco) quadros a seguir apresentam os resultados das médias e desvios padrões para cada uma das perguntas presentes no questionário.

Além disso, para melhor visualização da quantidade de indivíduos que respondeu dentro de cada nível da escala Likert, foi apresentado um quadro para cada seção do questionário. Vale ressaltar que o nível 1 equivale a “discordo totalmente”, o nível 2 equivale a “discordo”, o nível 3 equivale a “discordo parcialmente”, o nível 4 equivale a “não concordo, nem discordo”, o nível 5 equivale a “concordo parcialmente”, o nível 6 equivale a “concordo” e o nível 7 equivale a “concordo totalmente”.

O quadro abaixo apresenta o cálculo das médias e desvios padrões para as perguntas que visavam avaliar o Ativismo Ambiental. Conforme pode ser analisado, a afirmação “Eu dou suporte financeiro a um grupo ambiental” apresentou a menor das médias (2,07), enquanto a afirmação “Eu voto em um governo que propõe políticas conscientes em relação ao meio ambiente” apresentou a maior média (6,00). Quando ao desvio padrão, a afirmação que apresentou o menor desvio padrão foi “Eu voto em um governo que propõe políticas conscientes em relação ao meio ambiente” (1,56), indicando uma menor dispersão dos dados e uma maior concentração em torno da média. Já a afirmação “Eu assino petições exigindo uma melhoria nas políticas governamentais em relação ao meio ambiente” apresentou o maior desvio padrão (2,48), indicando um maior nível de dispersão dos dados em relação à média.

Quadro 9 - Média e Desvio padrão da análise do Ativismo Ambiental

ATIVISMO AMBIENTAL		
QUESTÕES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Eu participo de eventos organizados por grupos ambientais.	2,81	2,26
Eu dou suporte financeiro a um grupo ambiental.	2,07	1,86
Eu assino petições exigindo uma melhoria nas políticas governamentais em relação ao meio ambiente.	4,20	2,48
Eu participo de protestos contra as condições ambientais atuais.	2,30	1,94
Eu voto em um governo que propõe políticas conscientes em relação ao meio ambiente.	6,00	1,56

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Já os percentuais e quantidades de respostas sobre Ativismo Ambiental para cada nível da escala Likert podem ser avaliados abaixo. Conforme pode ser observado, a maioria dos respondentes optou pela opção 1 (discordo totalmente) nas afirmações que indicariam um ativismo ambiental mais forte, como “Eu participo de eventos organizados por grupos ambientais”, “Eu dou suporte financeiro a um grupo ambiental” e “Eu participo de protestos

contra as condições ambientais atuais”. A afirmação “Eu assino petições exigindo uma melhoria nas políticas governamentais em relação ao meio ambiente” teve a maioria das respostas concentradas nas extremidades 7 (concordo totalmente) e 1 (discordo totalmente), explicando os níveis mais altos de desvio padrão. Já a afirmação “Eu voto em um governo que propõe políticas conscientes em relação ao meio ambiente” teve a maioria de suas respostas concentradas na opção 7 (concordo totalmente).

Quadro 10 - Percentuais e quantidades de respostas sobre Ativismo Ambiental para cada nível da escala Likert

ATIVISMO AMBIENTAL							
PERCENTUAIS E QUANTIDADES DE RESPOSTAS NA ESCALA DE LIKERT							
PERGUNTAS	NÍVEIS DA ESCALA LIKERT						
	1	2	3	4	5	6	7
Eu participo de eventos organizados por grupos ambientais.	48,2% (147)	13,4% (41)	6,9% (21)	6,6% (20)	5,6% (17)	4,6% (14)	14,8% (45)
Eu dou suporte financeiro a um grupo ambiental.	64,3% (196)	12,8% (39)	5,6% (17)	4,3% (13)	3,0% (9)	2,3% (7)	7,9% (24)
Eu assino petições exigindo uma melhoria nas políticas governamentais em relação ao meio ambiente.	27,9% (85)	7,2% (22)	6,6% (20)	6,6% (20)	9,5% (29)	11,5% (35)	30,8% (94)
Eu participo de protestos contra as condições ambientais atuais.	57,0% (174)	14,1% (43)	5,9% (18)	7,2% (22)	5,2% (16)	2,0% (6)	8,5% (26)
Eu voto em um governo que propõe políticas conscientes em relação ao meio ambiente.	3,0% (9)	1,6% (5)	4,3% (13)	7,9% (24)	11,1% (34)	11,5% (35)	60,7% (185)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As médias e desvios padrões para as perguntas que visaram avaliar a Responsabilidade Social Corporativa do governo podem ser visualizadas no quadro abaixo. Conforme pode ser observado, todas as afirmações apresentaram médias pouco acima de 4, com a menor média (4,07) na afirmação “O governo tem como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações” e a maior média (4,57) na afirmação “O governo participa de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente”. Os níveis de desvio padrão também não apresentaram altos níveis de variação, estando todos entre 1,81 e 1,92.

Quadro 11 - Média e Desvio padrão da análise da Responsabilidade Social Corporativa do governo

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA - GOVERNO		
QUESTÕES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
O governo participa de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.	4,57	1,81
O governo investe na criação de uma vida melhor para as futuras gerações.	4,12	1,86
O governo implementa programas especiais para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente.	4,16	1,87
O governo tem como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações.	4,07	1,92
O governo contribui para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.	4,41	1,81

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quanto aos percentuais e quantidades de respostas sobre Responsabilidade Social Corporativa do governo para cada nível da escala Likert, conforme pode ser observado no quadro abaixo, houve uma alta distribuição de respostas para todos os níveis da escala Likert em todas as afirmações. Enquanto as afirmações “O governo participa de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente” e “O governo contribui para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade” receberam, em sua maioria, respostas no nível 5 (concordo parcialmente), as afirmações “O governo investe na criação de uma vida melhor para as futuras gerações” e “O governo implementa programas especiais para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente” possuíram a maioria das respostas concentradas no nível 4 (não concordo, nem discordo), o que pode indicar um certo nível de neutralidade ou de falta de conhecimento acerca da questão. Por fim, a afirmação “O governo tem como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações” teve a maioria das respostas concentradas nos itens 3 (discordo parcialmente) e 4 (não concordo, nem discordo).

Quadro 12 - Percentuais e quantidades de respostas sobre Responsabilidade Social Corporativa do Governo para cada nível da escala Likert

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA - GOVERNO							
PERCENTUAIS E QUANTIDADES DE RESPOSTAS NA ESCALA DE LIKERT							
PERGUNTAS	NÍVEIS DA ESCALA LIKERT						
	1	2	3	4	5	6	7
O governo participa de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.	7,2% (22)	6,2% (19)	17% (52)	14,4% (44)	21% (64)	14,8% (45)	19,3% (59)
O governo investe na criação de uma vida melhor para as futuras gerações.	10,8% (33)	11,8% (36)	14,4% (44)	19,3% (59)	17,7% (54)	12,5% (38)	13,4% (41)
O governo implementa programas especiais para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente.	10,8% (33)	9,2% (28)	17,7% (54)	19,7% (60)	14,4% (44)	14,1% (43)	14,1% (43)
O governo tem como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações.	12,8% (39)	10,8% (33)	16,7% (51)	16,7% (51)	15,7% (48)	13,8% (42)	13,4% (41)
O governo contribui para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.	7,5% (23)	8,9% (27)	15,7% (48)	17,7% (54)	19% (58)	15,1% (46)	16,1% (49)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O quadro abaixo apresenta as médias e desvios padrões para as perguntas que visaram avaliar a confiança no governo. Conforme pode ser observado, a afirmação que apresentou a menor das médias (3,27) foi “Eu acredito que o governo é justo e neutro em relação à poluição de plásticos nos oceanos”, enquanto a afirmação com a maior das médias (4,67) foi “Eu acredito que o governo tem o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos”. Quanto ao desvio padrão, o menor deles foi encontrado na afirmação “Eu acredito que o governo está disposto a compartilhar informações relacionadas à gestão de resíduos plásticos e ao impacto na poluição dos oceanos” (1,96), indicando um menor nível de dispersão das respostas, enquanto o maior desvio padrão foi encontrado nas afirmativas “Eu acredito que o governo entende a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara” e “Eu acredito que o governo tem o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos”, indicando um maior nível de distanciamento dos valores da média.

Quadro 13 - Média e Desvio padrão da análise da Confiança no governo

CONFIANÇA - GOVERNO		
QUESTÕES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Eu acredito que o governo entende a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara.	4,21	2,07
Eu acredito que o governo é justo e neutro em relação à poluição de plásticos nos oceanos.	3,27	1,97
Eu acredito que as políticas governamentais em relação à poluição de plásticos nos oceanos são estabelecidas com base no interesse público.	3,89	2,02
Eu acredito que o governo possui experiência em coordenação e negociação para abordar a questão da poluição de plásticos nos oceanos.	3,90	2,01
Eu acredito que o governo tem o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos.	4,67	2,07
Eu acredito que o governo está disposto a compartilhar informações relacionadas à gestão de resíduos plásticos e ao impacto na poluição dos oceanos.	4,07	1,96
Eu acredito que o governo está disposto a ouvir as partes interessadas e as comunidades afetadas pela poluição de plásticos nos oceanos.	4,09	1,94
Eu acredito que o governo leva em consideração as preocupações dos cidadãos e melhora as políticas relacionadas à poluição de plásticos nos oceanos.	3,77	1,94
Eu acredito que o governo efetivamente implementa acordos e medidas voltados para a redução da poluição de plásticos nos oceanos, fruto de consenso e colaboração.	3,76	1,90

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Já os percentuais e quantidades de respostas sobre confiança no governo para cada nível da escala Likert podem ser visualizados no quadro abaixo. Conforme pode ser observado, as respostas também apresentaram grande variação entre todos os itens, podendo ser destacadas as afirmativas “Eu acredito que o governo é justo e neutro em relação à poluição de plásticos nos oceanos” e “Eu acredito que as políticas governamentais em relação à poluição de plásticos nos oceanos são estabelecidas com base no interesse público”, que possuíram a maioria de suas

respostas concentradas no item 1 (discordo totalmente). Em contrapartida, as afirmativas “Eu acredito que o governo entende a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara” e “Eu acredito que o governo tem o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos” possuíram uma maior quantidade de respostas concentradas no item 7 (concordo totalmente).

Quadro 14 - Percentuais e quantidades de respostas sobre Confiança no governo para cada nível da escala Likert

CONFIANÇA - GOVERNO							
PERCENTUAIS E QUANTIDADES DE RESPOSTAS NA ESCALA DE LIKERT							
PERGUNTAS	NÍVEIS DA ESCALA LIKERT						
	1	2	3	4	5	6	7
Eu acredito que o governo entende a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara.	14,4% (44)	11,1% (34)	14,4% (44)	11,8% (36)	14,8% (45)	14,4% (44)	19% (58)
Eu acredito que o governo é justo e neutro em relação à poluição de plásticos nos oceanos.	27,5% (84)	15,4% (47)	13,4% (41)	13,4% (41)	13,8% (42)	8,9% (27)	7,5% (23)
Eu acredito que as políticas governamentais em relação à poluição de plásticos nos oceanos são estabelecidas com base no interesse público.	17,7% (54)	11,8% (36)	15,1% (46)	12,5% (38)	15,4% (47)	14,4% (44)	12,5% (38)
Eu acredito que o governo possui experiência em coordenação e negociação para abordar a questão da poluição de plásticos nos oceanos.	16,1% (49)	13,8% (42)	15,4% (47)	13,1% (40)	16,4% (50)	11,1% (34)	14,1% (43)
Eu acredito que o governo tem o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos.	11,8% (36)	8,2% (25)	10,2% (31)	10,8% (33)	15,1% (46)	17,7% (54)	26,2% (80)
Eu acredito que o governo está disposto a compartilhar informações relacionadas à gestão de resíduos plásticos e ao impacto na poluição dos oceanos.	14,1% (43)	10,8% (33)	15,1% (46)	16,1% (49)	16,1% (49)	13,8% (42)	14,1% (43)
Eu acredito que o governo está disposto a ouvir as partes interessadas e as comunidades afetadas pela poluição de plásticos nos oceanos.	15,1% (46)	6,9% (21)	18,4% (56)	14,4% (44)	18,4% (56)	13,1% (40)	13,8% (42)
Eu acredito que o governo leva em consideração as preocupações dos cidadãos e	16,1% (49)	14,8% (45)	16,7% (51)	15,4% (47)	13,4% (41)	12,8% (39)	10,8% (33)

melhora as políticas relacionadas à poluição de plásticos nos oceanos.							
Eu acredito que o governo efetivamente implementa acordos e medidas voltados para a redução da poluição de plásticos nos oceanos, fruto de consenso e colaboração.	15,7% (48)	13,1% (40)	19,3% (59)	14,4% (44)	16,4% (50)	10,5% (32)	10,5% (32)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quanto à análise das ONGs, as médias e desvios padrões para as perguntas que visavam avaliar a responsabilidade social corporativa dessas instituições são apresentados abaixo. Conforme pode ser observado, todas as médias ficaram acima de 5, com a menor média presente na afirmativa “As ONGs implementam programas especiais para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente” e as maiores médias presentes nas afirmativas “As ONGs têm como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações” e “As ONGs contribuem para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade”. Os desvios padrões também apresentaram valores aproximados, sendo o menor 1,44 e o maior 1,55.

Quadro 15 - Média e Desvio padrão da análise da Responsabilidade Social Corporativa das ONGs

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA - ONGS		
QUESTÕES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
As ONGs participam de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.	5,88	1,53
As ONGs investem na criação de uma vida melhor para as futuras gerações.	5,85	1,50
As ONGs implementam programas especiais para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente.	5,74	1,55
As ONGs têm como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações.	5,89	1,44
As ONGs contribuem para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.	5,89	1,44

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Já quanto aos percentuais e quantidades de respostas sobre Responsabilidade Social Corporativa das ONGs para cada nível da escala Likert, conforme pode ser observado no quadro abaixo, em todas as afirmações, a maior quantidade das respostas concentrou-se no nível 7 (concordo totalmente).

Quadro 16 - Percentuais e quantidades de respostas sobre Responsabilidade Social Corporativa das ONGs para cada nível da escala Likert

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA - ONGS							
PERCENTUAIS E QUANTIDADES DE RESPOSTAS NA ESCALA DE LIKERT							
PERGUNTAS	NÍVEIS DA ESCALA LIKERT						
	1	2	3	4	5	6	7
As ONGs participam de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.	3,0% (9)	2,3% (7)	3,0% (9)	8,5% (26)	12,1% (37)	21% (64)	50,2% (153)
As ONGs investem na criação de uma vida melhor para as futuras gerações.	2,3% (7)	2,6% (8)	3,6% (11)	8,5% (26)	12,5% (38)	23,6% (72)	46,9% (143)
As ONGs implementam programas especiais para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente.	2,3% (7)	3,9% (12)	3,6% (11)	8,9% (27)	14,1% (43)	23,6% (72)	43,6% (133)
As ONGs têm como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações.	2,0% (6)	2,3% (7)	4,3% (13)	6,2% (19)	13,1% (40)	25,9% (79)	46,2% (141)
As ONGs contribuem para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.	1,6% (5)	3,0% (9)	3,0% (9)	8,5% (26)	12,5% (38)	24,6% (75)	46,9%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As médias e desvios padrões para as perguntas que visaram avaliar a confiança nas ONGs são apresentadas no quadro abaixo e, conforme pode ser observado, todas as médias também foram acima de 5, com desvios padrões que também apresentaram valores aproximados, indicando que os níveis de dispersão dos dados em relação às médias variou de 1,39 a 1,89.

Quadro 17 - Média e Desvio padrão da análise da Confiança nas ONGs

CONFIANÇA - ONGS		
QUESTÕES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Eu acredito que as ONGs entendem a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara.	5,99	1,39
Eu acredito que as ONGs são justas e neutras em relação à poluição de plásticos nos oceanos.	5,36	1,71

Eu acredito que as políticas das ONGs em relação à poluição de plásticos nos oceanos são estabelecidas com base no interesse público.	5,31	1,69
Eu acredito que as ONGs possuem experiência em coordenação e negociação para abordar a questão da poluição de plásticos nos oceanos.	5,58	1,56
Eu acredito que as ONGs têm o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos.	5,09	1,89
Eu acredito que as ONGs estão dispostas a compartilhar informações relacionadas à gestão de resíduos plásticos e ao impacto na poluição dos oceanos.	5,82	1,48
Eu acredito que as ONGs estão dispostas a ouvir as partes interessadas e as comunidades afetadas pela poluição de plásticos nos oceanos.	5,78	1,53
Eu acredito que as ONGs levam em consideração as preocupações dos cidadãos e melhoram as políticas relacionadas à poluição de plásticos nos oceanos.	5,70	1,53
Eu acredito que as ONGs efetivamente implementam acordos e medidas voltados para a redução da poluição de plásticos nos oceanos, fruto de consenso e colaboração.	5,50	1,61

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Por fim, quanto aos percentuais e quantidades de respostas sobre Confiança nas ONGs para cada nível da escala Likert, conforme pode ser observado no quadro abaixo, todas as 9 alternativas também possuíram a maior quantidade de suas respostas concentradas no item 7 (concordo totalmente), indicando bons níveis de confiança da sociedade para com as ONGs no que se diz respeito à problemática da poluição por plásticos nos oceanos.

Quadro 18 - Percentuais e quantidades de respostas sobre Confiança nas ONGs para cada nível da escala Likert

CONFIANÇA - ONGS							
PERCENTUAIS E QUANTIDADES DE RESPOSTAS NA ESCALA DE LIKERT							
PERGUNTAS	NÍVEIS DA ESCALA LIKERT						
	1	2	3	4	5	6	7
Eu acredito que as ONGs entendem a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara.	2,3% (7)	1,3% (4)	2,6% (8)	5,9% (18)	15,7% (48)	20,7% (63)	51,5% (157)
Eu acredito que as ONGs são justas e neutras em relação à poluição de plásticos nos oceanos.	5,2% (16)	3,9% (12)	3,9% (12)	12,5% (38)	18,7% (57)	22,3% (68)	33,4% (102)

Eu acredito que as políticas das ONGs em relação à poluição de plásticos nos oceanos são estabelecidas com base no interesse público.	5,2% (16)	3,9% (12)	4,6% (14)	12,1% (37)	19% (58)	25,2% (77)	29,8% (91)
Eu acredito que as ONGs possuem experiência em coordenação e negociação para abordar a questão da poluição de plásticos nos oceanos.	3,0% (9)	1,6% (5)	6,6% (20)	11,8% (36)	15,1% (46)	24,3% (74)	37,7% (115)
Eu acredito que as ONGs têm o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos.	5,9% (18)	5,6% (17)	8,9% (27)	13,8% (42)	16,4% (50)	18,4% (56)	31,1% (95)
Eu acredito que as ONGs estão dispostas a compartilhar informações relacionadas à gestão de resíduos plásticos e ao impacto na poluição dos oceanos.	2,6% (8)	1,6% (5)	3,9% (12)	8,5% (26)	14,8% (45)	23% (70)	45,6% (139)
Eu acredito que as ONGs estão dispostas a ouvir as partes interessadas e as comunidades afetadas pela poluição de plásticos nos oceanos.	3,6% (11)	1,6% (5)	4,3% (13)	6,2% (19)	15,7% (48)	25,2% (77)	43,3% (132)
Eu acredito que as ONGs levam em consideração as preocupações dos cidadãos e melhoram as políticas relacionadas à poluição de plásticos nos oceanos.	3,3% (10)	2,6% (8)	3,6% (11)	7,9% (24)	16,1% (49)	27,2% (83)	39,3% (120)
Eu acredito que as ONGs efetivamente implementam acordos e medidas voltados para a redução da poluição de plásticos nos oceanos, fruto de consenso e colaboração.	3,6% (11)	2,6% (8)	6,2% (19)	10,2% (31)	17,4% (53)	24,6% (75)	35,4% (108)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir da análise das respostas direcionadas ao Ativismo Ambiental, observa-se que as médias de avaliação são predominantemente baixas, e a maior parte das respostas está concentrada na categoria “discordo totalmente” da escala Likert. Esses resultados sugerem que, quando se trata de engajamento em ativismo ambiental que demanda ações mais participativas por parte dos indivíduos, ou quando se discute o apoio financeiro a causas ambientais, há uma ausência de manifestações de comprometimento mais robustas por parte dos participantes. Ao examinar a RSC e a confiança no governo, nota-se que as médias estão centralizadas no nível

4, e há uma considerável quantidade de respostas concentradas na categoria “não concordo, nem discordo”. Isso pode sugerir um certo grau de falta de conhecimento ou neutralidade em relação ao governo por parte dos respondentes, o que pode destacar a importância de fortalecer a percepção que a população tem em relação ao governo, visando a construção de uma relação mais sólida e confiável entre o Estado e os cidadãos. No que diz respeito à RSC e à confiança nas ONGs, as médias e os itens da escala Likert indicaram uma percepção positiva por parte da população em relação às atividades dessas instituições. Esse cenário pode sugerir uma oportunidade promissora para intensificar a divulgação das iniciativas desenvolvidas por essas entidades e para incentivar uma maior participação do público em suas causas e projetos.

4.4 Análise fatorial exploratória

Antes de iniciadas as análises de regressão, realizou-se, em um primeiro momento, a exclusão de possíveis variáveis consideradas problemáticas por meio da realização de uma análise fatorial exploratória (AFE) no *software JASP*. Tal análise foi empregada a fim de identificar quais variáveis são de fato importantes no modelo de acordo com a amostra, bem como para verificar a disposição dos dados em fatores (HAIR JR et al., 2009). O número de fatores foi baseado em autovalores, o tipo de rotação escolhida foi oblíqua *PROMAX* e o estimador foi o *weighted least squares* (WLS).

Ao todo, foram realizadas 2 (duas) análises fatoriais exploratórias. Na primeira AFE, foi constatado que a variável “AA5 - eu voto em um governo que propõe políticas conscientes em relação ao meio ambiente” possui carga fatorial baixa ($<0,4$). Por esse motivo, tal variável teve de ser removida das futuras análises. Por fim, após realizada a remoção da variável considerada problemática, uma segunda análise fatorial exploratória foi realizada e seus resultados podem ser visualizados no quadro abaixo.

Quadro 19 - Análise fatorial exploratória

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	MSA
RO1. As ONGs participam de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.	0.921					0,919
RO2. As ONGs investem na criação de uma vida melhor para as futuras gerações.	0.902					0,93
RO3. As ONGs implementam programas especiais para	0.853					0,958

minimizar seu impacto negativo no meio ambiente.						
RO4. As ONGs têm como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações.	0.931					0,945
RO5. As ONGs contribuem para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.	0.938					0,954
CO1. Eu acredito que as ONGs entendem a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara.		0.844				0,96
CO2. Eu acredito que as ONGs são justas e neutras em relação à poluição de plásticos nos oceanos.		0.763				0,961
CO3. Eu acredito que as políticas das ONGs em relação à poluição de plásticos nos oceanos são estabelecidas com base no interesse público.		0.650				0,956
CO4. Eu acredito que as ONGs possuem experiência em coordenação e negociação para abordar a questão da poluição de plásticos nos oceanos.		0.797				0,927
CO5. Eu acredito que as ONGs têm o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos.		0.859				0,938
CO6. Eu acredito que as ONGs estão dispostas a compartilhar informações relacionadas à gestão de resíduos plásticos e ao impacto na poluição dos oceanos.		0.805				0,961
CO7. Eu acredito que as ONGs estão dispostas a ouvir as partes interessadas e as comunidades afetadas pela poluição de plásticos nos oceanos.		0.870				0,923
CO8. Eu acredito que as ONGs levam em consideração as preocupações dos cidadãos		0.858				0,948

e melhoram as políticas relacionadas à poluição de plásticos nos oceanos.						
CO9. Eu acredito que as ONGs efetivamente implementam acordos e medidas voltados para a redução da poluição de plásticos nos oceanos, fruto de consenso e colaboração.		0.829				0,963
CG1. Eu acredito que o governo entende a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara.			0.751			0,941
CG2. Eu acredito que o governo é justo e neutro em relação à poluição de plásticos nos oceanos.			0.805			0,937
CG3. Eu acredito que as políticas governamentais em relação à poluição de plásticos nos oceanos são estabelecidas com base no interesse público.			0.757			0,945
CG4. Eu acredito que o governo possui experiência em coordenação e negociação para abordar a questão da poluição de plásticos nos oceanos.			0.735			0,927
CG5. Eu acredito que o governo tem o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos.			0.686			0,895
CG6. Eu acredito que o governo está disposto a compartilhar informações relacionadas à gestão de resíduos plásticos e ao impacto na poluição dos oceanos.			0.821			0,933
CG7. Eu acredito que o governo está disposto a ouvir as partes interessadas e as comunidades afetadas pela poluição de plásticos nos oceanos.			0.778			0,914
CG8. Eu acredito que o governo leva em consideração as preocupações dos cidadãos			0.801			0,922

e melhora as políticas relacionadas à poluição de plásticos nos oceanos.						
CG9. Eu acredito que o governo efetivamente implementa acordos e medidas voltados para a redução da poluição de plásticos nos oceanos, fruto de consenso e colaboração.			0.765			0,946
RG1. O governo participa de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.				0.786		0,942
RG2. O governo investe na criação de uma vida melhor para as futuras gerações.				0.905		0,925
RG3. O governo implementa programas especiais para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente.				0.807		0,942
RG4. O governo tem como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações.				0.801		0,92
RG5. O governo contribui para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.				0.584		0,965
AA1. Eu participo de eventos organizados por grupos ambientais.					0.834	0,933
AA2. Eu dou suporte financeiro a um grupo ambiental.					0.720	0,758
AA3. Eu assino petições exigindo uma melhoria nas políticas governamentais em relação ao meio ambiente.					0.508	0,845
AA4. Eu participo de protestos contra as condições ambientais atuais.					0.824	0,79

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com o uso do software *JASP*.

Os resultados da Análise Fatorial Exploratória (AFE) apontam para uma boa adaptação entre todos os construtos. Dessa forma, prosseguiu-se para a realização da análise de regressão múltipla.

4.5 Análise das variáveis preditoras da responsabilidade corporativa do governo e das ONGs

Em um primeiro momento, os resíduos dos dados foram submetidos a testes de normalidade, a fim de verificar se seguiam uma distribuição normal. A aplicação dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk revelou que os resíduos de todas as variáveis apresentaram valores de p inferiores a 0,05, indicando a falta de normalidade nos resíduos. Dessa forma, foi utilizado o algoritmo de *Bootstrapping* (amostragem aleatória) do *software* SPSS 22.0, com o parâmetro 1000 para o número de casos e amostras. *Bootstrapping* diz respeito a uma técnica estatística que envolve a amostragem repetida e com reposição de dados a partir de um conjunto original, com o objetivo de realizar inferências sobre uma população (Efron, 1992; Coelho *et al.*, 2018). Essa abordagem é essencial para estimar a variabilidade de uma estatística e fornecer intervalos de confiança mais robustos, especialmente quando a distribuição dos dados não possui normalidade (Efron, 1992; Coelho *et al.*, 2018).

Realizou-se então a primeira análise de regressão linear múltipla (método *enter*) com o objetivo de investigar em que medida os fatores de confiança no governo e o ativismo ambiental impactavam nos níveis de responsabilidade social corporativa do governo. Os resultados demonstraram haver uma influência significativa do fator de confiança no governo ($F(2, 302) = 190,467, p < 0,001; R^2_{\text{ajustado}} = 0,555$). A tabela 8 apresenta os coeficientes para todos os preditores. Conforme pode ser visto, a variável que mais fortemente impactou os níveis de responsabilidade social corporativa do governo foi a confiança no governo ($b = 0,747, p < 0,001$). A única variável que não impactou os índices de responsabilidade social corporativa do governo foi o ativismo ambiental ($b = -0,10, p > 0,05$).

Tabela 8 - Variáveis preditoras da responsabilidade corporativa do governo

Preditores	Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de
	$Beta$			colinearidade
(Constant)	-	5,806	0,000	VIF
Ativismo ambiental	-0,010	-0,27	0,785	1,001
Confiança no governo	0,747	19,51	0,000	1,001

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com o auxílio do *software* SPSS 22.0.

Os resultados acima também indicam ausência de colinearidade ($VIF < 10$). Assim, os resultados apontam que o modelo da segunda regressão utilizado é adequado (Field, 2013). Ademais, o quadro 20 ilustra os resultados do resumo do primeiro modelo de regressão.

Quadro 20 - Resumo do primeiro modelo de regressão (RSC - governo)

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson	Significância do modelo
1	,747 ^a	,558	0,555	1,14083	2,085	0,000

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com o auxílio do *software* SPSS 22.0.

Os resultados do quadro 20 indicam que a variância (R^2 ajustado) da responsabilidade social corporativa do governo é explicada em 55,5% pela confiança no governo. Além disso, de acordo com Field (2013), os valores de Durbin-Watson próximos a 2 indicam que não há autocorrelação significativa nos resíduos do modelo de regressão. Ademais, o modelo de regressão foi considerado estatisticamente significativo ($p < 0,05$). Por fim, os resultados indicam a presença de variáveis externas que podem influenciar a responsabilidade social corporativa do governo.

Após os resultados do primeiro modelo de regressão, foi realizada uma segunda análise de regressão linear múltipla (método *enter*) com o objetivo de investigar em que medida os fatores de confiança nas ONGs e ativismo ambiental impactavam nos níveis de responsabilidade social corporativa das ONGs. Os resultados demonstraram haver uma influência significativa do fator de confiança nas ONGs ($F(2, 302) = 378,31, p < 0,001; R^2_{ajustado} = 0,713$). A tabela 9 apresenta os coeficientes para todos os preditores. Conforme pode ser observado, a variável que mais fortemente impactou os níveis de responsabilidade social corporativa das ONGs foi a confiança nas ONGs ($b = 0,849, p < 0,001$). A única variável que não impactou os índices de responsabilidade social corporativa das ONGs foi o ativismo ambiental ($b = -0,24, p > 0,05$).

Tabela 9 - Variáveis predictoras da responsabilidade corporativa das ONGs

Preditores	Coeficientes padronizados		t	Sig.	Estatísticas de colinearidade
	Beta				VIF
(Constant)	-		5,188	0,000	
Ativismo ambiental	-0,24		-0,77	0,438	1,029
Confiança nas ONGs	0,849		27,23	0,000	1,029

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com o auxílio do *software* SPSS 22.0.

Os resultados acima também indicam ausência de colinearidade ($VIF < 10$). Assim, os resultados apontam que o modelo de regressão utilizado é adequado (Field, 2013). De forma complementar, o quadro 21 ilustra os resultados do resumo do primeiro modelo de regressão.

Quadro 21 - Resumo do primeiro modelo de regressão (RSC - ONGs)

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson	Significância do modelo
1	,845 ^a	,715	0,713	0,74958	2,113	0,000

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com o auxílio do *software* SPSS 22.0.

Os resultados do quadro 21 indicam que a variância (R^2 ajustado) da responsabilidade social corporativa das ONGs é explicada em 71,5% pela confiança nas ONGs. Além disso, de acordo com Field (2013), os valores de Durbin-Watson próximos a 2 indicam que não há autocorrelação significativa nos resíduos do modelo de regressão. Ademais, o modelo de regressão foi considerado estatisticamente significativo ($p < 0,05$). Por fim, os resultados indicam a presença de variáveis externas que podem influenciar a responsabilidade social corporativa das ONGs.

4.6 Discussão acerca dos dados

Ao ser realizada uma análise aprofundada dos principais resultados obtidos nesta pesquisa e integrá-los de maneira abrangente às contribuições teóricas dos autores previamente citados, destaca-se a identificação de relações significativas que suscitam importantes discussões acerca do tema.

Iniciadas as análises acerca da influência do construto “confiança” sobre o construto “responsabilidade social corporativa do governo”, os resultados provenientes da análise de regressão múltipla apontaram que 55,5% das variações na responsabilidade social corporativa do governo são explicadas por variações na confiança. Este achado revela uma influência notável das opiniões individuais quanto à atuação governamental no que diz respeito à poluição por plásticos nos oceanos e na confiança depositada no governo sobre a responsabilidade social corporativa.

Tais níveis de influência da confiança na responsabilidade social corporativa do governo podem se dar pelo fato de que, conforme explicado por Haski-Leventhal (2022),

quando a responsabilidade social corporativa direciona seus esforços para os ambientes externos às organizações, focalizando nas dinâmicas sociais em sua totalidade, esta passa a evidenciar a importância do desenvolvimento de parcerias e relações sólidas entre agentes responsáveis em diversos setores socioeconômicos, como o governo. Dentro do mesmo contexto, a construção dessas relações entre indivíduos e outros agentes sociais visando o bem-estar coletivo, depende, entre outros fatores, do nível de confiança estabelecido (SILVA et al., 2021).

A atuação governamental tende a desempenhar um papel de grande importância no que concerne aos níveis de envolvimento por parte da população na busca de soluções para problemas que podem afetar a sociedade como um todo. Contudo, para que haja interesse por parte da sociedade em contribuir, torna-se imperativo que a relação entre os indivíduos e o governo seja fundamentada na confiança, pois quanto maior o grau de confiança, maiores serão as chances de os indivíduos se alinharem às diretrizes governamentais, adotando uma postura colaborativa (SILVA et al., 2021). Assim, embora a disposição para mudanças positivas por parte das instituições governamentais represente um fator-chave, especialmente no contexto da responsabilidade social corporativa, torna-se essencial para o governo construir um bom nível de confiança para com a sociedade, o que pode ser alcançado por meio de uma comunicação eficaz, de uma abordagem transparente e aberta ao diálogo com todas as partes interessadas, ou por meio da implementação concreta de políticas públicas baseadas em uma abordagem colaborativa (TUDOR; WILLIAMS, 2021).

Já ao serem iniciadas às análises acerca da influência do construto “confiança” sobre o construto “responsabilidade social corporativa das ONGs”, os resultados provenientes da segunda análise de regressão múltipla apontaram que 71,5% das variações na responsabilidade social corporativa dessas instituições são explicadas por variações na confiança. Este achado também revela uma influência notável das opiniões individuais quanto à atuação das ONGs no contexto da poluição por plásticos nos oceanos e na confiança depositada nessas instituições sobre a responsabilidade social corporativa. Conforme explicam Waniak-Michalak e Perica (2021), os níveis de confiança na atuação das ONGs podem ser moldados por uma complexa interação de fatores, que podem incluir valores culturais enraizados, experiências passadas dos cidadãos no estabelecimento e no apoio a essas organizações ao longo do tempo e até mesmo eventos históricos nos quais as ONGs foram agentes importantes. Tal confiança, por sua vez, desempenha um papel crucial no fortalecimento das ONGs, proporcionando-lhes estabilidade organizacional sólida e

sustentando sua autonomia contínua na condução de iniciativas socioambientais de grande impacto.

Para a responsabilidade social corporativa das ONGs, a influência da confiança da população em suas atividades desempenha um papel fundamental, destacando a importância de atender às expectativas do público por meio de suas práticas organizacionais e ações sociais. A compreensão da responsabilidade social corporativa por parte dos indivíduos representa um importante indicador do reconhecimento da relevância e do impacto das atividades dessas instituições, podendo tal reconhecimento ser desenvolvido por meio de experiências diretas ou indiretas (KIM, 2017).

Tanto para o governo quanto para as organizações não governamentais, o comprometimento com a responsabilidade social corporativa não apenas se tornará cada vez mais imperativo, como também representará um pilar fundamental para um bom desempenho frente à sociedade. A postura proativa e engajada dessas instituições diante de crises ambientais não apenas será crucial para sua adaptação e credibilidade, mas também determinará sua capacidade de liderança e influência na promoção de mudanças positivas. Nesse contexto, a priorização da saúde e do bem-estar da população, juntamente com a prontidão para se adaptar de forma ágil e eficiente às mudanças, emerge como uma estratégia essencial para enfrentar os desafios socioambientais emergentes. Além disso, a plena integração dos interesses dos *stakeholders*, com destaque para a sociedade em geral, nos processos de tomada de decisão é essencial para garantir uma abordagem inclusiva e orientada para o bem comum nas iniciativas de RSC. Portanto, torna-se imprescindível aprimorar os processos de comunicação e participação, visando fortalecer a colaboração e o envolvimento das partes interessadas, e assim promover uma transformação mais ampla e sustentável em prol do desenvolvimento social e ambiental (CARROLL, 2021).

Quanto ao construto “ativismo ambiental”, por outro lado, os resultados provenientes da regressão múltipla revelaram um outro tipo de constatação: a ausência de qualquer influência significativa dos níveis de ativismo ambiental na responsabilidade social corporativa, tanto no âmbito governamental, quanto nas organizações não governamentais. Em complemento, antes mesmo de conduzidos os testes de regressão múltipla, os resultados obtidos da análise estatística descritiva expuseram, de certa forma, os padrões de engajamento, ou a falta dele, por parte da população em relação às causas do ativismo ambiental. Essa notável ausência de engajamento se manifestou na maioria das respostas, indicando a presença de índices reduzidos de participação em eventos e protestos, além de uma adesão limitada ao suporte financeiro às organizações sociais e à assinatura de petições.

Os achados observados podem sugerir a necessidade, em um primeiro momento, de uma investigação direcionada ao ativismo ambiental individualmente, com uma análise detalhada acerca de possíveis agentes impulsionadores de comportamentos relacionados ao ativismo ambiental nos indivíduos. De acordo com Latkin et al. (2022), o ativismo pode ser influenciado por uma variedade de fatores, incluindo normas sociais, influência digital, o bem-estar psicológico dos indivíduos, entre outros. Portanto, torna-se importante buscar uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais que podem fomentar o ativismo ambiental. Ainda de acordo com os autores, dado o papel significativo que a influência social desempenha nas respostas comportamentais pró-ativistas, uma compreensão mais abrangente do processo de desenvolvimento dessa influência social pode ser valiosa no delineamento de estratégias para impulsionar o ativismo ambiental.

Em um segundo momento, pode tornar-se necessário examinar os possíveis obstáculos que possam impedir uma relação de influência entre o ativismo ambiental e a responsabilidade social corporativa do governo e das ONGs. Conforme destacado por Abers (2019), o ativismo implica na defesa de causas controversas contra forças poderosas percebidas, e na busca proativa de oportunidades para promover tais causas. Estes mecanismos de ação, associados à defesa de ideias específicas que, na perspectiva dos ativistas, necessitam ser protegidas contra forças poderosas (ABERS, 2019), merecem uma análise mais detalhada a fim de determinar se geram algum tipo de distanciamento entre os indivíduos ativistas e as demais instituições, como o governo ou as ONGs.

Ademais, considerando que os resultados evidenciaram a existência de variáveis externas capazes de exercer influência sobre a responsabilidade social corporativa do governo e das ONGs, destaca-se a importância de contemplar outras nuances específicas na análise do impacto na Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Conforme destacado por Tudor e Williams (2021), a compreensão das dinâmicas sociais relacionadas ao combate à poluição por plásticos nos oceanos vai além das políticas públicas, do poder legislativo, das práticas de consumo, das normas sociais e do comportamento cultural. Outros fatores, como demografia, estruturas sociais, níveis de riqueza e conscientização pública, campanhas da mídia, geografia, localização e infraestrutura desempenham papéis significativos na análise desse problema e na busca por soluções. A complexidade dessas dinâmicas envolve uma gama diversificada de elementos inter-relacionados, destacando a necessidade de uma abordagem holística para compreender e lidar eficazmente com a questão da poluição por plásticos nos oceanos. Dessa forma, a consideração desses diversos fatores é essencial para a formulação de estratégias

abrangentes e contextualmente relevantes, a fim de promover mudanças positivas e sustentáveis nesse cenário ambiental preocupante (TUDOR; WILLIAMS, 2021).

Por fim, sabe-se que diversas são as iniciativas que visam enfrentar a crise ambiental causada pela poluição por plásticos, com discursos que alternam entre oposição e complementaridade (BIASOLI; SORRENTINO, 2018). Dentro do cenário global de busca pelo desenvolvimento de uma gestão mais eficaz dos resíduos plásticos, faz-se necessário compreender também o panorama mais abrangente das atitudes da sociedade em relação a esses materiais (DILKES-HOFFMAN et al., 2019).

O bom gerenciamento da poluição plástica nos oceanos demanda uma aprendizagem com iniciativas globais, mas também requer soluções adaptadas localmente. A disposição do governo e das ONGs é essencial, porém, faz-se necessário trabalhar em prol do desenvolvimento de políticas para o lixo marinho fundamentadas em abordagens holísticas e respaldada pela ciência colaborativa, com vistas a manter os materiais em uso pelo maior tempo possível e eliminar o desperdício e a poluição (TUDOR; WILLIAMS, 2021). O alcance do desenvolvimento sustentável, por fim, deve ser tratado como um objetivo unificado da humanidade, demandando esforços colaborativos de todos os países, especialmente daqueles em desenvolvimento, onde a busca pela preservação do meio ambiente pode ser vista como um fator limitante do desenvolvimento econômico (LI; HE; SHAO; CAO, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou uma análise abrangente e aprofundada da possível relação de influência entre a confiança institucional e o ativismo ambiental para com a responsabilidade social corporativa do governo e das organizações não governamentais (ONGs), no contexto da problemática da poluição por plásticos nos oceanos. Dentro dessa proposta, os objetivos específicos delinearão-se na investigação da relação de influência entre a confiança e o ativismo ambiental quanto à responsabilidade social corporativa do governo no enfrentamento da poluição por plásticos nos oceanos, bem como na investigação da relação de influência entre a confiança e o ativismo ambiental quanto à responsabilidade social corporativa das organizações não governamentais (ONGs) em relação ao mesmo problema.

Para atingir tais objetivos, adotou-se uma abordagem quantitativa, utilizando um questionário como instrumento de coleta de dados. Os testes quantitativos realizados não apenas permitiram uma compreensão mais profunda da percepção dos indivíduos acerca das ações governamentais e das ONGs no combate à poluição por plásticos nos oceanos, como também possibilitaram uma boa avaliação de quais níveis de influência a confiança e o ativismo ambiental podem exercer sobre a responsabilidade social corporativa dessas instituições.

Os resultados revelaram que o construto “confiança” exerce uma influência significativa na responsabilidade social corporativa, tanto governamental (com uma influência estimada em 55,5%) quanto das ONGs (com uma influência estimada em 71,5%). Tais constatações sugerem oportunidades tangíveis para o governo fortalecer a confiança do público por meio de uma comunicação eficaz, transparência institucional e abertura ao diálogo com todas as partes interessadas, ou mediante a implementação de políticas públicas colaborativas. Para as ONGs, evidenciam a importância da confiança como um dos pilares para a consolidação institucional, proporcionando-lhes uma base sólida e sustentável para conduzir iniciativas socioambientais de grande impacto.

Entretanto, no que tange ao construto “ativismo ambiental”, não foi observado nenhum tipo de influência que esse construto poderia vir a causar na responsabilidade social corporativa do governo ou das ONGs. Tais resultados podem indicar a necessidade de dois tipos de investigações futuras: uma direcionada individualmente ao ativismo, com a análise de possíveis agentes impulsionadores de um comportamento ativista; e outra direcionada a análise de possíveis obstáculos na relação de influência entre o ativismo ambiental e a responsabilidade social corporativa.

Pode-se afirmar, portanto, que a maior limitação identificada no estudo residiu na complexidade dos construtos analisados, especialmente no que concerne ao ativismo ambiental,

o que sugere, para a realização de pesquisas futuras, a pertinência da realização de pesquisas com uma abordagem mais holística, considerando outros aspectos relacionados ao ativismo ambiental, como dimensões sociais, psicológicas ou comportamentais.

Por fim, conforme evidenciado pelos testes estatísticos, recomenda-se que pesquisas futuras explorem também a análise de outras variáveis externas capazes de influenciar a responsabilidade social corporativa do governo e das ONGs, incluindo fatores comportamentais, estruturais, demográficos e financeiros, por exemplo. Essa abordagem mais abrangente permitirá uma compreensão mais completa das complexas dinâmicas que moldam o conceito de responsabilidade social corporativa.

REFERÊNCIAS

- ABEDI, Fahimeh; ZELEDNIKOW, John; BELLUCCI, Emilia. Universal standards for the concept of trust in online dispute resolution systems in e-commerce disputes. **International Journal Of Law And Information Technology**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 209-237, 2019. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ijlit/eaz005>.
- ABERS, Rebecca Neaera. Bureaucratic Activism: pursuing environmentalism inside the brazilian state. **Latin American Politics And Society**, [S.L.], v. 61, n. 2, p. 21-44, 14 mar. 2019. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/lap.2018.75>.
- ABIPLAST. **As Indústrias de Transformação e Reciclagem de Plástico no Brasil**. 2021. Disponível em: http://www.abiplast.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Preview_ABIPLAST_2021_web.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.
- ADENTRO, Instituto Mar. **HOME**. 2023. Disponível em: <https://maradentro.org.br/#page-content>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- AGBEDAHIN, Adesuwa Vanessa. Sustainable development, Education for Sustainable Development, and the 2030 Agenda for Sustainable Development: emergence, efficacy, eminence, and future. **Sustainable Development**, [S.L.], v. 27, n. 4, p. 669-680, 21 jan. 2019. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/sd.1931>.
- ALESSANDRO, Martin; LAGOMARSINO, Bruno Cardinale; SCARTASCINI, Carlos; STREB, Jorge; TORREALDAY, Jerónimo. Transparency and Trust in Government. Evidence from a Survey Experiment. **World Development**, [S.L.], v. 138, p. 1-18, fev. 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105223>.
- ALYRIO, R. D. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.
- AMBEC, Stefan; DONDER, Philippe de. Environmental policy with green consumerism. **Journal Of Environmental Economics And Management**, [S.L.], v. 111, p. 1-47, jan. 2022. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jeem.2021.102584>.
- ANTIL, J. H.; BENNETT, P. D.; **Construction and validation of a scale to measure socially responsible consumption behavior**. In: BEARDEN, W. O.; NETEMEYER, R. G.; HAWS, K. L. Handbook of marketing scales: multi-item measures for marketing and consumer behavior research. California; London; New Delhi; Singapore, 2011. P. 1-619.
- ANUNCIADO, L. **Conceitos e análises estatísticas com R e JASP**. 1 ed. Rio de Janeiro: Nila Press, 2021.
- AVERY-GOMM, Stephanie; WALKER, Tony R.; MALLORY, Mark L.; PROVENCHER, Jennifer F.. There is nothing convenient about plastic pollution. Rejoinder to Stafford and Jones “Viewpoint – Ocean plastic pollution: a convenient but distracting truth?”. **Marine Policy**, [S.L.], v. 106, p. 1-3, ago. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2019.103552>.

BANERJEE, S. B. **Transnational Power and Translocal Governance: The Politics of Corporate Responsibility**. In: MAAK, T.; PLESS, N. M.; ORLITZKY, M.; SANDHU, S. *The routledge companion to corporate social responsibility*. New York; London: Routledge, 2022. p. 1-403.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti; INOMATA, Danielly Oliveira; FERNANDES, Tatiana Brandão. **Sustentabilidade Informacional em Ecossistemas de Conhecimentos**. Manaus: Edua, 2021.

BERNARDO, Leandro Ferreira. Políticas públicas e judiciário: a necessidade de aprimoramento do sistema processual de tutela coletiva brasileiro voltado ao controle jurisdicional de políticas públicas. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 250-287, abr. 2019.

BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos. DIMENSIONS OF PUBLIC ENVIRONMENTAL EDUCATION POLICIES: the necessary inclusion of everyday politics. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 21, p. 1-18, 8 out. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc0144r2vu18l2ao>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art235. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL, Eco Local. **Ocean Recycled: plásticos retirados do mar viram acessórios de surf, brinquedos e outros produtos**. Plásticos retirados do mar viram acessórios de surf, brinquedos e outros produtos. 2023. Disponível em: <https://ecolocalbrasil.org.br/ocean-recycled/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

CADMAN, Rachael; MACDONALD, Bertrum H.; SOOMAI, Suzuette S.. Sharing victories: characteristics of collaborative strategies of environmental non-governmental organizations in canadian marine conservation. **Marine Policy**, [S.L.], v. 115, p. 1-11, maio 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2020.103862>.

CARROLL, Archie B.. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. **Business Horizons**, [s.l.], v. 34, p.39-48, jul./ago. 1991.

CARROLL, Archie B.. Corporate Social Responsibility: perspectives on the csr construct's development and future. **Business & Society**, [S.L.], v. 60, n. 6, p. 1258-1278, 22 abr. 2021. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/00076503211001765>.

CARROLL, A. B.; BROWN, J. A. **Corporate Social Responsibility: A Chronicle and Review of Concept Development and Refinements**. In: MAAK, T.; PLESS, N. M.;

ORLITZKY, M.; SANDHU, S. The routledge companion to corporate social responsibility. New York; London: Routledge, 2022. p. 1-403.

CARBERRY, Edward J.; BHARATI, Pratyush; LEVY, David L.; CHAUDHURY, Abhijit. Social Movements as Catalysts for Corporate Social Innovation: environmental activism and the adoption of green information systems. **Business & Society**, [S.L.], v. 58, n. 5, p. 1083-1127, 3 abr. 2017. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0007650317701674>.

CARVALHAES, Andréia Regina Schneider Nunes. **Limites e aferição do controle judicial de políticas públicas**. 2018. 201 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

CAVALIERE, Alessia; PIGLIAFREDDO, Silvia; MARCHI, Elisa de; BANTERLE, Alessandro. Do Consumers Really Want to Reduce Plastic Usage? Exploring the Determinants of Plastic Avoidance in Food-Related Consumption Decisions. **Sustainability**, [S.L.], v. 12, n. 22, p. 1-15, 18 nov. 2020. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su12229627>.

CHEIN, Flávia. **Introdução aos modelos de regressão linear: um passo inicial para compreensão da econometria como uma ferramenta de avaliação de políticas públicas**. . Brasília: Enap, 2019.

CLARKSON, Peter M.; LI, Yue; RICHARDSON, Gordon D.; VASVARI, Florin P.. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. **Accounting, Organizations And Society**, [S.L.], v. 33, n. 4-5, p. 303-327, maio 2008. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2007.05.003>.

COELHO, Pedro et al. Predisposição para doação de medula óssea à luz da Teoria do Comportamento Planejado. **Teoria e Prática em Administração (TPA)**, v. 9, n. 1, p. 119-130, 2019.

COMAR, Instituto. **NOSSO TRABALHO**. 2023. Disponível em: <https://institutocomar.org.br/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CRESWELL, John W. **Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2009.

DILKES-HOFFMAN, Leela Sarena; PRATT, Steven; LAYCOCK, Bronwyn; ASHWORTH, Peta; LANT, Paul Andrew. Public attitudes towards plastics. **Resources, Conservation And Recycling**, [S.L.], v. 147, p. 227-235, ago. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.resconrec.2019.05.005>.

DINCER, Ibrahim; ROSEN, Marc A.. **Exergy: energy, environment and sustainable development**. 3. ed. Oshawa: Elsevier Science, 2020.

DONO, Joanne; WEBB, Janine; RICHARDSON, Ben. The relationship between environmental activism, pro-environmental behaviour and social identity. **Journal Of Environmental Psychology**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 178-186, jun. 2010. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvp.2009.11.006>.

DUARTE, Lucas Rodrigues. **Introdução à Estatística e Probabilidade**. Porto Alegre: Simplíssimo, 2018.

DWYER, Joseph; BIDWELL, David. Chains of trust: energy justice, public engagement, and the first offshore wind farm in the united states. **Energy Research & Social Science**, [S.L.], v. 47, p. 166-176, jan. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.erss.2018.08.019>.

EFRON, Bradley. Bootstrap methods: another look at the jackknife. In: **Breakthroughs in statistics: Methodology and distribution**. New York, NY: Springer New York, 1992. p. 569-593.

ERIKSEN, Marcus; THIEL, Martin; PRINDIVILLE, Matt; KIESSLING, Tim. Microplastic: what are the solutions?. **The Handbook of Environmental Chemistry**, [S.L.], p. 273-298, 21 jul. 2017. Springer International Publishing. http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-61615-5_13.

FABRICIO, Ana Carolina Baggio; VEIGA, Claudimar Pereira da; MARCHETTI, Renato Zancan. Measuring consumer-oriented sustainability: a brazilian perspective. **International Journal Of Environment And Sustainable Development**, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 257-278, 2017. Inderscience Publishers. <http://dx.doi.org/10.1504/ijesd.2017.085061>.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. . Rio de Janeiro: Elsevier. . Acesso em: 05 dez. 2023. , 2009

FIELD, Andy. **Discovering statistics using IBM SPSS statistics**. sage, 2013.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.115-146, 2009. Disponível em: . Acesso em: 06 dez. 2020.

FONSECA, Vicente; BONFIM FILHO, Ermany. Políticas Públicas: conceito, ciclo, processo de formação e sua ineficácia no âmbito do sistema penitenciário brasileiro. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 1-29, 27 jul. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.

FREEMAN, R. Edward; MCVEA, John. A Stakeholder Approach to Strategic Management. **Ssrn Electronic Journal**, [s.l.], p.2-33, 2001. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.263511>.

FREIMAN, Ori. Vaccine Hesitancy and the Concept of Trust: an analysis based on the israeli covid-19 vaccination campaign. **Minerva**, [S.L.], v. 61, n. 3, p. 357-381, 10 jun. 2023. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s11024-023-09498-9>.

FREITAS, Michele dos Santos. GLOBALIZAÇÃO E EMERGÊNCIA DO DIREITO GLOBAL: princípio da sustentabilidade e governança frente à crise ambiental. **Revista Eletrônica Direito e Política**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 22-41, 29 ago. 2019. Editora UNIVALI. <http://dx.doi.org/10.14210/rdp.v14n2.p22-41>.

GREENPEACE. **Quem é o Greenpeace Brasil?** 2022. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/quem-somos/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GRID-Arendal (2019). **Controlling Transboundary Trade in Plastic Waste** (GRID-Arendal Policy Brief). Retrieved from <http://www.grida.no/activities/311>

GROENIGER, Joost Oude; NOORDZIJ, Kjell; WAAL, Jeroen van Der; KOSTER, Willem de. Dutch COVID-19 lockdown measures increased trust in government and trust in science: a difference-in-differences analysis. **Social Science & Medicine**, [S.L.], v. 275, p. 1-8, abr. 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.113819>.

GUALANDRIS, Jury; KLASSEN, Robert D.. EMERGING DISCOURSE INCUBATOR: delivering transformational change. **Journal Of Supply Chain Management**, [S.L.], v. 54, n. 2, p. 34-48, 6 mar. 2018. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/jscm.12164>.

GÜEMES, Cecilia. “Wish you were here” trust in public administration in Latin America. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 53, n. 6, p. 1067-1090, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180230x>.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6ª ed., Porto Alegre, Bookman editora, 2009.

HASKI-LEVENTHAL, D. **A new definition and new frontiers**. In: MAAK, T.; PLESS, N. M.; ORLITZKY, M.; SANDHU, S. The routledge companion to corporate social responsibility. New York; London: Routledge, 2022. p. 1-403.

HASSAN, Mohamad Muhyiddin; LEE, Khai Ern; MOKHTAR, Mazlin. Streamlining non-governmental organizations' programs towards achieving the sustainable development goals: a conceptual framework. **Sustainable Development**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 401-408, 6 dez. 2018. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/sd.1912>.

HAVE, Henk Ten; GORDIJN, Bert. Sustainability. **Medicine, Health Care And Philosophy**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 153-154, 12 mar. 2020. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s11019-020-09946-3>.

HEIDBREDE, Lea Marie; STEINHORST, Julia; SCHMITT, Manfred. Plastic-Free July: an experimental study of limiting and promoting factors in encouraging a reduction of single-use plastic consumption. **Sustainability**, [S.L.], v. 12, n. 11, p. 1-23, 9 jun. 2020. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su12114698>.

HEINRICH BOLL STIFTUNG. **Atlas do plástico: fatos e números sobre o mundo dos polímeros sintéticos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2020.

INSTITUTE, Ocean Voyages. **About**. 2023. Disponível em: <https://www.oceanvoyagesinstitute.org/about-ovi-2/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

IPHAN. **Carta do Rio**. 1992. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Rio%201992.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

- KAUTISH, Pradeep; SHARMA, Rajesh; MANGLA, Sachin Kumar; JABEEN, Fauzia; AWAN, Usama. Understanding choice behavior towards plastic consumption: an emerging market investigation. **Resources, Conservation And Recycling**, [S.L.], v. 174, p. 1-15, nov. 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.resconrec.2021.105828>.
- KIM, Byoung Joon; KIM, Seoyong; KANG, Youngcheoul; KIM, Sohee. Searching for the New Behavioral Model in Energy Transition Age: analyzing the forward and reverse causal relationships between belief, attitude, and behavior in nuclear policy across countries. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [S.L.], v. 19, n. 11, p. 1-24, 1 jun. 2022. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph19116772>.
- KIM, Sora. The Process Model of Corporate Social Responsibility (CSR) Communication: csr communication and its relationship with consumers ∴ csr knowledge, trust, and corporate reputation perception. **Journal Of Business Ethics**, [S.L.], v. 154, n. 4, p. 1143-1159, 17 jan. 2017. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-017-3433-6>.
- KIM, Youngwan; WHANG, Taehee. Non-governmental organizations and economic sanctions. **International Political Science Review**, [S.L.], v. 39, n. 2, p. 209-224, 1 fev. 2017. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0192512116677927>.
- KLEIN, Sascha; DIMZON, Ian K.; EUBELER, Jan; KNEPPER, Thomas P.. Analysis, Occurrence, and Degradation of Microplastics in the Aqueous Environment. In *Handbook of Environmental Chemistry*; Wagner, M., Lambert, S., Eds.; Springer: Cham, Switzerland, 2018; pp. 51–67. ISBN 9783319616148.
- KNUPFER, Helena; NEUREITER, Ariadne; MATTHES, Jörg. From social media diet to public riot? Engagement with “greenfluencers” and young social media users' environmental activism. **Computers In Human Behavior**, [S.L.], v. 139, p. 1-20, fev. 2023. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.chb.2022.107527>.
- KRAUS, Sascha; REHMAN, Shafique Ur; GARCÍA, F. Javier Sendra. Corporate social responsibility and environmental performance: the mediating role of environmental strategy and green innovation. **Technological Forecasting And Social Change**, [S.L.], v. 160, p. 1-8, nov. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120262>.
- LATKIN, Carl; DAYTON, Lauren; SCHERKOSKE, Melissa; COUNTESS, Kennedy; THRUL, Johannes. What predicts climate change activism?: an examination of how depressive symptoms, climate change distress, and social norms are associated with climate change activism. **The Journal Of Climate Change And Health**, [S.L.], v. 8, p. 1-20, out. 2022. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.joclim.2022.100146>.
- LEE, Karen M.y.; LEE, John C.K.; MA, Anson T.H.; CHEUNG, Lewis T.O.. Does human rights awareness spur environmental activism? Hong Kong’s ‘country park’ controversy. **Land Use Policy**, [S.L.], v. 87, p. 1-10, set. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104033>.
- LI, Guangqin; HE, Qiao; WANG, Dongmei; LIU, Bofan. Environmental non-governmental organizations and air-pollution governance: empirical evidence from oecd countries. **Plos**

One, [S.L.], v. 16, n. 8, p. 1-17, 12 ago. 2021. Public Library of Science (PLoS).
<http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0255166>.

LI, Guangqin; HE, Qiao; SHAO, Shuai; CAO, Jianhua. Environmental non-governmental organizations and urban environmental governance: evidence from china. **Journal Of Environmental Management**, [S.L.], v. 206, p. 1296-1307, jan. 2018. Elsevier BV.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvman.2017.09.076>.

LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. ATIVISMO NO JORNALISMO AMBIENTAL. **Brazilian Journalism Research**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 1-30, 26 dez. 2023. Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo.
<http://dx.doi.org/10.25200/bjr.v19n3.2023.1594>.

MAAK, T.; PLESS, N. M. **Corporate Social Responsibility (CSR)**. In: MAAK, T.; PLESS, N. M.; ORLITZKY, M.; SANDHU, S. The routledge companion to corporate social responsibility. New York; London: Routledge, 2022. p. 1-403.

MAIGNAN, Isabelle; FERRELL, O. C.. Measuring Corporate Citizenship in Two Countries: The Case of the United States and France. **Journal Of Business Ethics**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 283-297, 2000. Springer Science and Business Media LLC.
<http://dx.doi.org/10.1023/a:1006262325211>.

MAR, Projeto Verde. **QUEM SOMOS**. 2023. Disponível em:
<https://www.projetoverdemar.com/quem-somos>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTELLO, Alcemar Rodrigues; RODRIGUES, Maria Emília. A preservação da diversidade cultural diante dos avanços do fenômeno da globalização. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 10, n. 28, p. 30-41, 05 nov. 2021.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 5-18, dez. 2019.

MENDENHALL, Elizabeth. Oceans of plastic: a research agenda to propel policy development. **Marine Policy**, [S.L.], v. 96, p. 291-298, out. 2018. Elsevier BV.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2018.05.005>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. A Convenção de Ramsar. Disponível em:
 <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/areas-umidas/a-convencao-de-ramsar-1>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda nacional de qualidade urbana - Fase 1**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/plano-nacional-de-combate-ao-lixo-no-mar-pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MORLAT, Clément. **Sustainable Production System: eco-development versus sustainable development**. London: Iste, 2020.

MUBECUA, Mandla Abednico. From anti-slavery to third sector in development: the transition of non-governmental organisations and limitations. **Journal Of Public Affairs**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 1-6, 12 nov. 2019. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/pa.2033>.

NEJATI, Mehran; BROWN, Michael E.; SHAFAEI, Azadeh; SEET, Pi-Shen. Employees' perceptions of corporate social responsibility and ethical leadership: are they uniquely related to turnover intention?. **Social Responsibility Journal**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 181-197, 20 fev. 2020. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/srj-08-2019-0276>.

OCEANA. **Estudo inédito da Oceana revela aumento de 46% de plástico no delivery de comida**: a maior parte do plástico entregue com as refeições não é reciclada. pandemia desenfreou o consumo de embalagens e de outros itens descartáveis pelo setor. A maior parte do plástico entregue com as refeições não é reciclada. Pandemia desenfreou o consumo de embalagens e de outros itens descartáveis pelo setor. 2022. Disponível em: <https://brasil.oceana.org/comunicados/estudo-inedito-da-oceana-revela-aumento-de-46-de-plastico-no-delivery-de-comida/#:~:text=E%20os%20resultados%20constatados%20s%C3%A3o,Brasil%2C%20o%20ocean%C3%B3logo%20Ademilson%20Zamboni>. Acesso em: 15 jan. 2023.

OCEANA. **WHAT WE DO**: oceana is dedicated to protecting and restoring the world's oceans on a global scale.. Oceana is dedicated to protecting and restoring the world's oceans on a global scale.. 2023. Disponível em: <https://oceana.org/what-we-do/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

OECD. **Global Plastics Outlook: Economic Drivers, Environmental Impacts and Policy Options**, OECD Publishing, Paris, 2022.

ORGANS, Repertory Of Practice Of United Nations. **Chapter X — The Economic and Social Council**. 2022. Disponível em: <https://legal.un.org/repertory/art71.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2023.

OTTO, Danny; CHILVERS, Jason; TRDLICOVA, Karolina. A synthetic review of the trust-participation nexus: towards a relational concept of trust in energy system transformations to net zero. **Energy Research & Social Science**, [S.L.], v. 101, p. 1-10, jul. 2023. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.erss.2023.103140>.

PARTELOW, Stefan; WINKLER, Klara Johanna; THALER, Gregory M.. Environmental non-governmental organizations and global environmental discourse. **Plos One**, [S.L.], v. 15, n. 5, p. 1-19, 27 maio 2020. Public Library of Science (PLoS). <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0232945>.

PEREIRA, Pedro Henrique da Silva Melo; SANTOS, Edicreia Andrade dos; SALLABERRY, Jonatas Dutra; MONTEIRO, Januario José. ORIENTAÇÃO À RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: um estudo sobre fatores influenciadores. **Journal Of Globalization, Competitiveness And Governability**, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 78-93, 8 nov. 2022. Georgetown University Latin America Leadership Program. <http://dx.doi.org/10.3232/gcg.2020.v14.n3.04>.

PERSSON, Ola; KLINTMAN, Mikael. Framing sufficiency: strategies of environmental non-governmental organisations towards reduced material consumption. **Journal Of Consumer**

Culture, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 515-533, 12 mar. 2021. SAGE Publications.
<http://dx.doi.org/10.1177/1469540521990857>.

PHELAN, Anna (Any); ROSS, Helen; SETIANTO, Novie Andri; FIELDING, Kelly; PRADIPTA, Lengga. Ocean plastic crisis—Mental models of plastic pollution from remote Indonesian coastal communities. **Plos One**, [S.L.], v. 15, n. 7, p. 1-29, 28 jul. 2020. Public Library of Science (PLoS). <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0236149>.

PINHO, Amanda Lameck; WEINERT, Wagner Rodrigo. Apresentação de indicadores ambientais, sociais e econômicos de atrasos no desenvolvimento infantil como subsídio para definição de políticas públicas na região do litoral do paraná. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, Paranaguá, v. 5, n. 1, p. 1-18, abr. 2020.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acad mico**. 2 Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PYANOV, Alexander; DRANNIKOVA, Elena; SHEVCHENKO, Evgeny; KOCHKAROVA, Zarema. Sustainable development of non-profit and non-governmental organizations: financial and organizational mechanisms. **E3S Web Of Conferences**, [S.L.], v. 250, p. 1-7, 2021. EDP Sciences. <http://dx.doi.org/10.1051/e3sconf/202125004008>.

QUAZI, Ali M.; O'BRIEN, Dennis. An Empirical Test of Cross-National Model of Corporate Social Responsibility. **Journal Of Business Ethics**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 33-51, 2000. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1023/a:1006305111122>.

RAPADA, Maria Zunally; YU, Derrick Ethelbherth; YU, Krista Danielle. Do Social Media Posts Influence Consumption Behavior towards Plastic Pollution? **Sustainability**, [S.L.], v. 13, n. 22, p. 1-18, 9 nov. 2021. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su132212334>.

RBMA. **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA**. Disponível em:
http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_1_textosintese.asp. Acesso em: 10 jan. 2023

REBELO, Tamy  Rocha. **A atua o das Organiza es Não Governamentais no Conselho de Segurança das Na es Unidas: os casos das agendas temáticas sobre Crianças e Mulheres** / Tamy  Rocha Rabelo – Orientadora: Rossana Rocha Reis. São Paulo: 2017. 269 p., il.

REIS, Pedro Guilherme Rocha dos. CIDADANIA AMBIENTAL E ATIVISMO JUVENIL. **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista – Encitec**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 05-24, 9 jul. 2021. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missoes.
<http://dx.doi.org/10.31512/encitec.v11i2.433>.

RISK, Seas At. **SEAS AT RISK: about**. ABOUT. 2023. Disponível em: <https://seas-at-risk.org/about/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ROUT, P. R.; VERMA, A. K.; BHUNIA, P.; SURAMPALLI, R. Y.; ZHANG, T. C.; TYAGI, R. D.; BRAR, S. K.; GOYAL, M. K. **Introduction to Sustainability and Sustainable Development**. In: SURAMPALLI, R. Y.; ZHANG, T. C.; GOYAL, M. K.; BRAR, S. K.; TYAGI, R. D.. Sustainability: fundamentals and applications. Estados Unidos: Wiley, 2020. p. 1-656.

SAUSEN, Juliana da Fonseca Capssa Lima; BAGGIO, Daniel Knebel; BRIZOLLA, Maria Margarete Baccin. Responsabilidade Social em Tempos de Pandemia: análise de estratégias de cooperativas gaúchas a partir da teoria dos stakeholders. **Revista de Administração Imed**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 47-69, 31 dez. 2021. Complexo de Ensino Superior Meridional S.A.. <http://dx.doi.org/10.18256/2237-7956.2021.v11i2.4360>.

SCOTON, Samira; CASTRO, Gabriela de; VIDAL, Daniel. A poluição oceânica por plástico e as políticas públicas brasileiras relacionadas ao objetivo de desenvolvimento sustentável 14. **Revista da Escola de Guerra Naval**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 537-574, 2022. Escola de Guerra Naval. <http://dx.doi.org/10.21544/2359-3075.v27n3.p.537-574>.

SHEPHERD, Sea. **Clean Waves Campaign**. 2023. Disponível em: <https://seashepherd.org.br/ondaslimpas/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SHEPHERD, Sea. **Sea Shepherd Brazil**: learn more about sea shepherd's brazilian arm. Learn more about Sea Shepherd's Brazilian arm. 2023. Disponível em: <https://seashepherd.org.br/sea-shepherd-brasil/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SILVA, Clayton Robson Moreira da; AQUINO, Cíntia Vanessa Monteiro Germano; OLIVEIRA, Laís Vieira Castro; BESERRA, Eveline Pinheiro; ROMERO, Cláudia Buhamra Abreu. Trust in Government and Social Isolation during the Covid-19 Pandemic: evidence from brazil. **International Journal Of Public Administration**, [S.L.], v. 44, n. 11-12, p. 974-983, 10 maio 2021. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01900692.2021.1920611>.

SKOGLUND, Annika; BÖHM, Steffen. Prefigurative Partaking: employees ∴ environmental activism in an energy utility. **Organization Studies**, [S.L.], v. 41, n. 9, p. 1257-1283, 15 jun. 2019. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0170840619847716>.

SILVA, Carla Ribeiro Volpini; OLIVEIRA, Bruno Barbosa de. The multicultural society and consumerism traces in the globalization scenario. **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 13, n. 29, p. 67-84, 2018.

SEPTIANTO, Felix; LEE, Michael S.W.. Emotional Responses to Plastic Waste: matching image and message framing in encouraging consumers to reduce plastic consumption. **Australasian Marketing Journal**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 18-29, fev. 2020. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ausmj.2019.09.002>.

SPRONK, Sandra; STOOPENDAAL, Annemiek; ROBBEN, Paul B. M.. An empirical study of how the Dutch healthcare regulator first formulates the concept of trust and then puts it into practice. **Bmc Health Services Research**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 1-10, dez. 2019. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1186/s12913-019-4797-3>.

STATISTA. **Annual production of plastics worldwide from 1950 to 2021**: (in million metric tons). (in million metric tons). 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/282732/global-production-of-plastics-since-1950/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SYBERG, Kristian; HANSES, Steffen Foss; CHRISTENSEN, Thomas Budde; KHAN,

Farhan R.. Risk Perception of Plastic Pollution: Importance of Stakeholder Involvement and Citizen Science. In Handbook of Environmental Chemistry; Wagner, M., Lambert, S., Eds.; Springer: Cham, Switzerland, 2018; pp. 203–221. ISBN 9783319616148.

TALAN, A.; PATHAK A. N., TYAGI R. D. **The need, Role and Significance of Sustainability**. In: SURAMPALLI, R. Y.; ZHANG, T. C.; GOYAL, M. K.; BRAR, S. K.; TYAGI, R. D. Sustainability: fundamental and applications. Londres: Wiley, 2020.

TAM, Kim-Pong. Understanding the psychology X politics interaction behind environmental activism: the roles of governmental trust, density of environmental ngos, and democracy. **Journal Of Environmental Psychology**, [S.L.], v. 71, p. 1-8, out. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvp.2019.101330>.

TSALIS, Thomas A.; MALAMATENIOU, Kyveli E.; KOULOURIOTIS, Dimitrios; NIKOLAOU, Ioannis E.. New challenges for corporate sustainability reporting: united nations' 2030 agenda for sustainable development and the sustainable development goals. **Corporate Social Responsibility And Environmental Management**, [S.L.], v. 27, n. 4, p. 1617-1629, 14 fev. 2020. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/csr.1910>.

TUDOR, David T.; WILLIAMS, Allan T.. The effectiveness of legislative and voluntary strategies to prevent ocean plastic pollution: lessons from the uk and south pacific. **Marine Pollution Bulletin**, [S.L.], v. 172, p. 112778, nov. 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpolbul.2021.112778>.

TURKER, Duygu. How Corporate Social Responsibility Influences Organizational Commitment. **Journal Of Business Ethics**, [S.L.], v. 89, n. 2, p. 189-204, 22 nov. 2008. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-008-9993-8>.

UNCTAD. Material Substitutes to Address Marine Plastic Pollution and Support a Circular Economy: issues and options for trade policymakers. Issues and Options for Trade Policymakers. 2021. Disponível em: https://unctad.org/system/files/information-document/ditctedinf2021d5_en.pdf. Acesso em: 08 dez. 2022.

UNITED NATIONS. **Report of the world comission on environment and development**. Estados Unidos, 1987.

UNITED NATIONS. **Resolution adopted by the United Nations Environment Assembly on 2 March 2022**. 2022. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/xmlui/bitstream/handle/20.500.11822/39764/END%20PLASTIC%20POLLUTION%20-%20TOWARDS%20AN%20INTERNATIONAL%20LEGALLY%20BINDING%20INSTRUMENT%20-%20English.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 ago. 2022.

UNITED NATIONS. **Sustainable Development Goals: 17 Goals to Transform our World**. 2022. Disponível em: <https://www.un.org/en/exhibits/page/sdgs-17-goals-transform-world>. Acesso em: 10 ago. 2022.

VAN RENSBURG, Melissa L.; NKOMO, S'Phumelele L.; DUBE, Timothy. The 'plastic waste era'; social perceptions towards single-use plastic consumption and impacts on the

marine environment in Durban, South Africa. **Applied Geography**, [S.L.], v. 114, p. 1-9, jan. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.apgeog.2019.102132>.

VECCHIO-LIMA, Myrian Regina del; COLATUSO, Vanessa de Cássia Wistski; VALGINHAK, Débora Anzolin; AIRES, Nataly Bruna Fernandes. Net-ativismo ambiental nas plataformas de petições online Avaaz.org e Change.org: algumas observações. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, [S.L.], v. 46, p. 1-18, 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-58442023105pt>.

VELOSO, Christiane Carvalho; AGUSTINHO, Ana Gláucia Sousa. **Sustentabilidade empresarial: estratégia das empresas inteligentes**. Curitiba: Editora Appris, 2017.

WANG, Yiping; WEI, Wendong; BI, Zhujie; CAO, Ruijie; LI, Jiyang; SHU, Di; LOU, Ziyang. Decomposing the decoupling of plastics consumption and economic growth in G7 and China: evidence from 2001 to 2020 based on china's import ban. **Journal Of Environmental Management**, [S.L.], v. 296, p. 1-9, out. 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvman.2021.113225>.

WANIAK-MICHALAK, Halina; PERICA, Ivana. Does Social Trust Influence Charitable Giving for NGOs? **Comparative Economic Research. Central And Eastern Europe**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 175-191, 30 jun. 2021. Uniwersytet Lodzki (University of Lodz). <http://dx.doi.org/10.18778/1508-2008.24.18>.

WATT, Ethan; PICARD, Maisyn; MALDONADO, Benjamin; ABDELWAHAB, Mohamed A.; MIELEWSKI, Deborah F.; DRZAL, Lawrence T.; MISRA, Manjusri; MOHANTY, Amar K.. Ocean plastics: environmental implications and potential routes for mitigation ∴ a perspective. **Rsc Advances**, [S.L.], v. 11, n. 35, p. 21447-21462, 2021. Royal Society of Chemistry (RSC). <http://dx.doi.org/10.1039/d1ra00353d>.

WIDAYAT, Widayat; PRAHARJO, Ardik; PUTRI, Viajeng Purnama; ANDHARINI, Sri Nastiti; MASUDIN, Ilyas. Responsible Consumer Behavior: driving factors of pro-environmental behavior toward post-consumption plastic packaging. **Sustainability**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 1-19, 31 dez. 2021. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su14010425>.

WWF. INSTITUCIONAL. 2023. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/sobrenos/institucional/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

WWF. OCEANOS SEM PLÁSTICO: assine a nossa petição e participe da campanha global pelo fim da poluição plástica nos mares. Assine a nossa petição e participe da campanha global pelo fim da poluição plástica nos mares. 2023. Disponível em: https://www.wwf.org.br/participe/oceano_sem_plastico/. Acesso em: 23 jan. 2023.

YOU, Wanhai; LV, Zhike. Spillover effects of economic globalization on CO2 emissions: a spatial panel approach. **Energy Economics**, [S.L.], v. 73, p. 248-257, jun. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.eneco.2018.05.016>.

ZAMBRANO-MONSERRATE, Manuel A.; RUANO, Maria Alejandra. Do you need a bag? Analyzing the consumption behavior of plastic bags of households in Ecuador. **Resources, Conservation And Recycling**, [S.L.], v. 152, p. 1-8, jan. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.resconrec.2019.104489>.

ZUCCARELLO, P.; FERRANTE, M.; CRISTALDI, A.; COPAT, C.; GRASSO, A.; SANGREGORIO, D.; FIORE, M.; CONTI, G. Oliveri. Exposure to microplastics: the first quantitative study. **Water Research**, [S.L.], v. 157, p. 365-371, jun. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.watres.2019.03.091>.

Discordo
Totalmente

Concordo
Totalmente

AA4. Eu participo de protestos contra as condições ambientais atuais.*

1
()
Discordo
Totalmente

2
()

3
()

4
()

5
()

6
()

7
()
Concordo
Totalmente

AA5. Eu voto em um governo que propõe políticas conscientes em relação ao meio ambiente.*

1
()
Discordo
Totalmente

2
()

3
()

4
()

5
()

6
()

7
()
Concordo
Totalmente

Conhecimento acerca dos Diplomas Legais de proteção ambiental

O governo possui alguns diplomas legais que visam proteger o meio ambiente. Você conhece algum deles? (Marque quantos itens precisar)

- Constituição Federal de 1988
- Política Nacional do Meio Ambiente
- Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional
- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)
- Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana
- Não conheço
- Outro

Analisando a Responsabilidade Social Corporativa do governo

Por gentileza, responda as afirmativas abaixo levando em consideração a sua opinião quanto à Responsabilidade Social Corporativa do governo.

1 - Discordo Totalmente
7 - Concordo Totalmente

RG1. O governo participa de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.*

1
()
Discordo
Totalmente

2
()

3
()

4
()

5
()

6
()

7
()
Concordo
Totalmente

RG2. O governo investe na criação de uma vida melhor para as futuras gerações.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

RG3. O governo implementa programas especiais para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

RG4. O governo tem como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

RG5. O governo contribui para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

Analisando a Confiança no governo diante da poluição plástica nos oceanos

Por gentileza, responda as afirmativas abaixo levando em consideração o seu nível de confiança no governo diante da poluição de plásticos nos oceanos.

1 - Discordo Totalmente
7 - Concordo Totalmente

CG1. Eu acredito que o governo entende a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CG2. Eu acredito que o governo é justo e neutro em relação à poluição de plásticos nos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CG3. Eu acredito que as políticas governamentais em relação à poluição de plásticos nos oceanos são estabelecidas com base no interesse público.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CG4. Eu acredito que o governo possui experiência em coordenação e negociação para abordar a questão da poluição de plásticos nos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CG5. Eu acredito que o governo tem o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CG6. Eu acredito que o governo está disposto a compartilhar informações relacionadas à gestão de resíduos plásticos e ao impacto na poluição dos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CG7. Eu acredito que o governo está disposto a ouvir as partes interessadas e as comunidades afetadas pela poluição de plásticos nos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CG8. Eu acredito que o governo leva em consideração as preocupações dos cidadãos e melhora as políticas relacionadas à poluição de plásticos nos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo			Concordo			
Totalmente			Totalmente			

CG9. Eu acredito que o governo efetivamente implementa acordos e medidas voltados para a redução da poluição de plásticos nos oceanos, fruto de consenso e colaboração.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo			Concordo			
Totalmente			Totalmente			

Conhecimento acerca das ONGs Ambientais

Você conhece alguma dessas ONGs ambientais que possuem ações de combate à poluição de plásticos nos oceanos? (Marque quantos itens precisar)

- Greenpeace
- Ocean Voyages Institute
- Oceana
- Sea Sheperd
- Seas At Risk
- World Wide Fund for Nature (WWF)
- Eco Local Brasil
- Instituto Comar
- Instituto Mar Adentro
- Projeto Verde Mar
- Não conheço
- Outra

Analisando a Responsabilidade Social Corporativa das ONGs

Por gentileza, responda as afirmativas abaixo levando em consideração a sua opinião quanto à Responsabilidade Social Corporativa das ONGs.

- 1 - Discordo Totalmente
- 7 - Concordo Totalmente

RO1. As ONGs participam de ações que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo			Concordo			
Totalmente			Totalmente			

RO2. As ONGs investem na criação de uma vida melhor para as futuras gerações.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

RO3. As ONGs implementam programas especiais para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

RO4. As ONGs têm como alvo um crescimento sustentável que considere as futuras gerações.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

RO5. As ONGs contribuem para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

Analisando a Confiança nas ONGs diante da poluição plástica nos oceanos

Por gentileza, responda as afirmativas abaixo levando em consideração o seu nível de confiança nas ONGs diante da poluição de plásticos nos oceanos.

1 - Discordo Totalmente
7 - Concordo Totalmente

CO1. Eu acredito que as ONGs entendem a questão da poluição de plásticos nos oceanos de forma clara.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CO2. Eu acredito que as ONGs são justas e neutras em relação à poluição de plásticos nos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CO3. Eu acredito que as políticas das ONGs em relação à poluição de plásticos nos oceanos são estabelecidas com base no interesse público.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CO4. Eu acredito que as ONGs possuem experiência em coordenação e negociação para abordar a questão da poluição de plásticos nos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CO5. Eu acredito que as ONGs têm o poder de enfrentar com eficácia a questão da poluição de plásticos nos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CO6. Eu acredito que as ONGs estão dispostas a compartilhar informações relacionadas à gestão de resíduos plásticos e ao impacto na poluição dos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CO7. Eu acredito que as ONGs estão dispostas a ouvir as partes interessadas e as comunidades afetadas pela poluição de plásticos nos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CO8. Eu acredito que as ONGs levam em consideração as preocupações dos cidadãos e melhoram as políticas relacionadas à poluição de plásticos nos oceanos.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

CO9. Eu acredito que as ONGs efetivamente implementam acordos e medidas voltados para a redução da poluição de plásticos nos oceanos, fruto de consenso e colaboração.*

1	2	3	4	5	6	7
()	()	()	()	()	()	()
Discordo Totalmente						Concordo Totalmente

Perfil dos Respondentes

Com qual gênero que você se identifica? *

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não informar

Qual a sua Faixa Etária? *

- De 18 a 24 anos
- De 25 a 34 anos
- De 35 a 44 anos
- De 45 a 54 anos
- Mais de 54 anos

Qual o seu Nível de Escolaridade? *

- Sem escolaridade
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação Incompleta
- Pós-graduação Completa

Qual das seguintes categorias melhor descreve a sua situação de emprego ou trabalho? *

- Empregado(a), trabalhando em expediente integral
- Empregado(a), trabalhando em meio expediente
- Desempregado(a), procurando trabalho
- Desempregado(a), NÃO procurando trabalho
- Aposentado(a)
- Autônomo(a)

Estagiário(a)

Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, qual seria, aproximadamente, a Renda Familiar Mensal? *

- Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.320,00)
- Acima de 1 e até 3 salários mínimos (de R\$ 1.320,01 a R\$ 3.960,00)
- Acima de 3 e até 6 salários mínimos (de R\$ 3.960,01 a R\$ 7.920,00)
- Acima de 6 e até 9 salários mínimos (de R\$ 7.920,01 a R\$ 11.880,00)
- Acima de 9 e até 12 salários mínimos (de R\$ 11.880,01 a R\$ 15.840,00)
- Prefiro não responder